



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

CLAUDINEY DE FREITAS MARINHO

**TERRA DE TRABALHO E TERRA DE NEGÓCIO NO TERRITÓRIO
DA PRELAZIA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, REGIÃO NORDESTE
DO ESTADO DE MATO GROSSO: A ATUAÇÃO RELIGIOSA,
IDEOLÓGICA, SOCIAL E POLÍTICA DO BISPO PEDRO
CASALDÁLIGA.**

Porto Nacional - TO
2018

CLAUDINEY DE FREITAS MARINHO

**TERRA DE TRABALHO E TERRA DE NEGÓCIO NO TERRITÓRIO
DA PRELAZIA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, REGIÃO NORDESTE
DO ESTADO DE MATO GROSSO: A ATUAÇÃO RELIGIOSA,
IDEOLÓGICA, SOCIAL E POLÍTICA DO BISPO PEDRO
CASALDÁLIGA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Geografia da Universidade Federal do Tocantins -
campus Porto Nacional, como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em Geografia.

Linha de Pesquisa: Dinâmica Geoterritorial
Orientador: Prof. Dr. Elizeu Ribeiro Lira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- M338t Marinho , Claudiney de Freitas .
 TERRA DE TRABALHO E TERRA DE NEGÓCIO NO TERRITÓRIO DA
 PRELAZIA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, REGIÃO NORDESTE DO
 ESTADO DE MATO GROSSO: : A ATUAÇÃO RELIGIOSA, IDEOLÓGICA,
 SOCIAL E POLÍTICA DO BISPO PEDRO CASALDÁLIGA . / Claudiney de
 Freitas Marinho . – Porto Nacional, TO, 2018.
 110 f.

 Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins
 – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Pós-Graduação
 (Mestrado) em Geografia, 2018.
 Orientador: Elizeu Ribeiro Lira

 1. TERRITÓRIO. 2. SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA. 3. MATO GROSSO. 4.
 PEDRO CASALDÁLIGA. I. Título

CDD 910

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

CLAUDINEY DE FREITAS MARINHO

**TERRA DE TRABALHO E TERRA DE NEGÓCIO NO TERRITÓRIO DA
PRELAZIA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, REGIÃO NORDESTE DO
ESTADO DE MATO GROSSO: A ATUAÇÃO RELIGIOSA, IDEOLÓGICA,
SOCIAL E POLÍTICA DO BISPO PEDRO CASALDÁLIGA**

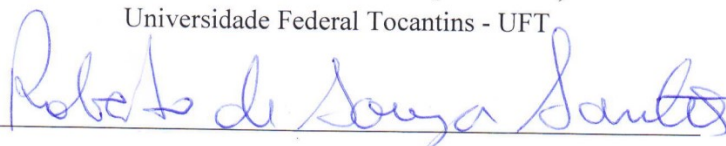
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Câmpus de Porto Nacional, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em: 18 de junho de 2018.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Elizeu Ribeiro Lira (Orientador)
Universidade Federal Tocantins - UFT



Prof. Dr. Roberto de Souza Santos
Universidade Federal Tocantins – UFT



Profa. Dra. Gleys Ially Ramos dos Santos
Universidade Federal Tocantins – UFT

Porto Nacional – TO
2018

À todos camponeses do médio Araguaia pela resistência à concentração fundiária que se faz presente desde a década de 1960, em especial, aos camponeses do Projeto de Assentamento Dom Pedro, em São Félix do Araguaia – MT, por ser eles mesmos protagonistas da sua própria história. Ao bispo Pedro Casaldáliga pela sua opção preferencial aos pobres deste território, pelas cinco décadas vividas e vivenciadas ao lado dos oprimidos, dos necessitados e contra qualquer forma de opressão e de exploração. Aos meus familiares e amigos que de alguma forma contribuíram para a concretude deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus pois permitiu todo esse acontecimento;

A minha querida esposa, companheira de quase duas décadas, coautora cúmplice deste sonho, que soube conduzir majestosamente na minha ausência, com sabedoria e ética a educação dos nossos filhos, além dos aconselhamentos de incentivo com este compromisso que assumi;

Aos meus filhos, Taís Amanda, Gustavo e Gabriella por terem feito da distância geográfica algo extraordinariamente perto, por compreenderem a necessidade da ausência, do tempo individual de estudo, do chegar e do partir, de tantas idas e vindas que pareceu nunca ter saído;

Aos meus pais, José Ubiratan e Maria Elza, pelas palavras e atitudes encorajadoras por toda minha vida, pela formação educacional que sempre envidaram esforços, comigo e com meus irmãos, estando eles onde sempre estiveram, na lida cotidiana da terra, no modo de vida camponês, cultivando não só a subsistência, mas o excedente, tanto para alimentar nosso corpo quanto para desenvolver nossas habilidades intelectuais;

Aos meus irmãos, Ney e Ubiranei, por todos momentos que conjuntamente decidimos sobre nós, sobre nossas famílias e, sobre nossa comunidade. Desde cedo passamos a entender a valiosidade da formação educacional e, por isso, nos tornamos educadores, formadores de opinião, para juntos proporcionarmos mecanismos de transformação social aos filhos do médio Araguaia;

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso, em particular, o Campus Confresa, pela possibilidade de afastamento integral concedida em toda etapa do mestrado. Esta condição é de tamanha significância pois me permitiu maximizar a apreensão de diversos conhecimentos e a vivência de experiências plurais que certamente será socializada na disciplina de geografia deste Campus;

A Universidade Federal do Tocantins, Campus Porto Nacional, pela oferta de Pós – Graduação em Geografia em nível de mestrado. A esta instituição é louvável o nosso reconhecimento que sempre esteve de portas abertas para o acolhimento, sem distinção, de cada um de nós;

A turma 2016, Sinvaldo, Israel, Joberlane, Laureci, Luís Ricardo e Shirley, pelo companheirismo firmado durante estes dois anos, pela cumplicidade de nossas alegrias e

frustrações, pelo desenvolvimento coletivo que experimentamos, pelo medo que nos defrontou e pelas comemorações que compartilhamos por cada vitória alcançada;

A companheira Edinaura, que propositalmente seu nome foi extraído da lista de nomes anunciado anteriormente para conceder todos os agradecimentos merecidos. Uma pessoa humana e humanizadora, merecedora de todos elogios possíveis. De grande importância para minha permanência em Porto Nacional, pelas suas ações prestativas, pelas conversas cotidianas sobre a vida acadêmica e sobre a vida pessoal, por toda uma cumplicidade construída dentro e fora da Universidade.

Ao professor Elizeu Ribeiro Lira, grande responsável pela delimitação desta pesquisa de mestrado; professor, orientador, companheiro de luta. Pesquisador das questões agrárias principalmente no recorte territorial da Amazônia brasileira. Sempre com seu posicionamento em favor dos sujeitos marginalizados, concentra suas pesquisas a partir das diferentes estratégias de luta destes pela terra de trabalho, em condição de garantias da reprodução material e cultural, quer seja a partir das comunidades tradicionais indígenas ou quilombolas, quer seja do campesinato.

Aos professores Roberto, Mariléia e Gleyslally pelas longas conversas sobre muitos outros assuntos, mas sobretudo referente às discussões campesinas, de luta e resistência, que certamente contribuíram para esta dissertação;

Aos companheiros da kitnet da Agrária: Orimar, Delismar, Alisson, Glibson e Robson pelos longos e intensos diálogos durante dois anos, sobre campesinato, sobre os trâmites acadêmicos, sobre a vida. Foram muitos momentos de confraternização, onde, por motivadores espetaculares, decidimos falar de tudo e, no final, falarmos dos nossos projetos, das nossas pesquisas. Foi sempre assim, sem perder o foco, mesmo que com consciência questionável.

Aos demais companheiros do Nurba e de outros laboratórios: Izabel, Jhonatas, Divino, Suzane, Andréia, Marilene, Elder, Cadu. Tratamos cotidianamente sobre questões geográficas no geral, mas, de questões de luta pela terra, no particular, que nos oportunizou momentos ímpar de alegrias e de reafirmação do lugar de nossas falas. Serão recordados com muito apreço por um longo período.

A Poliana, pelos constantes risos compartilhados na coordenação do mestrado. Pela amizade e pelo atendimento sempre imediato que prestou nestes dois anos.

Ao grande parceiro de longas datas, André Fernandes, pela presteza da amizade, da cumplicidade teórica, pela participação na organização estrutural de uma parcela deste trabalho, por todos momentos que nos reunimos para falar sobre discussões tratativas de resistência, seja elas no campo ou na cidade.



*Malditas sejam todas as cercas!
Malditas todas as propriedades privadas
que nos privam de viver e de amar!
Malditas sejam todas as leis,
amanhadas por poucas mãos
para ampararem cercas de bois
e fazer da terra, escrava
e escravos os humanos.
(Dom Pedro Casaldáliga)*

RESUMO

Essa pesquisa teve por objetivo compreender as estratégias de luta pela terra e de resistência camponesa contra a concentração fundiária na microrregião geográfica norte Araguaia, região nordeste do estado de Mato Grosso, contextualizado pelo seu caráter desigual e contraditório ao desenvolvimento do capitalismo nesse território. Desse modo, foi possível destacar o papel fundamental da Prelazia de São Félix do Araguaia, bem como de seus agentes pastorais e sobretudo do bispo D. Pedro Casaldáliga que desde o final da década de 1960, sob orientações da Teologia da Libertação, posicionaram-se contra a concentração fundiária, a expulsão dos povos tradicionais e das famílias camponesas, a exploração direta e indireta da força de trabalho promovida pelo modo de produção capitalista. As análises dos dados empíricos extraídos de entrevistas e questionários semiestruturado junto aos camponeses do projeto de assentamento Dom Pedro consistiram numa tentativa de revelar as alternativas encontradas por estes sujeitos sociais, de promover a continuidade e a reprodução material e cultural no lugar onde sempre estiveram, ou seja, na terra de trabalho, antagônica à terra de exploração. Nesta tessitura nos subsidiamos teoricamente de intelectuais das questões agrárias como Chayanov, Shanin, Martins, Oliveira, Ianni, Porto Gonçalves, que outrora discorreram sobre existência e (r) existência das relações não capitalistas de produção resultante do caráter contraditório da expansão capitalista no campo. Portanto, a tríade camponesa: terra, família e trabalho revelou condição indissociável para o entendimento da manutenção e da continuidade do modo de vida camponês no PA Dom Pedro.

Palavras – chaves: camponeses; expropriação; Pedro Casaldáliga; PA Dom Pedro;

ABSTRACT

This research aimed to understand the strategies of struggle for land and peasant resistance against land tenure in the north geographic microregion Araguaia, northeast region of the state of Mato Grosso, contextualized by its unequal and contradictory character to the development of capitalism in that territory. Therefore, it was possible to emphasize the fundamental role of the Prelature of Saint Felix of Araguaia, as well as of its pastoral agents and especially of the bishop D. Pedro Casaldáliga that since the end of the 1960s, under the guidance of Liberation Theology, they placed themselves against the concentration of land, the expulsion of traditional peoples and peasant families, the direct and indirect exploitation of the labor force promoted by the capitalist mode of production. The analyzes of the empirical data extracted from interviews and semi-structured questionnaires with the peasants of the Dom Pedro settlement project consisted of an attempt to reveal the alternatives found by these social subjects, to promote continuity and material and cultural reproduction in the place where they have always been, or it is, in the land of labor, antagonistic to the land of exploitation. In this context we theoretically subsidize intellectual agrarian issues such as Chayanov, Shanin, Martins, Oliveira, Ianni, Porto Gonçalves, who once discussed the existence and (r) existence of non-capitalist relations of production resulting from the contradictory character of capitalist expansion in the countryside. Therefore, the peasant triad: land, family and work revealed an indissociable condition for the understanding of the maintenance and continuity of the peasant way of life in PA Dom Pedro.

Key - words: peasants; expropriation; Pedro Casaldáliga; PA Dom Pedro;

LISTA DE ILUSTRAÇÕES: MAPAS, FOTOGRAFIAS, TABELAS E GRÁFICOS

Mapa 1 – Localização da Área de Estudo	73
Mapa 2 – Carta Imagem do PA Dom Pedro – 2008	85
.	
Gráfico 01: Naturalidade dos chefes de família	88
Gráfico 02: Ano de Entrada no PA Dom Pedro	96
.	
Tabela 01- Local de morada anterior ao PA Dom Pedro	88
.	
Fotografia 01- Reunião de camponeses e técnicos da Ansa – barracão da Igreja Católica ...	91
Fotografia 02: Reunião em uma unidade produtiva do PA Dom Pedro entre camponeses e técnico da Ansa	92
Fotografia 03: Farinheira - pratica de atividades coletiva no PA Dom Pedro	93
Fotografia 04: Bezerros com idade de recria a ser comercializado.....	94
Fotografias 5: Colheita de frutas nas unidades produtivas assistida pela Ansa	98

LISTA DE SIGLAS

AI – Ato Institucional

AGIP – Companhia Geral Italiana de Petróleo

ANSA – Associação Nossa Senhora da Assunção

BASA – Banco da Amazônia

CEB – Comunidade Eclesial de Base

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNUDS – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável

CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

CODEARA – Companhia de Desenvolvimento do Araguaia

CPT – Comissão Pastoral da Terra

FAB – Força Aérea Brasileira

FBC – Fundação Brasil Central

IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma agrária

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

JOC – Juventude Operária Católica

JUC – Juventude Universitária católica

MEB – Movimento de Educação de Base

PA – Projeto de Assentamento

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PIN – Programa de Integração Nacional

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUDESUL – Superintendência de desenvolvimento do Sul

UPs – Unidades Produtivas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I - ABORDAGEM TEÓRICA DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NÃO CAPITALISTA – O CAMPESINATO	19
1.1 A questão agrária clássica.....	19
1.1.1 Tese da subordinação da agricultura de Kautsky	19
1.1.2 Tese da diferenciação social de Lênin.....	22
1.1.3 Tese dos sistemas econômicos não capitalista de Aleksander Chayanov	24
1.1.4 Teodor Shanin: A definição de Camponês	27
1.2 Evolução da agricultura camponesa no Brasil.....	31
1.2.1 O campesinato e a política no Brasil de José de Souza Martins.....	31
1.2.2 Agricultura camponesa no Brasil de Ariovaldo Umbelino de Oliveira.....	37
1.2.3 O campesinato no recorte espaço temporal da pesquisa.....	40
CAPITULO 2 - PRIMEIRAS OCUPAÇÕES E O PAPEL DA CPT NA LUTA PELA TERRA NA REGIÃO DA PRELAZIA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA	43
2.1 A chegada dos posseiros no médio Araguaia	43
2.2 Pedro Casaldáliga e a questão da terra nas delimitações da Prelazia de São Félix do Araguaia.....	49
2.3 O Bispo e a CPT na luta pela terra em São Felix do Araguaia.....	54
2.4 Um Bispo por dentro do conflito: as ameaças do latifúndio e do estado	58
2.5 Camponeses e a ocupação das terras griladas pelo latifúndio no norte Araguaia	64
CAPITULO 3 - REFORMA AGRÁRIA, ASSENTAMENTO DOM PEDRO E REALIDADES	69
3.1 História e luta pela terra de trabalho no Projeto de Assentamento Dom Pedro	69
3.2 A vida no acampamento e a esperança pela conquista da terra.....	76
3.3 Processo de ocupação das unidades produtivas e trabalho coletivo no PA Dom Pedro	83
3.4 Realidades e contradições na exploração da parcela no PA Dom Pedro.....	89
3.4.1 Divisão do PA Dom Pedro	92
3.4.2 Atualidades e perspectivas futuras do PA Dom Pedro	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	106
ANEXO 01	111

INTRODUÇÃO

Analisar a questão agrária nos dias atuais nos remete ao entendimento imediato que as forças antagônicas do capitalismo em toda sua historicidade têm possibilitado um caráter dual e contínuo que se materializa nos estudos sobre o modo capitalista de produção. Não existe um consenso dos intelectuais que se debruçam sobre a compreensão das relações de trabalho no campo em meio ao sistema capitalista. Alguns acreditam na fórmula pura e simplista da proletarização da força de trabalho determinada pelo capital. Outros envidam esforços para reforçar que a produção familiar, mesmo inserida ao modo capitalista de produção, não possui equivalência com sua lógica de produzir, portanto secundário e preservado desta fatídica realidade.

Deste modo, revisitar alguns pensadores clássicos que outrora discorreram sobre a evolução capitalista da agricultura e o modelo de produção familiar no campo é em primeira instância concordar que tais análises não foram esgotadas, sequer, completaram-se. Conhecidos pesquisadores pactuaram no sentido de uma ocorrência de generalização das relações capitalistas por todos os setores de produção (primário, secundário e terciário). A estes é evidente o discurso ideológico da negação do campesinato pela dependência tecnológica, pela inserção ao mercado, pelo consumo e pelo processo de individualização e proletarização da força de trabalho. Outros autores, em pensamento divergente, subscrevem que o campesinato sempre existiu e sempre irá existir. Admitem que a expansão capitalista no campo, pelo seu caráter contraditório, seja a grande responsável por criar e recriar as relações não capitalistas de produção.

Para tanto, tomar como base os estudos sobre o campesinato e, a estes, fundamentar-se nas interpretações sistemáticas de Karl Kautsky, Vladimir Lênin que conduziram suas análises sobre o paradigma da supressão do campesinato e proletarização da força de trabalho e, nas concepções de Alexander Chayanov e de Teodor Shanin que concentraram seus estudos e os administraram no linear da manutenção da classe camponesa é sobremaneira, uma obrigatoriedade. Assim como nos reportar ao campesinato contemporâneo no Brasil a partir das contribuições de José de Souza Martins, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Octávio Ianni, Manoel Correia de Andrade, dentre outros, uma necessidade. Trata-se do pensamento social agrário onde alguns dos seus principais expoentes são resgatados do final do séc. XIX aos dias de hoje para possibilitar-nos na compreensão das relações socioeconômicas estabelecidas no espaço agrário.

O propósito desta interlocução consiste na busca de ferramentas teórico-metodológica capaz de subsidiar a defensiva do campesinato brasileiro frente ao determinismo neoliberal de proletarização do camponês pelo viés da inserção da agricultura de base familiar ao agronegócio. Não se pretende resgatar a noção de campesinato do passado e tampouco nos reportar à outra realidade para consubstanciar o campesinato vivido no Brasil de hoje. Pelo contrário, buscam-se neste aporte teórico as prerrogativas para compreensão sobre a manutenção de modos de vida não capitalista em meio à ampliação do capitalismo no meio rural, reconhecendo que o campesinato de hoje produz excedente e os comercializa para obtenção de bens e serviços que atenda às necessidades básicas do consumo familiar.

Haja visto que tais ofensivas capitalista, no campo brasileiro, tem promovido enorme desgaste cultural à classe camponesa, promovendo dependência tecnológica, acumulando progressivamente capital e, destruindo intensivamente as relações sociais camponesas em nome do progresso. Ao mesmo tempo em que é negada a existência do campesinato pelo discurso ideológico de uma minoria e até mesmo do Estado, para justificar o modelo dominante de produção, intensifica-se as contradições, em detrimento de busca por alternativas que permite a permanência e sobrevivência de um grande contingente populacional que vive e se reproduz na terra e pela terra.

Nessa conjuntura, partimos do entendimento que a industrialização brasileira cresceu exponencialmente com o fim da Segunda Guerra Mundial e com a dispersão planetária das grandes indústrias dos países desenvolvidos, associando capital internacional, capital nacional privado e capital nacional estatal. Segundo Porto-Gonçalves (2015, p. 38), “a perspectiva hegemônica ganhava força a partir da ideologia do desenvolvimento, ideologia que substituía a ideologia da colonização”. Essa onda devastadora esteve associada a uma grande onda de expropriação. Assim, a demanda por matéria prima e gêneros alimentícios aumentava substancialmente em proporções equivalentes, implicando num processo de modernização agrícola iniciado na década de 1960, denominada “Revolução Verde”. Tais mudanças promoveram avanços tecnológicos e comerciais expressivos para o campo, ampliando a concentração de terras e reduzindo as relações produtivas tradicionais.

Este processo expulsou do campo um grande número de camponeses, transformando-os em boia fria, trabalhadores volantes e operários urbanos. Experimentamos o que Porto-Gonçalves (2015, p. 38) chamou de “um intenso processo de des-ruralização e suburbanização” agravado principalmente nos Governos Ditatoriais após o Golpe de 1964 com a implantação no espaço rural brasileiro - por intermédio do Ministério da Integração Nacional e suas Superintendências de Desenvolvimento - do Programa de Integração

Nacional (PIN), justificado pela necessidade de segurança do território. Todavia, os propósitos explicitamente declarados foram de transformar a economia, fortalecer suas áreas de fronteiras e fazer a integração regional com o todo nacional. Nesta conta da integração, estava de fora às comunidades tradicionais e camponesas. O pacote se completava somente com as grandes corporações agropecuárias e extrativistas, nacional e estrangeira e com a ampliação da força de trabalho assalariado.

Essa lógica encontra-se com o pensamento de Feliciano (2015, p. 126), do “fortalecimento do Estado para apoderamento das classes dominantes” e, também de Oliveira (2007) do “desenvolvimento capitalista baseado na irracionalidade, na promoção da violência contra a classe social camponesa”. Em Mato Grosso, sobretudo na região nordeste do Estado evidenciou-se a expansão da pecuária extensiva e do extrativismo vegetal. Para tanto foram destinados subsídios políticos e econômicos aos tais pecuaristas e extrativistas com finalidade de ampliar seus respectivos domínios sob a supressão das terras de uma enorme parcela de comunidades tradicionais e camponesas para fins de aumento de produção e atendimento aos mercados consumidores.

Aqui atribuímos uma reserva. É nessa perspectiva que se pretende compreender as questões agrárias, sobretudo de natureza dos conflitos pela posse da terra, vivenciada em São Félix do Araguaia-MT. Intenciona-se também aportar a influência do Bispo Dom Pedro Casaldáliga neste mesmo município, que se tornou um marco representativo de camponeses e indígenas na luta pela terra de direito. Por fim, deseja-se, pelas análises dos indicadores socioeconômicos e de entrevistas semiestruturadas do Assentamento Dom Pedro, oriundas de fontes secundárias e empírica, reconhecer no modo de vida, as suas respectivas identidades campesinas, assim também, identificar as estratégias de resistências para manutenção do campesinato, frente a expansão dos agentes externos dominantes. Portanto, revisitar este debate nos desafia em buscar nas contradições teóricas as explicações do universo empírico, do espaço vivido.

Assim sendo, esta dissertação define-se pela análise de estratégias adotadas por camponeses do Projeto de Assentamento (PA) Dom Pedro no município de São Félix do Araguaia-MT decorrente do desenvolvimento de atividades de base familiar que sustenta sua permanência e/ou recriação em decorrência do avanço capitalista sobre a agricultura. A análise a ser alicerçada terá como foco a luta pela terra de trabalho; a contribuição do Bispo Dom Pedro Casaldáliga; a consolidação do Projeto de Assentamento Dom Pedro; o trabalho desenvolvido no núcleo familiar; a participação coletiva em associações e cooperativas; os

conflitos atuais resultantes da falta de políticas públicas, da expansão de fronteiras do agronegócio e da comercialização de terras.

O tema proposto para esta pesquisa se justifica na mesma proporção do entendimento sobre este território em que pese a apropriação e consolidação de extensos latifúndios de terras - o que aconteceu durante o último regime militar brasileiro - que resultaria em expulsão e extermínios de comunidades indígenas e camponesas, antecessoras desta ocupação. Todavia, as evidências históricas comprovam que a classe camponesa resistiu à estas intempéries e têm, ao contrário do previsto, crescido numericamente e conquistado pelo enfrentamento direto - desde a redemocratização do Estado Nacional - a desapropriação destes latifúndios para fins de Reforma Agrária.

Deste modo, esta dissertação tem por fim resgatar as estratégias adotadas pela classe campesina que garantiram a sua reprodução social na terra de trabalho e, compreender as novas estratégias por esta classe, para de dentro do modo capitalista de produção, reproduzir e assegurar às futuras gerações o direito de permanecer na terra e dela tirar o seu sustento e de sua família, condição fortemente ameaçado pelo avanço das fronteiras agrícolas do agronegócio (terra de negócio) e, pela escassez de política públicas.

Os objetivos específicos consiste nesta ordem em identificar os proponentes dos conflitos agrários em São Félix do Araguaia; as estratégias de manutenção dos valores morais e culturais enquanto instrumento de resistência e recriação desta classe social; o papel político e social da Igreja, sobretudo do bispo Dom Pedro Casaldáliga frente aos camponeses, sujeitos da expropriação e da consolidação do latifúndio mato-grossense; avaliar o grau de inserção dos camponeses do Projeto Assentamento Dom Pedro no mercado, previamente compreendidos como estratégia de reprodução familiar na terra de trabalho.

A metodologia aplicada será desenvolvida a partir dos pressupostos de análises da geografia agrária, fundamentada no materialismo histórico dialético. Seus arranjos terá como ponto de partida a questão central que trata da compreensão da natureza dos conflitos agrários em São Félix do Araguaia-MT. A apropriação do método histórico compreende operação pela qual se procede a recolha, a validade e as interpretações das fontes de informações necessárias à análise histórica. O estudo de caso consiste em analisar – a partir de questionários aplicados e entrevista – certas particularidades que poderão ser evidenciadas em situações análogas, tanto no contexto passado, quanto no contexto presente, no que confere a natureza dos conflitos estudados.

Portanto, a primeira parte desta pesquisa traz uma parcela do pensamento clássicoessencial para o entendimento das relações não capitalistas de produção, sobretudo o

campesinato. Trata-se dos estudos de subordinação da agricultura de Kautsky, da diferenciação social de Lênin, dos sistemas econômicos não capitalistas de Chayanov, da definição do novo camponês de Shanin. Nos estudos do campesinato brasileiro fundamentou-se nas análises de Martins, Oliveira e Ianni.

O segundo capítulo retrata uma reflexão sobre diferentes momentos de ocupação do território médio Araguaia mato-grossense, principalmente por famílias camponesas oriundas de diferentes lugares do país. Trata ainda do processo vivenciado neste território de concentração fundiária, de expropriação de comunidades tradicionais e camponesas, de exploração da terra e da força de trabalho. A resistência camponesa é analisada conjunta à opção preferencial da prelazia de São Félix do Araguaia e sobremaneira do bispo D. Pedro Casaldáliga pelos pobres e oprimidos da terra.

No terceiro capítulo intitulado Reforma Agrária, Projeto de Assentamento e realidades aborda a luta pela desapropriação de fração de terras da agropecuária Rio Preto para formação do P.A Dom Pedro. Discute a formação do acampamento, a divisão parcelar das unidades produtivas, as possibilidades de (re) concentração territorial e a resistência camponesa pela terra de trabalho. Não obstante, destaca o papel de setores importantes da prelazia de São Félix do Araguaia, como a CPT e a ANSA, juntos aos camponeses deste projeto de assentamento na garantia da sua reprodução material e cultural.

Para atendimento aos objetivos da pesquisa utilizar-se-á de técnicas auxiliares que consiste na obtenção de dados de entrada para composição da base teórica, aplicação de questionários semiestruturados, realização de entrevistas, uso de recursos audiovisuais, observação participante e, análise e discussão dos dados coletados.

CAPÍTULO I ABORDAGEM TEÓRICA DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NÃO CAPITALISTA – O CAMPESINATO

1.1 A Questão Agrária Clássica

A questão agrária é historicamente uma instância de confrontação permanente de pensamentos antagônicos. Dificilmente pode-se imaginar um mundo de ideias e ideal homogêneo e estático, pois nas escalas temporal e espacial se produz e reproduz contradições, assim como esperanças e utopias. O fim ou a continuidade do campesinato nestes embates está expressamente vislumbrado na consolidação e expansão do modo de produção capitalista. Este, que por sua vez, emergira na Europa Ocidental em substituição ao modo de produção feudal (estagnado e em ruínas) está presente em toda parte de nosso planeta.

1.1 .1 Tese da subordinação da agricultura de Kautsky

Segundo Shanin (2005, p. 7) a transformação da indústria capitalista propiciou a principal tendência que a mudança estrutural assumiu nas sociedades camponesas contemporâneas. O capitalismo passou a ser entendido como sinônimo de “descamponesação” e proletarização da força de trabalho no século XIX e a indústria o carro chefe de todo esse processo. O mesmo autor indica que esse ponto de vista foi adotado pelos românticos reacionários, populistas rígidos e alguns “revisionistas” da socialdemocracia alemã.

No entanto, tais visões nos permite desvendar a evolução agrária dentro da lógica capitalista. Partindo dessa premissa, Shanin (2005, p. 7) afirma ter sido “A Questão Agrária” de Kautsky a principal obra que dominou o pensamento marxista do século XIX e início do século XX. O seu legado teórico segundo Almeida & Paulino (2000, p. 114) é de sobremaneira “de grande relevância para a compreensão das questões agrária contemporânea”. Uma análise teórica produzida num contexto de amplas discussões dentro da social democracia alemã em que se debatia a posição que aquele partido deveria adotar diante das propostas de transformação da sociedade e, particularmente o papel reservado a agricultura e ao campesinato nesse processo.

Na avaliação de Kautsky, a classe camponesa comparecia como uma incógnita dentro da proposta de construção do socialismo, em virtude de sua superioridade bem como de sua inconstância política cujos interesses entrelaçavam-se ora com a burguesia, ora com o proletariado, criando dificuldades para enquadrá-las em padrões definidos de comportamento e, por conseguinte, criando uma das lutas políticas que se pretendia travar. (ALMEIDA & PAULINO, 2000, p. 114)

A predominância do modo de produção capitalista em todos os setores produtivos era dita como certa. Isso explicaria, conforme Almeida & Paulino (2000, p. 14), as interpretações de Kautsky em que “o capitalismo iria sucumbir outras formas que não fossem naturais desse sistema, tal como o campesinato, uma vez que o capitalismo só abrangeria duas classes: a burguesia e o proletariado”. Para Kautsky (1980) a introdução do caráter industrial nas relações de trabalho agrícola modificaria as relações dos camponeses com o mercado.

A agricultura não se desenvolve segundo o mesmo processo da indústria. Ela segue leis próprias. Mas isto absolutamente não quer dizer que a evolução da agricultura se coloque em oposição à indústria e que ambas sejam inconciliáveis. Ao contrário, julgamo-nos com elementos para demonstrar que ambas tendem para o mesmo fim, uma vez que não as isolemos uma da outra, e as consideremos como partes de um mesmo progresso de conjunto. (KAUTSKY, 1980, p. 27 – 28)

A(des) continuidade do campesinato estava premeditada nas interpretações de Kautsky (1980), num “processo de subordinação e homogeneização ao capitalismo”, segundo uma perspectiva de *destruição* da classe, por meio da adesão natural ao sistema, opondo as relações existentes no modo de vida campesina. As tendências gerais da agricultura capitalista estariam reduzindo o camponês, segundo Carneiro (2009, p. 54), “à condição de um trabalhador *disfarçado*, na verdade, exercendo o mesmo papel de proletário”. O camponês estaria sendo recriado nos moldes de um modo de produção em consolidação. Para produzir, estariam fadados à dependência tecnológica da qual a indústria era detentora.

Para Kautsky (1980, p. 31), a dissolução da indústria do camponês que produzia para si mesmo, já começara ainda na Idade Média. Só a indústria capitalista se revestiria de tão grande superioridade, de modo a eliminar rapidamente a indústria doméstica, com ampliação do sistema de comunicações e de transportes, capaz de conduzir ideias e produtos urbanos até o canto mais recuado do interior, submetendo-se assim a população agrícola a esse processo.

Assim, Kautsky (1980, p. 31), afirma que, na medida em que estes processos avançavam, mais se desagregava a indústria doméstica, tanto mais se aumentava a necessidade do camponês por dinheiro para compra de coisas e objetos dispensáveis e supérfluos, quanto de coisas necessárias. Ele (o camponês) não iria mais prover de sua manutenção básica somente ao lavrar sua terra. Juntamente a estas necessidades por dinheiro iria desenvolver as forças por exploração do camponês. Isto conduziria, segundo o autor, a transformação das prestações em gêneros do camponês em prestações monetárias.

Kautsky (1980, p. 32), asseverava que o único método mediante o qual ele poderia conseguir dinheiro consistiria em transformar os seus produtos em mercadorias que a indústria urbana não produzia. O camponês cairia sob a dependência do mercado e sua

produção agrícola se transformaria em produção de mercadorias. O autor afirmaria ainda (idem, p. 33) que o desenvolvimento da indústria urbana lançaria também o germe da dissolução da família rural. Segundo ele, quanto mais o lavrador caía sob a dependência do mercado, mais tinha necessidade de dinheiro e, maior deveria ser a produção, a colheita e a venda destes gêneros, que por fim, implicaria em mais necessidade de terras para cobrir suas despesas.

Uma saída para esta condição tempestiva segundo este autor seria a dissolução de excedentes de trabalhadores que dispunha o núcleo familiar. Para ele, a família se reduziria o mais possível e, esta condição só cessaria quando a indústria doméstica do camponês desaparecesse. Afirmava ainda que esses braços alugados eram de camponeses proletários e, de camponeses que buscavam serviços acessórios.

Os que ficam devem naturalmente matar-se de cansaço durante o verão. Mas os seus esforços não bastam para suprir o trabalho dos que partiram. Urge, portanto, o engajamento de braços auxiliares, de *operários assalariados*, que só são ocupados durante o tempo de serviço mais duro e que pode ser dispensados logo que não se tenha mais necessidades deles. (KAUTSKY, 1980, p. 34).

A mesma evolução que de um lado, suscitou a procura de operários assalariados, criou de outro, esses operários. Segundo o autor, criava entre os pequenos lavradores a necessidade de ganhos acessórios, obtidos por fora de sua própria exploração. Kautsky reforça que o tamanho da terra do camponês limitava a produção de excedentes, assim como seus produtos agrícolas seriam escassos para o mercado, restando somente uma única mercadoria a ser vendida que é a sua *força de trabalho*. Em suma, o modo de produção capitalista aceleraria e subordinaria o modo de produção não capitalista.

Dessa maneira, a indústria, sinônimo de “redenção” da sociedade, acabaria sendo, conforme Almeida & Paulino (2000, p. 114) o “agente indutor que se processava a olhos vistos”. Para Kautsky(1980), por mais impermeáveis às mudanças que fossem as unidades camponesas, elas sucumbiriam ao modo de produção industrial que, em última instância, se constituiria no veículo de seu desaparecimento. Assim, a mecanização do campo provocaria de um lado a concentração de riqueza - como se deu no industrial/urbano - e, de outro, a proletarianização dos camponeses mais pobres.

No entanto, a condição de proletarianização do camponês - principalmente os mais pobres - era para Kautsky (1980) a condição de elevação intelectual. Vistos de forma pejorativa, como sinônimo de classe miserável, retrógrada e vacilante, assim como um sustentáculo da economia feudal e entrave à superação do modo capitalista de produção. Sua manutenção impossibilitaria o avanço do socialismo, frente ao capitalismo em expansão.

Caberia então, segundo o autor, a condição proletária, principalmente a urbana, o processo revolucionário.

Ao passo que o modo de produção capitalista visivelmente agrava as dificuldades de formação de uma classe revolucionária no campo, favorece-a, contudo, nas cidades. Concentrando nessas massas operárias, cria as condições propícias à sua organização, à sua evolução mental, à luta de classe. Despovoando, porém a zona rural, dispersa os seus operários em vastas superfícies, isola-os, subtrai-lhes os meios de desenvolvimento e de resistência à exploração. Concentrando os capitais na cidade, em mãos sempre menos numerosas, leva-nos, assim, literalmente à expropriação dos expropriadores. Na agricultura, apenas parcialmente promove a concentração de empresas. (KAUTSKY, 1980, p. 323)

Dessa maneira, para que a revolução social dos trabalhadores se completasse a condição de atraso do camponês deveria ser superada. Kautsky (1980, p. 324) tinha na sociedade humana a condição de um organismo, e que, seria um absurdo o pensamento predominante de que uma parcela da sociedade progrediria para um sentido e outra parcela para outro sentido. Ela só poderia progredir num *único* sentido. Por isso, o proletariado urbano-industrial não poderia libertar-se sem libertar ao mesmo tempo os camponeses. Esta seria então, segundo Kautsky (1980, p. 325) “a condição ideal para a socialização do conjunto da produção e dos meios de produção”. A transformação de propriedade capitalista em propriedade social é para este autor a constituição do camponês liberto.

1.1.2 Tese da diferenciação social de Lênin

Outro autor contemporâneo à Kautsky e de grande relevância científica no tratamento das questões agrárias clássica é Vladimir Lênin. A obra revisitada de Lênin - *O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia – o processo de formação do mercado interno para a grande indústria* faz um diálogo próximo com Kautsky buscando amparo em alguns escritos de Marx e Engels, prevendo um socialismo futuro na Rússia, em consequência da ampliação do modo de produção capitalista no sentido do urbano para o rural, com desaparecimento do campesinato e ampliação da proletarização da força de trabalho, condição ideal para uma revolução. Em síntese, faz uma análise muito próxima das de Kautsky no que se refere ao desaparecimento da classe camponesa, mas diferem-se no posicionamento político desta classe.

De tal modo, Silva (2012, p. 114) define que Lênin procurou, utilizando-se de dados estatísticos, avaliar os efeitos das mudanças no espaço agrário russo, criticando a reforma do Estado em curso e, contrapondo as teses populistas. Segundo a autora, Lênin se posicionou contra as reformas czaristas por acreditar ser insuficiente para romper os “grilhões feudais” e,

contra as reformas populistas porque ele “achava inelutável a decomposição das relações comunitárias”. Assim,

Para Lenin, não obstante a existência de resquícios feudais, o mundo do agro estava investido pelo modo de produção capitalista. Procurou prová-lo através de uma espécie de radiografia da situação rural russa, utilizando abundantes dados estatísticos. Esses dados mostravam que a produção para o mercado dominava a economia rural, mesmo nas regiões mais atrasadas. A atividade do campesinato era subjugada por todas as contradições próprias das economias de mercado e do capitalismo: a concorrência, a luta pela independência econômica, a monopolização da terra (comprada ou arrendada), a tendência à concentração da produção nas mãos de uma minoria, a proletarização da maioria e sua exploração pela minoria que dispunha do capital comercial e que empregava operários agrícolas. No arrendamento ou compra de terras, nas profissões auxiliares, na adaptação ao progresso técnico, em todos esses campos era a luta e a concorrência que prevaleciam. (SILVA, 2012, p. 114)

Como um dos representantes do marxismo, Lênin (1985) estudou a inserção da “economia natural” no âmbito da produção mercantil. Ele defendeu que seria inevitável a introdução do socialismo na Rússia sem experimentar a formação de um mercado interno a partir da introdução de uma economia capitalista e, esta, destruiria o campesinato através da *diferenciação interna* pela desagregação dos pequenos produtores em patrões e trabalhadores agrícolas e pela subordinação ao *capital industrial*. Neste processo, a diferenciação social no campo apoiava-se nas bases de uma inevitável formação da burguesia rural e de um proletariado, formado por trabalhadores agrícolas assalariados. Segundo Lênin,

[...] não temos diante de nós simples produtores de mercadorias, mas, de um lado, proprietários de meios de produção e, de outro, trabalhadores assalariados que vendem a sua força de trabalho. A transformação do pequeno produtor em operário assalariado pressupõe a perda dos seus meios de produção (terra, instrumentos de trabalho, oficina, etc.) – ou seja, pressupõe o seu “empobrecimento” a sua “ruína”. (LÊNIN, 1985, p. 15 e 16).

A persistência de relações não capitalistas de produção era entendida como “resíduo em vias de extinção”. Assim, Lênin (1985, p. 35) considerou que “o processo de decomposição dos pequenos agricultores em patrões e operários agrícolas constituía a base sobre a qual se formaria o mercado interno na produção capitalista”.

Para Lênin (1985) a decomposição do campesinato se dava pela diferenciação interna de três categorias sociais: *os capitalistas* que compreendia os camponeses enriquecidos, os cultivadores mercantis independentes e os proprietários de estabelecimentos industriais e comerciais; *os camponeses médios* de economia mercantil menos desenvolvida e suscetível a proletarização; *os operários agrícolas*, possuidores de um pedaço de terra ou sem terra que se viam obrigados a alugar sua força de trabalho. Assim,

[...] a transformação do campesinato em proletariado rural cria um mercado principalmente para os artigos de consumo, e a sua transformação em burguesia rural cria-o principalmente para os meios de produção. Noutros termos: nos grupos

inferiores “do campesinato”, verifica-se a conversão da força de trabalho em mercadoria e, nos grupos superiores, a conversão dos meios de produção em capital. (LÊNIN, 1985, p. 108).

Estas tendências indicavam distintos mercados. No grupo inferior formado pelo proletário rural fortalecia o consumo de bens e mercadorias de menor qualidade. No grupo superior a demanda ampliava-se por mercados dos meios de produção (mercado de consumo produtivo) e, por bens de consumo de melhor qualidade. Lênin também aponta o movimento migratório impulsionado principalmente pelos camponeses médios rumo aos vazios demográficos russos. A estes, Lênin reserva o entendimento que prevaleciam formas feudais de produção, portanto, não inseridas ao modo de produção capitalista.

Ainda segundo Lênin (1985) a reforma burguesa de 1861 abriria o caminho para esse desenvolvimento, e toda a história posterior da Rússia seria marcada pela expropriação do campesinato, pela sua diferenciação e pelo surgimento da burguesia agrária e do proletariado agrícola. Mas para que a contradição entre essas duas classes pudesse se desenvolver, era necessário eliminar previamente os numerosos restos do velho regime pré-capitalista. Por fim, Lênin acreditava na eliminação da propriedade privada de terra, incluindo a expropriação dos camponeses, para a criação de fazendas coletivas, gerenciadas pelo poder estatal.

1.1.3 Tese dos sistemas econômicos não capitalista de Aleksander Chayanov

Tomando como ponto de partida a *teoria dos sistemas econômicos não capitalistas* de Aleksander Chayanov para entendermos as suas respectivas concepções sobre o campesinato na Rússia no início do século XX, destas, ampliarmos as análises sobre esse modo de produção no Brasil e sobretudo no espaço/tempo da pesquisa faz-se necessário reportar ao posicionamento inicial deste pesquisador ao questionar os fenômenos econômicos das teorias modernas como de exclusividade da economia capitalista.

Na Rússia, no início do século XX, o campesinato constituía a maioria da população agrária. Após a Revolução de 1917 e a consolidação do socialismo/leninismo, a propriedade privada de terras – desde a pequena, a média e grande propriedade – foi submetido ao intenso processo de expropriação e nacionalização fundiária. Chayanov, sócio economista, expoente da escola organizacional-produtiva, além de ter sido um dos fundadores e idealizadores da Liga pela Reforma Agrária Russa se posicionava contrário a este processo de desapropriação, indicando nos seus aportes teóricos, reformas sociais e estruturais no sentido de transferência de toda a terra às unidades camponesas.

O que seria a investigação de Chayanov (2014, p. 99) a coexistência de diferentes sistemas econômicos, estaria negligenciado pelas categorias renda, capital, preço. Estas categorias ficariam associadas somente ao trabalho assalariado e a maximização de lucros do modo de produção capitalista. Os “outros tipos – não capitalistas – de vida econômica seriam consideradas destituídas de importância ou em vias de desaparecimento”, portanto, não apresentando qualquer interesse teórico. Em função dessa constatação, Chayanov elaborou uma teoria sobre a unidade econômica camponesa, partindo da sua lógica interna, baseada no trabalho do próprio produtor e de sua família.

Ser-nos-á impossível prosseguir uma reflexão econômica contentando-nos com categorias capitalistas, pois um setor muito vasto da vida econômica (mais precisamente: a maior parte da esfera agrícola) baseia-se não numa forma capitalista, mas numa forma completamente diferente: a da exploração familiar sem assalariados. Uma exploração desse tipo tem razões muito precisas para se entregar à atividade econômica; têm também uma concepção muito especial das possibilidades de lucro. (CHAYANOV, 2014, p. 100).

Segundo Chayanov (2014, p. 100) a maior parte das explorações camponesas em diferentes partes do mundo ignoram as categorias de trabalho assalariado e de salário. Chayanov (2014, p. 103) afirmava que em um modo de produção capitalista as categorias econômicas – preço, capital, salário, juro, renda – são interdependentes. Na ausência de uma categoria, todas as outras perderiam seu caráter específico, descaracterizando a estrutura do sistema. Já em uma economia com exploração no trabalho familiar, (idem, p. 105) assegurava que a categoria salário estaria sempre ausente o que tornaria impossível interconectar as demais categorias.

O camponês ou o artesão que gere a sua própria empresa, sem recurso ao trabalho assalariado, obtém, como resultado do trabalho de um ano, uma quantidade de produtos que, depois de vendidos no mercado, formam o produto bruto da sua exploração. Deste produto bruto temos de deduzir uma soma correspondente aos custos de produção materiais necessários durante um ano; fica então o aumento de bens materiais em valor obtido pela família, graças ao seu trabalho do ano. (CHAYANOV, 2014, p. 105)

O princípio básico de organização da unidade econômica camponesa consiste em: se não existe o fenômeno social do salário, também não existe o fenômeno social do lucro líquido. Esse ponto de vista de Chayanov (2014, p. 105) está fundamentado no trabalho familiar do camponês e, o produto deste trabalho, a única categoria possível de rendimento para a exploração camponesa, visto não haver maneira de decompor o rendimento. Desta maneira, o autor afirmaria “ser impossível o cálculo capitalista do lucro”.

Chayanov (2014, 106) assevera que “a importância do produto do trabalho é principalmente determinada pela composição da família”, o que corresponde dizer ao número de integrantes da família ativo, capaz de oferecer uma determinada prestação de trabalho pela

produtividade da exploração, durante um determinado período. Daí decorre a tese defendida de que o grau de auto exploração é determinado por um *equilíbrio* específico entre a satisfação da procura familiar e a fadiga devido ao trabalho. Segundo este mesmo autor (idem, p. 107), no momento em que se atinge este equilíbrio a intensidade do trabalho deixa de ter sentido somente pelas vantagens econômicas.

[...] o momento desse equilíbrio varia muito. É da seguinte maneira que se atinge: por um lado, a partir das condições específicas da unidade de produção, da sua situação no plano do mercado e da sua localização relativamente aos locais de troca (tudo isto determina o grau de esforço fornecido); por outro, a partir da dimensão e composição da família, bem como do caráter mais ou menos urgente de suas exigências – dados que determinam o nível de consumo. (CHAYANOV, 2014, p. 107)

Segundo Chayanov (2014, p. 107) o aumento da força de trabalho familiar resulta equivalente o aumento de produto, o que permite a unidade econômica aumentar a produção e satisfazer a procura familiar. Porém, o mesmo autor adverte que a presença de integrantes familiares incapazes torna necessário intensificar a auto exploração da força de trabalho familiar. Portanto, Chayanov (2014, p. 108) considera que a exploração camponesa familiar deve tirar proveito do mercado e das condições naturais, de modo a assegurar a família, um equilíbrio interno.

Ao realizar uma análise mais detalhada Chayanov (2014, p. 110) chega as seguintes conclusões: o produto do trabalho familiar, único e indivisível não aumenta de maneira tão marcada como o rendimento da exploração capitalista influenciada pelos mesmos fatores. Para este autor, o camponês ao tomar consciência do aumento da produtividade diminui a auto exploração no sentido de um equilíbrio. A continuidade destas intensificações implicariam em um atrativo migratório e conseqüente fragmentação das superfícies de exploração por compra ou arrendamento, o que as forçariam a intensificar suas atividades.

Mediante a possibilidade de divisão da unidade de exploração familiar pela compra ou arrendamento, Chayanov (2014, p. 111) entende ser a instância em que corresponderia ao grande problema econômico do campesinato. Assim questiona: como estabelecer o preço da terra? Quanto a exploração camponesa poderia pagar para obter a terra? Qual valor a ser vendido? Para este autor só é vantajoso a família camponesa o arrendamento ou a venda se este(s) alcançar um nível de equilíbrio econômico melhor ou, uma menor dedicação de trabalho familiar.

Nos estudos de Carneiro (2009, p. 4) sobre o pensamento Chayanoviano no que tange a economia camponesa, este autor aponta pela prevalência da produção de *valores de uso* para o autoconsumo, diferentemente do modo de produção capitalista, que produz *valores de troca*.

Suas análises são confirmadas por Chayanov (2014, p. 113) em que a “circulação do capital” na exploração familiar poderia proporcionar um rendimento do capital, que constituiria um rendimento especial e objetivamente disponível, destinado ao consumo ou simplesmente na renovação do capital circulante. Para Chayanov, a fórmula deste capital não se aplicaria a fórmula clássica $D - M - D'$ ¹. Esta proposição foi sistematizada por Oliveira (2001, p. 52) a partir do entendimento que a produção de mercadorias na agricultura camponesa só pode ser entendida do ponto de vista da circulação expressa na fórmula $M - D - M^2$, ou seja, vender para comprar.

No que diz respeito à estrutura da exploração natural de subsistência, a constatação importante deferida por Chayanov consistiu em afirmar que apesar da ausência das relações mútuas e dissociação econômica das unidades individuais, um certo número de processos econômicos operavam nesse conjunto, sendo o principal o fator demográfico, caracterizado principalmente pela densidade da população e movimentos migratórios. Estes fatores regulariam a utilização da terra, o nível de prosperidade e a quantidade de capital acumulado. Assim,

A intensidade e as formas de organização da cultura dependem, numa larga medida, da quantidade de terra utilizável, da dimensão da família trabalhadora e da importância da sua procura, ou seja, fatores internos: dimensão e composição da família, relação entre tais elementos e a quantidade de terras cultiváveis. Assim, a densidade da população e as formas de utilização tornam-se fatores sociais extremamente importantes, que determinam de maneira fundamental o sistema econômico. (CHAYANOV, 2014, p. 115 e 116)

Por conseguinte, Chayanov (2014, p. 116 e 117) discorre que em qualquer país cuja estrutura alcance uma economia natural seriam encontrados as categorias econômicas e sociais que determinariam a estrutura das unidades econômicas individuais. Tais categorias consistem em: o produto indivisível do trabalho familiar; a capacidade da população para formar capital e por último, as disposições econômicas e políticas que emanam do poder estatal.

1.1.4 TeodorShanin: A definição de Camponês

Percorrer os desafios da reflexão teórica sobre os camponeses, tomando como referência as formulações feitas por TeodorShanin, não é uma tarefa fácil. Assim também não têm sido com os intelectuais aqui apresentados anteriormente. Afinal são grandes expoentes

¹ A fórmula $D - M - D'$ provém do livro I de O Capital de Marx. D representa a moeda [dinheiro], M os bens [mercadorias], e D' a soma adiantada originalmente mais um aumento. [Nota da tradução francesa]

² A fórmula $M - D - M$ provém do livro A Agricultura Camponesa de Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

dos estudos clássicos da questão agrária e do campesinato a partir de uma perspectiva marxista. Suas reflexões apropriadas nos dias atuais são de fundamental importância para a possibilidade de compreensão de um sujeito que em condições adversas, do tempo acelerado do capital e seu processo de mundialização, que tudo transforma para maximização dos lucros, existe e resiste.

Nesse contexto, das mudanças estruturais vinculadas à lógica de reprodução do capital, Marques (2008, p. 49) expressa a necessidade de um esforço para compreensão do futuro desse sujeito social. Segundo a autora o debate sobre o destino do campesinato inicia-se no final do século XIX e ganha novo impulso nos anos 1960 e 1970, com participação ativa de Teodor Shanin. A este intelectual nos envidaremos esforços nas análises de dois artigos intitulados: “A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista”; e, “Lições camponesas”.

Segundo Shanin (2005, p. 2-3), existe uma dificuldade tamanha na definição de camponês graças a sua heterogeneidade indubitável. Para ele, os camponeses não podem ser, de fato, compreendidos ou mesmo adequadamente descritos sem sua estrutura societária mais geral. No caminho para esta compreensão inicial, Shanin propõe a busca pela definição do que se trata. É reservado então a pergunta “o que se quer dizer com ‘camponês’?”

A resposta para este questionamento inicial é apresentada a partir de características possíveis de serem generalizadas e, ao mesmo tempo, afirmativa de especificidades do camponês. Assim, tais apontamentos culminam em síntese em seis categorias a seguir: primeiro, devido a economia se caracterizar pelo trabalho familiar e de subsistência, assim também, pelo controle dos meios de produção e pela expropriação do excedente; segundo pelos seus padrões e tendências de organização política verificado na segmentação vertical, no apadrinhamento e na rebeldia; terceiro pelas normas e cognições típicas e semelhantes verificadas na racionalização conformista, na tradição oral, na cooperação; quarto porque as unidades básicas e características de organização social tem mostrado semelhança nos padrões internos de interação e de exploração e a posição subserviente das unidades camponesas; quinto a dinâmica social específica mostra-se semelhante nas necessidades materiais e no ritmo de vida; Por último, as causas e padrões fundamentais de mudança estrutural implicam em como as sociedades camponesas reagem à estes processos gerais. (SHANIN, 2005, p. 3-4)

Para Shanin (2005, p. 4), o grande risco que se assume com a generalização do camponês é o fato de ter que admitir a heterogeneidade dos dados, o que poderia levar a uma marginalização conceitual. Portanto,

A especificidade do camponês reflete a interdependência entre os elementos básicos mencionados e não pode ser pura e simplesmente reduzida a qualquer um deles. Ao mesmo tempo, o cerne de suas características determinantes parece repousar na natureza e na dinâmica do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social. Consequentemente, a própria existência do camponês, como uma entidade social específica, depende da presença de estabelecimentos rural familiares como a unidade básica da economia e da sociedade. (SHANIN, 2005, p. 5)

Dessa forma, o princípio básico que define as especificidades do camponês para Shanin consiste nas características da unidade familiar, nas reações e interações tanto internas quanto externas. Dado as experiências ocidentais, Shanin (2005, p. 5) define que “a essência de tal unidade reside não no parentesco, mas na produção”. Como efeito, este autor apropriou-se da definição de camponês em Marx, quando o define como “oficina individual que contém a economia total, constituindo um centro independente de produção”. Acrescenta ainda fazer referência a um período anterior, subsequentemente comercializado e parcialmente transformado pelo desenvolvimento do capitalismo.

Shanin (2005, p. 7) descreve que “a transformação capitalista propiciou a principal tendência que a mudança estrutural assumiu nas sociedades camponesas contemporâneas”. O que estava em discussão não era propriamente a descamponesação capitalista da agricultura, vista como irreversível, mas, a forma e a velocidade que tal evento tomaria. Portanto, o próprio autor afirma que o que encontramos hoje não corresponde ao pensamento marxista clássico sobre o campesinato. O capitalismo é potencialmente capaz de explorar tudo e todos à sua volta. Porém, o fenômeno de descamponesação previsto não se completou.

No México, inegavelmente capitalista, a incidência relativa de camponeses na população tem decrescido, mas seu número tem permanecido consideravelmente estável, desde 1910. No Brasil, certamente não menos capitalista, tem ocorrido um aumento absoluto no número de camponeses, isto é, uma real “re-camponesação”. (SHANIN, 2005, p. 9)

Mediante a tais evidências este autor questiona qual o real significado para a possível transformação capitalista da agricultura? Segundo Shanin (2005, p. 9) os camponeses aparentemente não se dissolveram, nem se diferenciaram em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados e, tampouco, se pauperizaram. Eles persistem, ao mesmo tempo em que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante de maneira marginalizada.

Decorre que ao aceitar a condição de marginalização do campesinato no modo de produção capitalista é para o autor “uma condição para mais uma dúvida conceitual”. Shanin (2005, p. 9) questiona qual seria o divisor para determinação de um sistema de produção não capitalista. A solução considerável corresponde na divisão das forças produtivas do

estabelecimento rural familiar em “naturais” (terra e força de trabalho) e aquelas produzidas pelo homem (maquinários e equipamentos). Shanin (idem, p. 14) afirma que “não podemos compreender como operam as unidades de produção camponesas sem seu contexto societário”.

[...] aceitar a existência e a possível transferência dos camponeses “intermodos” é chegar mais perto da riqueza e das contradições da realidade. Dizer isso não é afirmar que os camponeses sob o capitalismo são iguais aos camponeses sob o feudalismo, porque isso não está em questão (pressupõe-se, obviamente, o contrário). O que realmente se quer dizer é que os camponeses representam uma especificidade de características sociais e econômicas, que se refletirão em qualquer sistema societário em que operem. Quer dizer também que a história camponesa se relaciona com as histórias societárias mais amplas, não como seu simples reflexo, mas com medidas importantes de autonomia. (SHANIN, 2005, p. 14).

Desse modo é possível afirmar que uma formação social dominada pelo capital, que reconhece a existência de camponeses é extremamente diferente de uma outra formação que não existe camponeses. Segundo o autor (2005, p. 14) “essas conclusões não são simplesmente um exercício de lógica, mas são centrais para estratégias de pesquisa e ação política”. Para esta questão conclui que camponeses e suas dinâmicas devem ser analisados como são, de dentro do seu contexto societário mais amplo, para uma melhor compreensão do que são e do que é a sociedade que estão inseridos.

Um exemplo disso é apresentado na previsão clássica da questão agrária de que a participação percentual do campesinato na composição societária diminuiria, assim como de que em alguns lugares haveria necessidade de camponeses realizarem trabalhos alternativos. Portanto, o autor destaca que pelo menos mais dois projetos estão acontecendo nos dias atuais: o primeiro é a criação e recriação do campesinato através de políticas de redistribuição fundiária, como é o caso do Brasil; o segundo compreende a enorme facilidade de ajustamento e adaptação à novas realidades. (SHANIN, 2008, p. 24-25).

Desta maneira, podemos observar esse processo de adaptação na sobrevivência de comunidades camponesas a partir do turismo rural, do uso de novos métodos de produção, da combinação de trabalho camponês e não-camponês, de modelos internacionais de sobrevivência camponesa. Shanin (2008, p. 25) admite que “só é possível entendermos como eles vivem e como eles conseguem manter estável a sua subsistência econômica, se conseguirmos entender essa complexidade”.

Considerando-se o que foi dito até aqui, podemos chegar a uma dupla conclusão. Primeiramente, que a vida e existência camponesa é sob um grau considerável definida por não-camponeses, pelo governo e decisões governamentais, pelo movimento de fronteiras, pela mudança da natureza de regimes políticos etc. Ao mesmo tempo, podemos concluir que a resposta do campesinato às situações de crise nas quais eles são submetidos é sobretudo complexa e eles não ficam esperando que alguém traga a solução. As soluções encontradas para o problema de

como permanecer camponês e assegurar a subsistência da família costumam ser muito flexíveis, inventivas e criativas. Camponeses têm provado ser extremamente resilientes e criativos em situações de crise e, não há uma forma simplista para descrever isso. (SHANIN, 2008, p. 25).

Por fim, Shanin (2008, p. 25-26) descreve que ao comparar vários especialistas e muitos teóricos do passado, que descreveram em suas teses o rumo do campesinato com o que de fato é evidenciado nos dias atuais “fica evidente que os recursos de sobrevivência do campesinato têm provado ser mais fortes do que o que se poderia esperar naquele período”. Tais recursos são reportados por este autor destacando a flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados na família e fora dela, bem como a multiplicidade de soluções para os problemas cotidianos.

1.2 Evolução da agricultura camponesa no Brasil

No decorrer da história do pensamento geográfico agrário brasileiro, várias correntes têm se dedicado a compreender a agricultura sob o modo capitalista de produção, com abordagens fundamentadas nas concepções divergentes do pensamento clássico das questões agrárias, aqui analisadas anteriormente. É correto afirmar novamente que o caminho escolhido para revisitar alguns clássicos, que em outrora, estes pensadores construíram suas teses sobre a evolução do campesinato no modo de produção capitalista consiste na prerrogativa de que a presente pesquisa está sendo construída buscando um diálogo no interior da dialética marxista, entre suas posições teóricas que hora são divergentes, hora são convergentes.

1.2.1 O campesinato e a política no Brasil de José de Souza Martins

O uso da palavra campesinato e camponês é recente na história da sociedade brasileira. São expressões que carregam uma denotação sempre que depreciativa e ofensiva da população do campo, dos trabalhadores. Insere-se nesse contexto “o atrasado”, “o rústico”, “o ingênuo”, “o inacessível”, “o tolo”, “o tonto”. Possuidores de denominações próprias e variedades regionais conhecidos como “o caipira”, “o caiçara”, “o tabaréu”, “o caboclo”, sempre utilizadas em duplo sentido para designar aquele que vive longe, fora das povoações e das cidades. Do mesmo modo, os proprietários de terras, conhecidos como fazendeiros, senhores de engenho, tiveram suas denominações alteradas em instante correspondente ao camponês e passaram a ser designados de latifundiários.

Segundo Martins (1995, p. 23-24), “essas novas palavras – camponês e latifundiários – são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas camponesas”. Assim, a expressão camponês designa o seu lugar social no espaço geográfico, mas também na estrutura da sociedade e, pretende designar um destino histórico. Destino esse que em muito são ignorado, minimizado por uma concepção política que marginaliza ideologicamente para dar voz a história vencedora da elite burguesa brasileira.

Nessa tessitura, Martins (1995, p. 26) descreve a ausência histórica dos acontecimentos no campo como desprezo da nossa elite intelectual. Para ele, pouco sabemos sobre a história de resistência do campesinato e das comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas). Cita como exemplo a Guerra de Canudos na Bahia, a Guerra do Contestado no Paraná e em Santa Catarina, Trombas e Formoso em Goiás, Guerrilha do Araguaia, dentre outras. Tais movimentos foram e são ordenados numa perspectiva evolucionista por movimentos messiânicos, banditismo social, associativismo e sindicalismo, que tendem a serem pré-políticos.

Portanto, a origem social do campesinato brasileiro emerge ao período colonial, o que podemos denomina-los aqui de campesinato colonial. Designa-se aos agregados marginal no regime de trabalho escravo da grande fazenda, representados pelos mestiços (descendentes de índios e brancos) e pelos morgadios (brancos excluídos da primogenitura). Segundo Martins (1995, p. 32), “entraram para o rol dos agregados da fazenda, excluídos do direito de propriedade, obrigados ao pagamento de tributos variados, desde serviços, gêneros alimentícios[...] e, constituição de novas propriedades”, garantindo dessa maneira aos fazendeiros o monopólio de classe sobre a terra. Entretanto,

A massa dos excluídos constituída durante o período colonial não era, pois, massa indiferenciada. Isso permitia a um branco deserdado pelo morgadio abrir a sua própria posse, onde pudesse, e obter assim a sua sesmaria. Já um mestiço pobre podia abrir a sua posse, mas, devido aos mecanismos tradicionais de exclusão que alcançavam o impuro de sangue, dificilmente poderia tornar-se um sesmeiro. (MARTINS, 1995, p. 34).

A concessão da sesmaria tinha precedência legal sobre direitos de posse. A posse do fazendeiro conduzia à legitimação através do título de sesmaria; o mesmo não se dava com a posse do camponês, do mestiço, cujos direitos se efetivavam em nome do fazendeiro. Assim, os direitos dos camponeses que viviam como agregados só eram reconhecidos como extensão dos direitos dos fazendeiros, a sua luta era luta do outro (MARTINS, 1995, p. 34-35). Esta situação se diferencia do regime sesmarial praticado em Portugal. Assim,

As sesmarias em Portugal eram usadas para terras que já haviam sido lavradas e estavam abandonadas, quer dizer, eram terras que já tinham produzido e deveriam voltar a produzir alimentos locais. No Brasil não, o sentido da concessão das sesmarias era o de ocupação, desbravamento, conquista, desrespeitando qualquer tipo de uso indígena, ou ocupação pré-existente. Na verdade a concessão tinha o sentido de reafirmar a posse das terras em nome do rei e da coroa portuguesa, em disputa com a espanhola e outras nações europeias, e produzir bens de exportação. Quer dizer que, enquanto em Portugal as sesmarias tiveram um sentido de proporcionar a produção de alimentos e desenvolvimento para a população, no Brasil foi instrumento de conquista, mas também de garantia aos capitais mercantilistas de que sua mão de obra, escrava ou livre, não viria a ser proprietária de terras vagas (MARÉS, 2003, p. 57)

Segundo Martins (1995, p. 37) “a independência do território, em 1822, não representou um colapso para as relações coloniais. O monopólio da terra não se constituía na condição do trabalho escravo”. Porém, a escravidão determinava o monopólio de classe sobre a terra, por conter a possibilidade de desenvolvimento de uma economia paralela de trabalhadores livres, camponeses, e mestiços. Dessa maneira, o camponês era, portanto, excluído da condição de proprietário de terras. (Idem, p. 38)

Mas não somente os agregados constituía o campesinato da época. Também havia os posseiros e os sitiantes. O primeiro dizia respeito à relação jurídica com a terra, quando se têm a posse, mas não o domínio. O segundo correspondia ao pequeno agricultor independente, dono de um sítio, um lugar na terra, agricultores itinerantes, tendo as feiras como lugar privilegiado do comércio. (MARTINS, 1995, p.39-40)

Com o fim do Império e começo da República, segundo Martins (1995, p. 41-43), duas foram as modificações que atingiram os camponeses: “a abolição da escravatura negra [...] e, a transferência das terras devolutas do patrimônio da União para o patrimônio dos Estados (controlado pelas oligarquias regionais)”. A primeira situação compreende não tão somente as consequências dos interesses comerciais e de formação de mercados consumidores nas colônias por parte do império inglês, agindo com a proibição do tráfico negreiro no atlântico e, aprovação, sob pressão na legislação brasileira denominada Lei Eusébio de Queiros de 1850³, mas também devido um forte crescimento de movimentos de rebeldia, fuga e formação de quilombos por parte de negros vivendo em condição escrava nas grandes fazendas. Por outro lado as classes dominantes agrárias, para se assegurarem dos direitos a ela concedido, se ampararam na Lei de Terras de 1850⁴ que instituía um novo regime fundiário em substituição

³ Denomina-se Lei Eusébio de Queiros à legislação brasileira que no Segundo Reinado, aprovada em 4 de setembro de 1850, proibiu a entrada de africanos escravos no Brasil interatlântico [...] Institui-se na necessidade do país tomar por si só a decisão de colocar fim ao tráfico, preservando a imagem de nação soberana.

⁴ A Lei de Terras sancionada em setembro de 1850 determinou parâmetros e normas sobre a posse, manutenção, uso e comercialização de terras no Brasil. Seus objetivos compreendia estabelecer a compra como a única forma de obtenção de terras públicas, arrecadação de impostos com necessidade de registro e demarcação de terras,

ao regime sesmarial abolido em 1822, proibindo, dentre outras coisas, a abertura de novas posses e, instituindo a aquisição de terras mediante compra.

É na República, que encontramos alterado as bases sociais do espaço agrário brasileiro até então. Martins (1995, p. 45) afirma que “o monopólio de classe sobre o trabalhador escravo se transfigurou no monopólio de classe sobre a terra”. Isso significaria a transformação da renda capitalizada da força de trabalho em renda capitalizada da terra. Institui-se o coronelismo regional, com domínio de grandes propriedades, resguardada pelo uso opressor dos jagunços. “A força do coronel não era, portanto, sua, mas do governo a quem sustentava eleitoralmente e que o sustentava politicamente” (MARTINS, 1995, p. 49). A liberdade do camponês se restringia a liberdade de locomoção, de deixar um lugar por outro, uma fazenda por outra.

As questões de terra só podiam surgir, de acordo com Martins (1995, p. 65), a partir do momento em que a terra passasse a ser a parcela principal da fazenda. Um exemplo explicitado por esse autor diz respeito aos engenhos nordestinos. Quando a crise da cana impossibilitava a continuidade de se produzir, as terras passaram a ser arrendadas para o *foreiro*⁵. No período da Segunda Guerra Mundial, em função da demanda por matéria prima e gêneros alimentícios, o preço de derivados da cana aumentaram e, estes arrendatários foram expulsos destas propriedades e, outros ainda permaneceram na condição de agregados.

É nessa situação recente de expulsão de foreiros que surgiu as Ligas Camponesas, em 1955. É na situação de restrições das roças dos agregados da usina, do aumento do tempo dedicado de trabalho para a usina, do assalariamento destes que surgiu os Sindicatos. É na crise do café que os colonos se transformaram em *trabalhadores volantes*⁶. É no período da II Guerra Mundial que se verifica um desenvolvimento industrial e o crescimento do mercado interno [...] e, isso significou maciça expulsão sucessivas de camponeses. (MARTINS, 1995, p. 66)

Martins (1995, p. 67) afirma que é a partir dos anos 50 do século passado que a liga camponesa e o sindicato passaram a ser as formas mais importantes de organização política dos camponeses. O problema segundo este mesmo autor (Idem, p. 78) “estava na disputa entre a Liga, de um lado, e o Partido Comunista (PCB), de outro”. Enquanto o primeiro representava uma proposta política de revolução camponesa, o segundo, caminhava na direção

inviabilizar a compra por pessoas pobres, favorecer os grandes proprietários rurais e, tornar a terra um bem comercial.

⁵Pessoa que possui o controle útil de um empreendimento, por contrato, sendo que paga renda ou foro ao dono dessa empreendimento (senhorio);

⁶ Classe de trabalhadores agrícolas que trabalham em diversas lavouras mas não possuem suas próprias terras.

de uma coexistência pacífica com a burguesia, “que deveria resultar numa revolução democrática burguesa”. Porém, para ambos, o que estava em jogo, ou seja, o que determinava os conflitos, as disputas, não era exclusivamente a propriedade da terra, mas a renda capitalista da terra.

Dessa maneira, Martins (1995) assevera que a intensificação da grilagem das terras dos posseiros advém do aparecimento da renda territorial das terras onde não existia. Os grileiros buscavam não somente assegurar o monopólio de classe sobre a terra, a partir da titulação das propriedades, seja por apadrinhamento estatal, seja por falsificação documental em cartórios, mas, buscavam adquirir a própria renda fundiária convertida imediatamente em capital. O que sobrara ao camponês compreendia o pagamento por mais de uma vez pela posse da terra, seja em espécie, seja em trabalho. Os camponeses tinham pela frente não o proprietário de terra, o latifundiário *strito sensu*, mas o proprietário e capitalista. Por isso, segundo este autor, não tinha sentido uma aliança de camponeses e operários com a burguesia contra os latifundiários. (MARTINS, 1995, p. 79-80)

Dessa maneira, Martins (1995, p. 81) afirma que a história política do campesinato brasileiro não pode ser reconstruída separadamente da história das lutas pela tutela política do campesinato. Nesse sentido, apresenta três grupos que possuíam em suas plataformas a necessidade de reforma agrária por interesse social: O primeiro refere-se as Ligas Camponesas que atuaram em favor dos camponeses e contra o latifúndio improdutivo e decadente reivindicando a posse e o usufruto imediato das terras, com estratégias de uma reforma radical.

O segundo grupo refere-se ao Partido Comunista, fiel representante dos sindicatos, que tinha como ideologia a proposta de frente única, composta pela classe operária, camponeses, pequena burguesia e setores latifundiários. Asseguravam a garantia legal sobre as propriedades aos *camponeses ricos*⁷, anulação de dívidas e acesso à tecnologia. O terceiro grupo foi estabelecido pela Igreja Católica a partir da primeira pastoral sobre a situação da terra em 1950. Assim,

A Igreja entrou na questão agrária, através da pastoral de D. Inocêncio, por uma porta extremamente reacionária. Aquela pastoral nasceu numa reunião de fazendeiros, padres e professores rurais e não numa reunião de camponeses e trabalhadores rurais. A preocupação era com a agitação que estava chegando ao campo, com a possibilidade da Igreja perder os camponeses, como tinha perdido os operários. A questão era desproletarizar o operário do campo, evitar o êxodo que levava os trabalhadores para a cidade e os tornava vulneráveis à agitação e ao aliciamento dos comunistas [...]. (MARTINS, 1995, p. 88)

⁷ A concepção de camponeses ricos é uma importação ideológica, que provavelmente não fazia muito sentido aos presumíveis destinatários, os proprietários de empresas agrícolas que se chamavam a si mesmos de fazendeiros e com estes se identificavam.

No entenderdos bispos, só a fixação do homem à terra evitaria o êxodo, a proletarização. A transformação do trabalhador em pequeno proprietário constituiria assim a única saída para salvá-lo do comunismo. Em outubro de 1961, numa reunião da CNBB é assinado a gravidade da situação no meio rural, dos desequilíbrios regionais produzidos pela forma do desenvolvimento nacional. Em 1963 a CNBB admitiu que a desapropriação para fins de reforma agrária não constituiria um atentado ao direito de propriedade, desde que fosse justa a indenização, em dinheiros e em títulos. Reformularam a concepção de bem comum, que antes compreendia evitar pressão sobre a propriedade privada e, agora, atribuído à função social que deveria desempenhar a propriedade rural. (MARTINS, 1995, p. 88-89)

O golpe de 1964 revelou um processo que estava em andamento e que os representantes políticos de vários grupos não permitiu que fosse visto com clareza. Trata-se, segundo Martins (1995, p. 93), do projeto de reforma agrária da burguesia e dos grupos econômicos estrangeiros. Nessa prerrogativa que atendesse os interesses das classes dominantes, foi aprovado o Estatuto da Terra e, constituído o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), em fins de 1964. Prevê no Estatuto uma política de concentração de terras das pequenas propriedades e resistência do seu reaparecimento. As pequenas propriedades deveriam se tornar uma empresa e os latifúndios ser submetidos a pressões fiscais.

Porém, o princípio da modernização e do fortalecimento do mercado interno passou a ser o princípio definidor da reforma agrária brasileira. Extinguiram a Liga Camponesa e priorizaram o trabalhador assalariado. (MARTINS, 1995, p. 95-96)

Essa única válvula de reforma agrária, no entanto, foi em grande parte fechada apenas dois anos após sua promulgação do Estatuto, quando o governo federal estabeleceu uma política de subsídios para estimular a implantação de empresas industriais e agropecuárias na região amazônica [...] assim sendo, a mesma região que o Estatuto destinava formalmente à ocupação pelos camponeses deslocados das regiões onde exercia seus efeitos concentracionistas passou a ser destinado também aos grandes grupos econômicos, além do mais, estimulados pelos incentivos fiscais.(MARTINS, 1995, p. 97)

O fato é que com o aumento da concentração fundiária no território brasileiro, ou seja, terra de negócio, foi acompanhado progressivamente com o aumento de camponeses dedicado a lutar pela terra de trabalho. Segundo Martins (1995, p. 98), a partir da década de 1970, em todos os Estados do país eclodiram conflitos e lutas pela terra, envolvendo camponeses, de um lado, e grandes empresas, grileiros e latifundiários, de outro. A Igreja, através do Episcopado, no começo de 1980, produziu um documento em que firma uma posição de apoio ao campesinato e aos povos indígenas, defendendo a legitimidade da propriedade camponesa e/ou tribal como forma alternativa para a propriedade empresarial. (MARTINS,1995).

Não obstante desta fatídica realidade os camponeses, assim como as demais comunidades tradicionais, diferentemente do que estava previsto pelas elites agrárias, que historicamente buscam privilégios e manutenção enquanto classe dominante, lutam diuturnamente lado a lado e contra os “poderosos” para garantia de sua reprodução social e cultural, independente dos mecanismos de opressão utilizados. Resistir é a única forma de garantir às gerações futuras, tanto campesina, quanto tradicionais, a permanência na terra de trabalho. Por isso o entendimento por parte destes de que ela, a terra, é um bem natural e desta forma não concordar ser um produto comercializável efetivamente reforça uma ferramenta de resistência ao modus operandis do capitalismo.

1.2.2 Agricultura camponesa no Brasil de Ariovaldo Umbelino de Oliveira

O tema proposto nesta obra intitulada “Agricultura camponesa no Brasil” consiste na necessidade fundamental em nosso país de se compreender o desenvolvimento do modo capitalista de produção aqui na nossa formação social capitalista. Segundo Oliveira (2001, p. 11) “a compreensão sobre o desenvolvimento desigual do modo capitalista de produção só é possível se articulada com relações sociais não capitalistas. A unidade deve ser uma unidade na diversidade. E, o campo tem sido um lugar marcado por evidenciar tais contextualidades. Assim,

Se, de um lado, o capitalismo avançou em termos gerais por todo o território brasileiro, estabelecendo relações de produção especificamente capitalistas, promovendo a expropriação total do trabalhador brasileiro no campo, colocando-o nu, ou seja, desprovido de todos os meios de produção; de outro, as relações de produção não-capitalistas, como o trabalho familiar praticado pelo pequeno lavrador camponês, também avançaram mais. Essa contradição tem nos colocado frente a situações em que há a fusão entre a pessoa do proprietário da terra e a do capitalista; e também frente à subordinação da produção camponesa, pelo capital, que sujeita e expropria a renda da terra. E, mais que isso, expropria praticamente todo excedente produzido, reduzindo o rendimento do camponês ao mínimo necessário à sua reprodução física.(OLIVEIRA, 2001, p. 11)

Dessa maneira, segundo Oliveira, o capital sujeita a renda da terra e em seguida, subjuga o trabalho nela praticado. A luta pela propriedade da terra no Brasil evidencia um panorama inversamente proporcional às previsões da expansão do modo capitalista de produção sobre a agricultura. Ao passo que avança a concentração fundiária e a proletarianização da força produtiva, têm-se registrado um aumento de trabalhadores familiares no campo. Esta relação contraditória e desigual é eminentemente motivado pelo próprio desenvolvimento capitalista. (OLIVEIRA, 2001, p. 15)

A utilização destas relações de trabalho familiar, de um lado, poupa aos capitalistas o investimento em mão de obra, de outro, possibilita a apropriação do excedente produzido, transformando a renda da terra camponesa em capital. Dessa maneira, Oliveira (2001, p. 20) compreende que o capital não expande totalmente o trabalho assalariado no campo, assim como, não elimina totalmente do campo o trabalho familiar camponês. Na verdade, segundo este autor, ele - o capital - cria e o recria para que o fruto de sua produção seja capaz de reproduzir novos capitalistas.

Segundo Oliveira (2001, p. 25), esse conjunto de contradições que marcam o processo de desenvolvimento capitalista é revelador do domínio do trabalho assalariado nas grandes e médias propriedades e, do predomínio do trabalho familiar nas pequenas unidades de produção. Também é revelador do aumento do trabalho familiar no campo brasileiro, ao mesmo tempo em que se amplia o trabalho assalariado, não que o primeiro seja funcional e complementar ao segundo, mas devido as contradições internas do próprio modo capitalista de produção.

Para Oliveira (2001, p. 32), essa desigualdade está assentada no momento histórico de ocupação de cada unidade federativa. Consequentemente, a realidade de todo território nacional consiste na ampla concentração fundiária com áreas superior a 1000 hectares sob o domínio de uma minoria burguesa, enquanto os camponeses, a grande maioria da população do campo, estão numericamente concentrados em unidades produtivas inferior a 10 hectares e, mais grave ainda, um grande contingente populacional estão sem a terra.

É nesse processo dialético de reprodução ampliada do capital no espaço agrário brasileiro, ora contraposto pela força de trabalho, ora pela concentração de terras, que percebemos o campesinato como um movimento de dentro do modo capitalista de produção. Vendo como uma classe de dentro, este autor converge com o pensamento de Martins (*apud* Oliveira, 2001, p. 47) de que a gênese do nosso campesinato está inserida dentro do modo capitalista de produção e, mesmo com a constante expulsão da terra, o camponês vai lutar para entrar novamente. Dessa maneira, a reprodução social da agricultura camponesa dentro do modo capitalista de produção é contraditória e combinada, do próprio sistema capitalista.

Entendemos, portanto, que o desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda da terra ao capital, quer pela compra da terra para explorar ou vender, quer pela subordinação à produção do tipo camponês. O fundamental para o capital é a sujeição da renda da terra, pois a partir daí, ele tem as condições necessárias para sujeitar também o trabalho que se dá na terra. (OLIVEIRA, 2001, p. 49)

Para essa concepção de sujeição da terra e do trabalho familiar ao capital, Oliveira (2001, p. 55-56), compreende que o primeiro elemento da produção camponesa a ser

analisado é a força de trabalho. Para o autor, o trabalho familiar é o motor do processo de trabalho na produção camponesa. É também derivado desta característica que a família abre a possibilidade da combinação de outras relações de trabalho no interior da unidade produtiva, como por exemplo, a ajuda mútua, a parceria, o trabalho acessório e o trabalho assalariado. Porém, tais combinações parte do entendimento que a força de trabalho familiar na unidade produtiva é insuficiente para assegurar as necessidades básica da família.

Oliveira define as características de cada uma dessas relações. Segundo este autor, a *ajuda mútua* aparece na unidade produtiva sob diferentes formas, sendo a mais comum o mutirão e a troca de dias. Ela é a solução encontrada para realizar o trabalho que a família não conseguiria realizar. A *parceria* condiz na dificuldade de produção por algum motivador, o que leva o camponês à um acordo, da força de trabalho, externo a sua unidade produtiva dividindo com o outro as despesas e os lucros resultante deste labor. O *trabalho acessório* é a capacidade do camponês de transformar periodicamente em trabalhador assalariado para aquisição de renda suplementar à da unidade produtiva. O *trabalho assalariado*, refere-se ao trabalho contratado temporariamente dentro da unidade produtiva em momentos de ciclos agrícolas em que a família sozinha não é suficiente para execução de todas as atividades. (OLIVEIRA, 2001, p. 56-58)

Outro elemento importante da produção camponesa segundo Oliveira (2001, p. 60-61) é a propriedade da terra. Esta é para este autor “a propriedade direta de instrumentos de trabalho que pertence ao próprio trabalhador. É pois terra de trabalho”. A propriedade familiar camponesa é diferente da propriedade capitalista da terra. Ela não é regulada pela necessidade de lucro do capital. Ela não provém da exploração de trabalhadores expropriados, mas, parte do seu trabalho é apropriado pelo capital, e isso significa a “sujeição da renda da terra ao capital”.

A propriedade dos meios de produção compreenderia o terceiro componente da produção camponesa. Segundo o autor são na maioria das vezes adquiridos externo a unidade de produção familiar, o que constitui, portanto, uma mercadoria. E é a necessidade de acesso desta mercadoria que o camponês trava relação com o capital. É por meio deste processo que parte da renda é drenada para o capital financeiro por intermédio de empréstimos e para o capital industrial pelo acesso barato da produção camponesa. (OLIVEIRA, 2001, p. 63)

Contudo, o que evidencia e fortalece a agricultura camponesa no Brasil compreende não somente uma classe social externa ao modo de produção capitalista, na verdade o campesinato deve ser visto de dentro, a unidade deve ser uma unidade na diversidade, uma reprodução social e cultural desigual, capaz de reproduzir suas peculiaridades e assegurar a

sua manutenção nas gerações futuras por meio de readaptações, reinvenções ao modo na qual está inserido, mesmo que constantemente explorados, seja direto ou indiretamente, porém resguardados de suas características fundamentais: o trabalho familiar e a terra.

1.2.3 O camponato no recorte espaço temporal da pesquisa

As transformações contemporâneas no espaço agrário brasileiro são resultantes da extensão do capital urbano-industrial de forma desigual e contraditória. Tais mudanças vêm promovendo para Oliveira (2014, p. 17), uma “reordenação territorial” que “não pode ser explicado somente pelas relações capitalistas”, conforme aponta Martins (1996).

As insurgências camponesas que se intensificaram após a implantação das políticas agrárias do regime militar no Brasil foram promotoras da marginalização dos movimentos camponeses em prol da centralização dos interesses da elite latifundiária, monopolista e agroexportadora: “[...] a história do Brasil é a história das suas classes dominantes, é uma história de senhores e generais, não é uma história dos trabalhadores e rebeldes.” (MARTINS, 1990, p. 26)

Nos intempéries da ditadura militar após o golpe de 1964 e, mais expressivamente, após 1970, as questões centrais geradoras dos conflitos agrários estiveram exclusivamente na expropriação dos camponeses e comunidades tradicionais da terra como medida política de inibição dos avanços sociais - antes conquistados pelos movimentos camponeses na direção de uma consistente Reforma Agrária –e, em prol da ampliação dos domínios das grandes propriedades rurais, ordenada pelo desenvolvimentismo coexistente do capital e sob a tutela política e econômica do Estado. Uma reprodução ampliada do capital, mediante a conversão da terra em mercadoria, portanto, em renda capitalizada, ou seja, uma dimensão da reprodução capitalista do capital (MARTINS, 1996).

A partir do golpe de Estado de 1964 e do estabelecimento da ditadura militar, a Amazônia transformou-se num imenso cenário de ocupação territorial massiva, violenta e rápida, processo que continuou, ainda que atenuado, com a reinstauração do regime político civil e democrático em 1985. (MARTINS, 1996, p. 26)

O país vivia um momento de grandes pressões do capital. De um lado, o expressivo crescimento industrial, concentrado estrategicamente na região sudeste, com demanda de matéria prima oriundas dos descontínuos arquipélagos econômicos das regiões do país. Aqui vale uma ressalva do slogan governamental: “integrar para não entregar” apresentada por Oliveira (1991). Do outro, o mercado internacional capitalista, das grandes potências

econômicas, cobrando a produção em grande escala de gêneros alimentícios e de matéria prima, fato resultante do grande volume de investimentos aos cofres público do Brasil.

O Estado, respondendo às expectativas do capital internacional e, aos interesses das elites agrárias nacional, por via do Ministério de Integração Nacional e de suas respectivas Superintendência de Desenvolvimento (principalmente a SUDENE e a SUDAM) publica o decreto lei nº 1.106 de 16 de junho de 1970 que trata da criação do Programa de Integração Nacional (PIN), com finalidade específica de financiar o plano de obras de infraestrutura e promover sua mais rápida integração à economia nacional. Também publica em face ao Ministério de Desenvolvimento Agrário o decreto lei nº 1.110 de 9 de julho de 1970 que trata da criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com finalidade de direcionar o processo de colonização no sentido dos “vazios demográficos” na incumbência de amenizar e até mesmo “solucionar” os conflitos fundiários da região sul e sudeste. Uma transferência geográfica de conflitos. Ao analisar esse processo, Oliveira destaca que:

Os estados que receberam projetos de colonização pública foram Pará, Rondônia, Acre, Roraima e, em parte, Mato Grosso, que se caracterizou pela presença da colonização privada. Dessa forma, índios, posseiros, colonos e grileiros passaram a constituir personagens dos conflitos. Em defesa dos índios nasceu o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e na dos posseiros e dos colonos, a Comissão Pastoral da Terra (CPT). A violência, que se voltava indistintamente contra os posseiros, colonos e índios, passou a atingir também seus defensores: padres, agentes pastorais, advogados e lideranças sindicais ou não. (OLIVEIRA, 2001, p. 192)

Nessa lógica contraditória pretendemos compreender os conflitos agrários na luta pela terra em São Félix do Araguaia-MT. García Paret (2012) em seus estudos no médio Araguaia, afirma que “desde o século passado, a região vem marcando o Brasil com seus conflitos, lutas e conquistas”. Assim,

No decorrer dos anos setenta e oitenta, a região foi subjugada por uma miríade de conflitos de terra que brotavam ao redor dos grandes latifúndios. Na época, a Prelazia de São Félix do Araguaia esteve à frente da luta pelos direitos dos esquecidos e prejudicados pelas políticas de ocupação e desenvolvimento. As experiências vivenciadas pelas equipes pastorais consolidaram-se em instituições que nasceram a partir de dois movimentos importantes de colonização das ações de denúncia e de defesa dos direitos dos índios e dos camponeses: A Comissão Pastoral da Terra e o Conselho Indigenista Missionário. (GARCÍA PARET, 2012, p. 45)

A Igreja que num processo histórico sempre esteve alinhada ao Estado, se apresenta, no auge da ditadura, como a Instituição capaz de amparar àqueles desprovidos de direito. Ao camponês posseiroexpulso, não lhe restara alternativas que não compreendesse tão somente à migração em direção de novas fronteiras; proletarização nos centros urbanos e nos grandes

empreendimentos agropecuários em consolidação, ou, resistir e lutar pela terra de trabalho. A participação efetiva do Bispo Dom Pedro Casaldáliga foi de grande importância para assegurar a permanência e a luta dos camponeses pela terra em São Félix do Araguaia. Assim, Martins afirma:

A recente expansão da fronteira mostrou isso de maneira muito clara. Práticas de violência nas relações de trabalho, com a escravidão por dívida, próprias da história da frente de expansão, são adotadas sem dificuldades por modernas empresas da frente pioneira. Pobres povoados camponeses da frente de expansão permanecem ao lado de fazendas de grandes grupos econômicos, equipadas com o que de mais moderno existe em termos de tecnologia. Missionários católicos e protestantes, identificados com as orientações teológicas modernas da Teologia da Libertação encontram lugar em suas celebrações para as concepções religiosas tradicionais do catolicismo rústico, próprio da frente de expansão. (MARTINS, 1996, p. 40)

Nos estudos de Oliveira (1999, p. 72) os camponeses, em vez de se proletarizarem, passaram a lutar para continuarem sendo camponeses. A este fato implicam a violência cometida a mando dos “grandes” fazendeiros, ora executada pelos jagunços, ora executada pelos próprios militares. Segundo Feliciano (2015, p. 125), “as mortes no campo brasileiro estão vinculadas as duas formas centrais de resistência territorial: (re) entrar na terra e permanecer na terra”. Dessa forma,

A ação incômoda criada pelos camponeses e povos tradicionais e a todo custo rejeitada pelas oligarquias rurais e suportada pelo Estado, não está somente na busca pelo direito ao trabalho livre ou coletivo, mas também e principalmente no que está subjacente à sua necessidade de concretização: o questionamento do direito à propriedade privada da terra. (FELICIANO, 2015, p. 127)

Nesta lógica, a terra no médio Araguaia tornou-se objeto de disputa por distintos projetos em consolidação: das comunidades tradicionais, ocupantes primeiro deste território que resistem as pressões externas que levam a supressão de suas respectivas áreas; dos camponeses posseiros, representantes da frente de expansão sobre territórios devolutos, indígenas e propriedades griladas; e, dos empreendimentos capitalistas que se instalaram a partir dos incentivos fiscais e financeiros do Estado e, têm na respectiva terra uma relação de negócio. Portanto, esta pesquisa atenta-se a análise dos conflitos específicos entre camponeses e latifundiários que serão abordadas nas discussões posteriores.

CAPITULO 2 PRIMEIRAS OCUPAÇÕES E O PAPEL DA CPT NA LUTA PELA TERRA NA REGIÃO DA PRELAZIA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

2.1A chegada dos posseiros no médio Araguaia

Para analisarmos esta conjuntura, de chegada dos posseiros no território desta pesquisa é preciso primeiramente reconhecermos a existência anterior de territórios ocupados por várias etnias indígenas, que encontravam em seus diferentes modos de vida, suas respectivas sobrevivências. Essa constatação é para Martins (2009, p. 9-10), uma situação de fronteira para aqueles que estão “do outro lado” que corresponde à limites de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos e com interesses diferentes dos que estão do “lado de cá”.

Dessa forma, Lima Filho (1998, p. 25), entende que a fronteira, ou seja, a frente de expansão da sociedade “civilizada” sobre territórios ocupados por povos indígenas no médio Araguaia iniciou ainda no ciclo de Bandeiras, do final do século XVI, o que abrange o período do Brasil Colônia. De acordo com suas pesquisas, este período foi denominado “Ciclo Paraubava”⁸ e, sua finalidade compreendia o aprisionamento de nativos e descoberta de minas de ouro. Este mesmo autor descreve que em meados do século XVII surgiu um novo

⁸ O rio Araguaia era conhecido pelos bandeirantes paulistas como *Paraubava*, alvo das bandeiras desde 1590. (LIMA FILHO, 1998, p. 25)

momento da frente de expansão denominado “Ciclo Araguaia” em que pese não somente a busca de metais preciosos e aprisionamento de nativos, mas as missões catequéticas jesuítas.

Nestas investidas algumas etnias indígenas permitiram o contato com as categorias emergentes, elucidadas em muitas literaturas como heróis e desbravadores. Outras se mantiveram praticamente isoladas até o início do século XX como os Xavante e os Kaiapó. É por esse comportamento divergente que Casaldáliga (1971, p. 4) assevera que devido as particularidades de cada etnia indígena deste território, tais etnias responderam diferentemente ao contato dos povos civilizados. Segundo ele, as características marcantes da etnia Xavante são evidenciadas por serem caçadores, fortes e bravos; os Carajá de pescadores, comunicativos e artesãos; os Tapirapé de lavradores e sensíveis.

Todas estas incursões que objetivava desde a descoberta de riquezas minerais, a tomada de territórios e a submissão da força de trabalho indígena à condição de trabalho escravo, defrontou-se com a resistência e o enfrentamento dos povos tradicionais em defesa de suas terras. Assim, Lima Filho (1998, p. 27) descreve que algumas etnias permaneceram isoladas do contato com a sociedade nacional até as últimas décadas do século XIX na região do médio Araguaia. Ainda, segundo este mesmo autor (idem) este isolamento é rompido no início do século XX com a tentativa de investidas salesianas e de colonos, que resultaram em emboscadas indígenas e mortes de inúmeros estranhos. Para ele (idem, p. 28) essas expedições muniam de notícias a mídia, que reforçava no imaginário nacional a ideia de uma região selvagem, exótica e distante.

Contudo, o que ideologicamente justifica a ocupação de “vazios demográficos” no território nacional, consiste na negação do outro, da sua existência e, certamente, justifica ao longo de décadas o extermínio de povos tradicionais para consolidação do projeto de expansão do modo capitalista de produção. A fronteira que outrora emergira no médio Araguaia⁹, região nordeste do estado de Mato Grosso foi estimulada por um aglomerado de interesses de ordem econômica, política, social e ideológica, em que pese primeiramente a ampliação do capital no território nacional a partir da integração dos chamados “arquipélagos econômicos” e, em segundo plano, a busca de alternativas para amenizar os conflitos (principalmente agrários) concentrados nas regiões litorâneas do Brasil.

Mediante estas descrições cronológicas, os primeiros camponeses posseiros à compartilhar deste território com os povos indígenas de forma menos conflitiva foram

⁹ A expressão **médio Araguaia** compreende o curso do rio Araguaia no nordeste mato-grossense. É popularmente utilizado para designar a microrregião geográfica **norte Araguaia**, área que compreende o território de atuação da prelazia de São Félix do Araguaia. Nesta dissertação a expressão médio Araguaia será insistentemente utilizada como mecanismo de dar voz e identificar o lugar de fala dos sujeitos pesquisados.

migrantes oriundos principalmente da região nordeste do país, que chegaram nesta região no início do século XX, incentivados pelas concepções milenaristas¹⁰ inspiradas nas profecias de padre Cícero sobre “a existência de um lugar mítico depois da travessia do grande rio [...]”. Esse lugar mítico é reconhecido como o lugar das Bandeiras Verdes, que ninguém sabe dizer exatamente o que é nem onde é”. Seria, um lugar de refrigério, de águas abundantes, de terras livres, que contrasta com o Nordeste árido e latifundiário. (MARTINS, 2009, p. 164),

Para Martins (2009, p. 164-165) os movimentos migratórios são lentos, com paradas demoradas ao longo de todo trajeto e, sempre feito em grupos familiares e/ou de mesma localidade. Estes fenômenos vêm ocorrendo desde o início do século XX na direção Leste-Oeste correspondendo ao deslocamento de fronteiras e do movimento de efetiva ocupação do território, que mescla e adapta-se ao movimento próprio da frente de expansão. Nessa mesma tessitura Ianni (1979, p. 12), apesar de tratar da política de colonização da Amazônia, colocada em prática pela ditadura militar a partir de 1964, descreve que esse movimento migratório inicial acontecia de forma espontânea e de certo modo, obedecendo a mesma direção descrita anteriormente, correspondendo à um singular processo de colonização espontâneo. Em correspondente situação,

Santa Terezinha é o primeiro povoado habitado em toda região do Baixo Araguaia. Entre 1910 e 1915 chegam os primeiros sertanejos dispostos a ocupar estes “gerais”. Em 1926, Santa Terezinha já tinha pequena Igreja. Em 1932 foram inaugurados os prédios da Igreja e da casa dos padres que ainda hoje existe sobre o Morro de Areia. (ALVORADA, 1997, p. 12)

O lugarejo Santa Terezinha do Araguaia, denominado primeiramente de Furo de Pedra, está localizado à margem esquerda do rio Araguaia, frente a Ilha do Bananal (porção de terras pertencente ao estado do Tocantins, antigo norte goiano) e com faixa de divisa com o sudeste do estado do Pará. A travessia do rio Araguaia compreendia a marcha da “Bandeira Verde”, que foi se expandindo, nas primeiras décadas do século XX, pelas terras de todo médio Araguaia no estado de Mato Grosso. Para Ianni (1979, p. 11) os posseiros chegavam na Amazônia vindo de diferentes lugares e ocupavam terras devolutas, tribais e latifundiárias.

[...] Uns vêm do Nordeste; outros do Sul. De todas as regiões do país vêm trabalhadores rurais e seus familiares para a Amazônia. Em muitos casos, chegam antes dos latifundiários, fazendeiros ou empresários, nacionais e estrangeiros. Outras vezes chegam juntos, misturados, todos buscando terra. Uns para plantar casa e roça e fazer criação; outros para formar fazendas de lavoura, gado, ou gado e lavoura; também aqueles que só querem a terra, a propriedade; e outros, que lidam com o comércio da terra: grileiros, jagunços, pistoleiros. Todos são migrantes, um para fazer negócios, outros por precisão. Às vezes mais, às vezes menos, estão sempre chegando, faz tempo, em muitos lugares. (IANNI, 1979, p. 11)

¹⁰Crença de que haverá na terra, antes do dia do julgamento final, um reino de paz estabelecido por Jesus que durará mil anos e será benéfico e pacífico.

Não obstante das demais partes da Amazônia os camponeses posseiros foram ocupando “terras virgens”, áreas devolutas, terras indígenas no médio Araguaia. Esterci (2008, p. 27), discorre que ao passo em que as famílias chegavam iam organizando vilas às margens do rio Araguaia, enquanto outras famílias se direcionavam diretamente para o interior, para o sertão, construindo casas, sítios, roças e áreas de serviços de cada família. A mesma autora (idem) assegura que os posseiros estavam organizados em núcleos de unidades domésticas, concentrados em torno de uma liderança e, ligados entre si por vínculos de compadrio, afinidade e parentesco.

Coexistente ao deslocamento de posseiros para às proximidades do povoado de Santa Terezinha, o gradativo fluxo de navegações pelo rio Araguaia despertava interesses pelo uso das terras à margem esquerda deste rio, principalmente para criação de gado nas pastagens naturais formada por toda extensão de várzea da microrregião norte Araguaia. Assim, no final da década de 1930, camponeses da região Norte (principalmente do estado do Pará) e também da região Centro Oeste (norte goiano, atual estado do Tocantins e, de outras partes do estado do Mato Grosso) além camponeses posseiros oriundos da marcha espontânea do Nordeste, deram continuidade ao processo de formação de outros povoados ribeirinhos como Mato Verde (atual município de Luciara) e Gariroba (atual município de São Félix do Araguaia).

Esta segunda etapa de deslocamento e fixação de camponeses e médios produtores para o médio Araguaia marcou uma peculiar diferenciação do fluxo migratório ocorrido em direção ao povoado de Santa Terezinha do Araguaia. Enquanto as primeiras migrações camponesas compreendiam um movimento exclusivo de posseiros e liderados por uma representação camponesa em busca das profecias da Bandeira Verde, ou seja, de terra de trabalho, os posteriores movimentos migratórios mesclavam posseiros e médios fazendeiros em regime de coronelismo, praticado no dispêndio do local de origem da migração. Temos a exemplo a figura emblemática do senhor Lúcio da Luz, coronel fazendeiro do sudeste do estado do Pará que migrou com sua família e inúmeras famílias camponesas agregadas desta região e também do norte goiano, tornando-se o fundador do povoado Mato Verde, hoje Luciara. E, Severiano Neves, piauiense, tornou-se fazendeiro no Sul do Pará e migrou-se juntamente com o grupo de Lúcio da Luz. Desgarrou-se desse grupo e tornou-se fundador do povoado de Gariroba, hoje São Félix do Araguaia.

Em 1937 Getúlio Vargas criou o Estado Novo e reorganizou as instituições estatais com a finalidade de promover a integração e conseqüente desenvolvimento do país. Passou a promover programas e políticas para que estas ações se concretizasse. Tais medidas implicavam na integração dos arquipélagos econômicos existente no país até então. Dessa

maneira, vários projetos de infraestrutura de investidora nacional deveriam ser colocados em prática como a ampliação de matrizes energéticas, de transportes, armazenagem e transformação da matéria prima e, sobretudo, distribuição do contingente populacional pelo território nacional.

A partir da década de 1940 o fluxo migratório para o médio Araguaia no estado de Mato Grosso ganhou nova proporção e intensidade. A Fundação Brasil Central (FBC), que teve origem na Expedição Roncador-Xingu foi um órgão criado em 1943 com o objetivo de "desbravar e colonizar as zonas compreendidas nos altos rios Araguaia, Xingu e no Brasil Central e Ocidental", região alvo da chamada "Marcha para Oeste". Um programa de colonização e ocupação de fronteiras impulsionado pelo então presidente Getúlio Vargas nos primeiros anos do Estado Novo. Estas ações tornaram claro o interesse do governo em incentivar o deslocamento migratório para ocupação dos "vazios demográficos", integrando economicamente esta região ao território nacional.

Todavia, tais ações de fato repercutiram em um deslocamento populacional de todas as partes e, de todos os segmentos de classe como posseiros, médio e grande produtor agropecuário, peões, além de grileiros e negociantes de terra, caracterizando diferentes interesses e uso da terra: para uns terra de trabalho e, para outros terra de negócio. O médio Araguaia, em especial o recorte desta pesquisa (município de São Félix do Araguaia) tornou-se território atrativo e receptor desta mobilidade populacional.

A medida que implantavam os grandes empreendimentos agropecuários de forma mais intensa a partir da década de 1950, os fazendeiros latifundiários trataram imediatamente de seduzir trabalhadores dispostos a realizar aberturas de fazendas para formação de pastagens para criação bovina extensiva. Trata-se do regime de peonagem, e estes eram oriundos principalmente da região Nordeste. Tais latifundiários contratavam serviços de aliciadores que vendiam falsas promessas de bons salários e garantias dos direitos trabalhistas. Chegavam de embarcações para as fazendas mais próxima do rio Araguaia e, de aviões, para as outras mais distante.

Porém, o papel dos aliciadores também implicava em incentivar camponeses posseiros a migrarem com sua família para esta região na possibilidade de adquirir o direito de exploração da terra, assim como de constituírem um "cadastro de reserva" de trabalhadores da terra, que, dispensasse uma parcela de tempo na sua unidade familiar para ofertar seu trabalho nos latifúndios em formação, além de desprenderem parte da sua produção familiar para o consumo dos trabalhadores do latifúndio, principalmente aos que ocupavam das funções administrativas.

Entende-se que nessa tessitura o projeto de Integração Nacional-Desenvolvimentista de Vargas colocado em prática durante seu governo (1930-1945), de certo modo, comportava a expansão do modo capitalista de produção pelo território brasileiro, assim como assegurava a existência da produção de base familiar, visto não de fora ao próprio modo capitalista de produção, mas por dentro dele. Talvez por isso que ainda hoje o nome desse personagem é utilizado em referência ao slogan de aquele que foi “o pai dos pobres e a mãe dos ricos”.

Concomitante às políticas de Vargas, com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945 e com a dispersão planetária das grandes indústrias dos países desenvolvidos, a industrialização brasileira cresceu exponencialmente associando capital internacional, capital nacional privado e capital nacional estatal. Segundo Porto-Gonçalves (2015, p. 38), a perspectiva hegemônica ganhava força a partir da ideologia do desenvolvimento, substituindo a ideologia do progresso que por sua vez substituiu a ideologia da colonização. Assim, a demanda por matéria prima e gêneros alimentícios aumentava substancialmente em proporções equivalentes, implicando num processo de modernização agrícola iniciado na década de 1960, denominada “Revolução Verde”. Tais mudanças promoveram avanços tecnológicos e comerciais expressivos para o campo, ampliando a concentração de terras e reduzindo as relações produtivas tradicionais. Assim,

[...] com a criação da SUDAM e do BASA, em 1966, o governo colocou a disposição de latifundiários e fazendeiros estímulos e favores fiscais e creditícios, políticos e econômicos, para a formação e o crescimento de latifúndios, fazendas, ou empresas agropecuárias, de extrativismo e mineração. Foi assim que se intensificou a migração de trabalhadores, empreiteiros, gerentes, técnicos, latifundiários, fazendeiros e empresários para diferentes áreas da Amazônia. [...] À medida que iniciavam ou expandiam os empreendimentos capitalistas na Amazônia, os empresários, fazendeiros e latifundiários tratavam de atrair para a região contingentes de trabalhadores do exército de reserva constituído no Nordeste e outras partes do país. (IANNI, 1979, p. 12)

Dessa maneira, o poder estatal passaria a operar de modo a favorecer a expansão da empresa capitalista no campo. Este processo expulsou de suas unidades produtivas um grande número de camponeses, transformando-os em boia fria, trabalhadores volantes e operários urbanos. Essa lógica encontra-se com o pensamento de Feliciano (2015, p. 126), do fortalecimento do Estado para apoderamento das classes dominantes e, também de Oliveira (2007) do desenvolvimento capitalista baseado na irracionalidade, na promoção da violência contra a classe social camponesa. Em Mato Grosso, sobretudo na região nordeste do Estado evidenciou-se a expansão da pecuária extensiva e do extrativismo vegetal. Para tanto foram destinados subsídios políticos e econômicos aos tais agropecuaristas e extrativistas com finalidade de ampliar seus respectivos domínios sob a supressão das terras de uma enorme parcela de comunidades tradicionais e camponesas para fins de aumento de produção e

atendimento aos mercados consumidores externo.

No município de São Félix do Araguaia, “graças” aos incentivos recebidos do Estado, grandes empreendimentos agropecuários se estabeleceram promovendo uma dinâmica peculiar aos ocorridos em toda Amazônia. Um exemplo marcante desta cruel realidade compreende a formação do empreendimento agropecuário denominado Suiá-Missú ainda no final da década de 1960, com aproximados 700.000 hectares de terra. O que estava em curso era a ampla e acelerada apropriação e concentração de terras tribais, de terras ocupadas por camponeses posseiros, ou de terras devolutas e, suas respectivas transformações em propriedades privadas de latifúndios, de empresários nacionais e estrangeiros.

Ao mesmo tempo em que ampliavam os empreendimentos agropecuários, no médio Araguaia, camponeses se organizavam para defender o que entendiam de direito de propriedade. Mesmo não tendo o título de propriedade de terras, estes compreendiam que sendo a terra um bem natural, o direito de uso desta estaria reservado na ocupação e apropriação, fato que para muitos era tido como certo. E esse pensamento fez com que estes que fora excluído desse processo de regularização e uso da terra, promovido pelo estado brasileiro, se organizasse para lutar a fim de permanecer na terra. Para Ianni (1979, p. 42) em pouco tempo, na Amazônia de terras-dos-sem-fim surge e agrava-se a luta pela terra. Ainda segundo o mesmo autor (idem) foi este o contexto no qual começaram a formar-se bases rurais de organizações políticas revolucionárias.

2.1.1 Pedro Casaldáliga e a questão da terra nas delimitações da Prelazia de São Félix do Araguaia

Segundo Lowy (2016, p. 63) a Igreja Católica no Brasil sempre expressou uma tendência esmagadoramente conservadora, restaurativa e regressiva de seu passado corporativo, fundamentado em uma sociedade hierárquica pré-capitalista, na qual tinha poder e privilégios extraordinários. Esta orientação que predomina na Igreja participou efetivamente do golpe militar de 1964, sob a alegação, conforme Angelozzi (2017, p. 66) do possível avanço comunista no território nacional. Para este autor (2017, p. 114) as relações entre bispos católicos e autoridades do Estado, até 1968, eram de franca cooperação.

A partir da publicação do AI-5¹¹ e do “fechamento” do regime em 1968, o excesso dos

¹¹Ato Institucional nº 5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva. Foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados.

militares promoveu, de certo modo, uma situação essencial para fragmentação de setores importantes da Igreja. Foi nesse contexto que os conservadores da Igreja Católica, ou seja, os mesmos defensores do regime militar no Brasil, que disseminavam o comunismo como a grande ameaça nacional, passaram, segundo Lowy (2016, p. 63) a conviver e evidenciar àqueles cuja sensibilidade católica se diferenciava e, suas principais motivações consistiam na simpatia com a situação dos pobres e, que de certo modo eram atraídos pelo pensamento socialista e/ou comunista. Esta ala progressista apoiava os movimentos ditos “rebeldes” como movimento operário e ligas camponesas. Destacam-se a Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Operária Católica (JOC) e Movimento de Educação de Base (MEB), que objetivavam o desenvolvimento individual e coletivo dos indivíduos a partir da consciência crítica. (ANGELOZZI, 2017, p. 67)

Pedro Maria Casaldáliga Plá é contemporâneo a esta parcela dita radical da Igreja. Nasceu no dia 16 de fevereiro de 1928 no povoado de Balsareny, na Catalunha, Espanha, foi seminarista e lá optou pela vocação sacerdotal missionária. Em 31 de maio de 1952, Pedro Casaldáliga foi ordenado padre em Barcelona e, posteriormente designado para Guiné na África com a finalidade de implantar cursos de cristandade. Deixando a África, Pedro trazia no seu imaginário o terceiro mundo, os pobres da terra e, essa nova Igreja, a “Igreja dos pobres”, assim denominada mais tarde. E este legado foi decisivo para tomada de decisão quando em 1967, em Assembleia, os Claretianos o designou para “o anúncio da palavra como missão na Igreja” no nordeste mato-grossense. Ele tinha a permissão de sua congregação de fundar a missão Claretiana no território onde se consolidaria a Prelazia de São Félix do Araguaia.

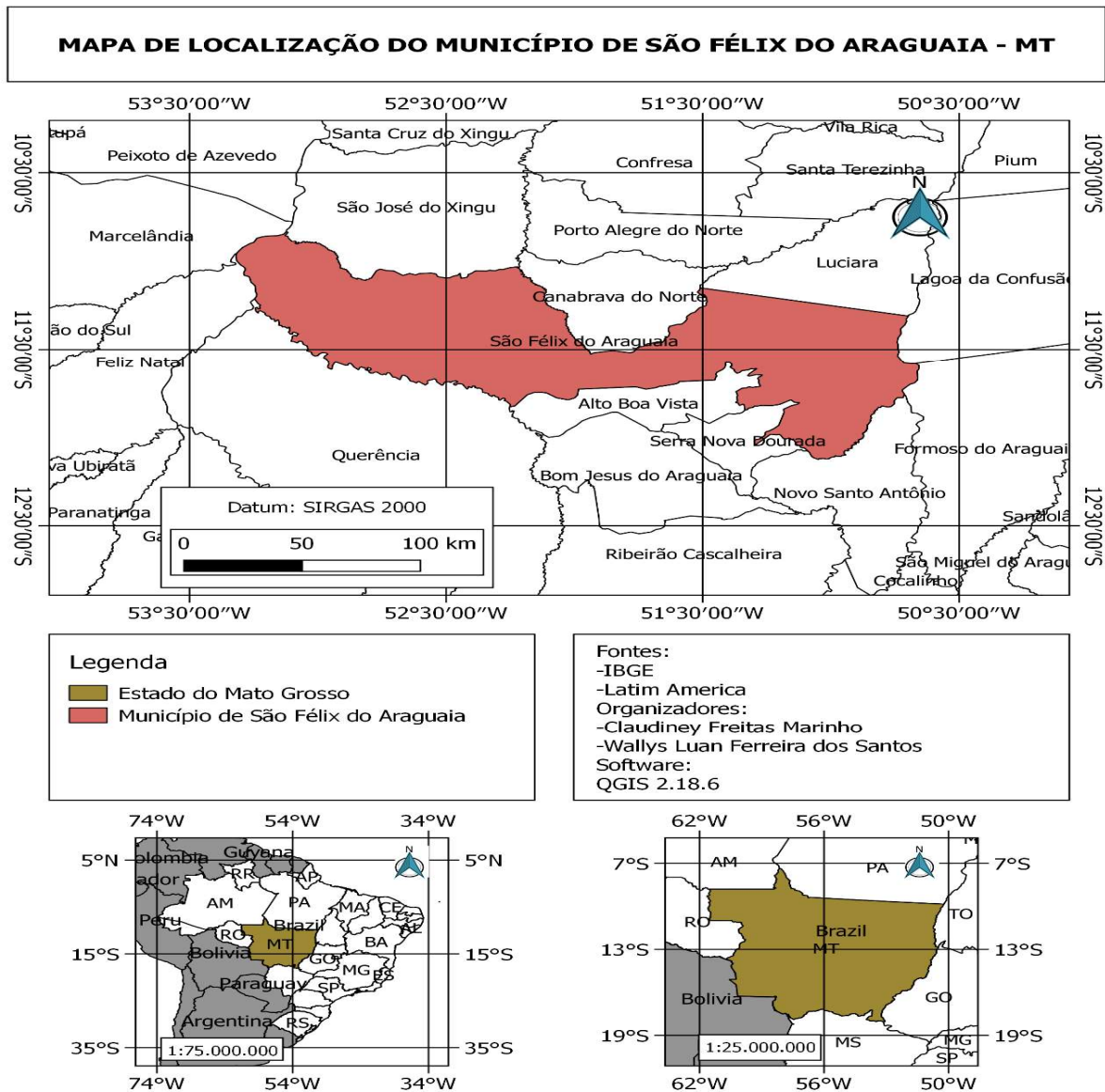
Chegou ao Brasil em 26 de janeiro de 1968, permanecendo no Rio de Janeiro em um processo de formação e adaptação ao clima tropical neste país. Destinou-se a São Félix do Araguaia em 30 de julho de 1968, às vésperas da II Conferência do Episcopado Latino-Americano em Medellín ocorrido em 08 de setembro de 1968, de onde fundamentou-se na sua caminhada. Segundo Barros apud CASALDÁLIGA (2007, p. 3-4) nesta Conferência a Igreja Latino-Americana estabeleceu a opção pelos pobres: “uma Igreja missionária e pascal... Pobre e despojada dos meios de poder... Uma Igreja, à serviço da libertação de toda a humanidade e de cada ser humano por inteiro...”

Concomitante a este pensamento, Lowy (2016, p. 73) diz que a Teologia da Libertação e o Cristianismo da Libertação compreende um corpo de texto teológico produzido a partir de 1970 que expressa um vasto movimento social e religioso e, que envolveu setores significativos da Igreja (padres, ordens religiosas, bispos) e movimentos religiosos laicos

(JUC, JOC, redes pastorais, CEBs, associações, camponeses, movimento das mulheres). Porém, este movimento, ainda segundo o mesmo autor (idem, p. 80) não se disseminou por toda a Igreja. Influenciou apenas uma parcela das Igrejas latino-americanas, permanecendo a grande maioria à tendência predominante conservadora e/ou moderada. Adverte ainda que seu impacto estava longe de ser desprezível, especialmente no Brasil, onde a Conferência Nacional dos Bispos (CNBB), apesar de pressões insistentes do Vaticano, recuou-se a condená-la.

Para Lowy (2016, p. 80-81) a Igreja latino-americana deixava de se apresentar como uma corporação homogênea. E esta situação tornava possível distinguir quatro tendências que emergiram no interior da Igreja, sendo: uma poderosa corrente conservadora e tradicionalista; uma corrente reformista e moderada; uma minoria fundamentalista e ultra-reacionária; uma minoria radical e simpatizante da Teologia da Libertação. Tais distinções ajudam a compreender às orientações que Pedro Casaldáliga assumiu ao formar sua equipe pastoral em 1968. Lowy (2016, p. 81), afirma que o Bispo integrava a quarta tendência, representada por progressistas revolucionários solidários aos movimentos populares, de trabalhadores proletários e camponeses.

A chegada do missionário claretiano Pedro Casaldáliga e de sua equipe pastoral no médio Araguaia, em Mato Grosso e, o compromisso destes em diagnosticar a realidade social vivida por toda população que encontrava-se neste território, o que compreende todos municípios representados no mapa a seguir, foi certamente marcada por expectativas daqueles que disputavam diferentes interesses pela terra. Era sabido que índios, camponeses posseiros, peões, grileiros, jagunços, fazendeiros, comerciantes, dentre muitos outros segmentos sociais viviam em declarado conflito pelo bem maior, que é a terra. De um lado, os empreendedores agropecuários e grileiros, que aliados ao Estado manifestavam interesse de mútua cooperação com a Igreja. Do outro lado, indígenas, camponeses, peões e outros segmentos sociais em condições de extrema vulnerabilidade social (fome, expulsão, pauperização e êxodo) e não tendo a quem recorrer.



Segundo Casaldáliga (1971, p. 1) somente depois de três anos, após percorrer o território que se constituiria a Prelazia de São Félix do Araguaia, a equipe pastoral iniciou uma espécie de ruptura com o papel tradicional da Igreja e suas relações com o Estado e elites burguesas, aproximando-se de movimentos das classes oprimidas através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Para este autor (idem) “a Igreja do Araguaia é também a Igreja da Amazônia e, origina-se dos oprimidos, da periferia”. Desta maneira, criou-se a Prelazia¹² de São Félix do Araguaia no ano de 1970 e, fortaleceu-se um trabalho de luta em favor dos oprimidos e contra os opressores

¹² Citado em Scaloppe (2012, p. 16). Em nota de rodapé define que Prelazia é uma circunscrição eclesiástica, que não possui independência financeira. “Chama-se de Prelazia uma Diocese ainda não plenamente organizada; uma diocese que começa”.

Esta Prelazia de São Félix, bem no coração do Brasil, abrange uns 150.000 km² de extensão, dentro da Amazônia Legal, no nordeste do Mato Grosso, e com a Ilha do Bananal em Goiás. Esta encravada entre os rios Araguaia e Xingú e lhe faz como espigão dorsal, de Sul a Norte, a Serra do Roncador.

O decreto de ereção da Prelazia, “Quo commodius”, assinado por Paulo VI, aos 13 de março de 1970, define assim os limites estritos da Prelazia de São Félix: “ao norte os confins da Prelazia de Conceição do Araguaia, que atualmente delimitam os Estados do Para e do Mato Grosso; ao leste os confins da Prelazia de Cristalândia, e a oeste os da Prelazia de Diamantino, ou seja, os rios Araguaia e Xingu; ao sul a linha traçada em direção noroeste desde as confluências dos rios Curuá e das Mortes; e daí em linha reta até a confluência dos rios Couto de Magalhães e Xingú”. (CASALDÁLIGA, 1970, p. 4)

Seguindo as deliberações da Conferência Episcopal Latino Americana de Medellín, a Prelazia de São Félix do Araguaia passou a ser uma espécie de laboratório, estabelecendo a este prelado como foco principal os mesmos princípios estabelecidos na Conferência, que consiste na opção pelos pobres, na reorganização das pastorais e comunidades de base para promoção humana e, na dignidade pessoal do homem e na ajuda mútua (ANGELOZZI, 2017, p. 117). Tais fatos podem ser evidenciados na celebração de 20 anos de caminhada da Igreja no médio Araguaia em que Pedro Casaldáliga escrevia aos fiéis da Prelazia:

O povo que habitava nestas bandas era quase todo Povo indígena até os anos 30 [...] a partir, foram chegando nortistas, nordestinos[...]. Eram os sertanejos posseiros. As grandes fazendas que aqui se abriam – desmatando e muitas vezes matando – arrebanharam milhares de peões. No meio desse povo foi estabelecida a Igreja local de São Félix do Araguaia. Para evangelizar esse Povo o Espírito a criou. Desse Povo ela devia cuidar, à luz da fé e com as armas do Evangelho. E nesta missão, que tanto exigia a celebração da missa como o atendimento da saúde e a educação, a administração do batismo e a luta pela terra, nossa Igreja, a Prelazia, entrou em conflito com os poderosos da região, do estado, do país. O latifúndio e seus pistoleiros, o estado e sua polícia, a ditadura militar e suas forças de segurança ou do exército, caíram em cima de nós e em cima do povo. Foi o tempo da grande repressão, a hora dura e bonita do martírio¹³.

A tomada de decisão, de lutar por condições de trabalho digno e contra a concentração excludente de terras, lhes renderam ao mesmo tempo admiração, respeito, esperança, complacência e resiliência dos pobres oprimidos, assim como ódio, ira, amargura, fragmentação e vingança dos opressores e seus fiéis defensores. Tais ações exigiam desta Prelazia e principalmente de Pedro Casaldáliga, novas práticas pastorais, novos comportamentos e, isto ficou nítido no rompimento com “os poderosos” do Araguaia, assim como no distanciamento e na crítica ao regime autoritário em curso no Brasil. No auge das disputas pelo bem maior, que é a terra, a Igreja do Araguaia fortaleceu sua identidade como a Igreja dos oprimidos da terra.

Já havíamos cortado relações com as fazendas. Não podíamos celebrar a Eucaristia à sombra dos poderosos senhores, viajando em seus carros ou aviões, comendo ou bebendo uísque em sua mesa, sendo ‘assistidos’ nas celebrações pelos que

¹³ CASALDÁLIGA, P. Nossa Igreja. **Alvorada**. São Félix do Araguaia, julho/agosto/1990, p. 2

escravizam sistematicamente os irmãos menores; essa já não seria a Ceia do Senhor!. Deixávamos de ser amigos dos grandes e os enfrentávamos. Nenhum explorador ou colaborador usado pela exploração poderia ser padrinho de batismo, por exemplo. (CASALDÁLIGA, 1979, p. 36)

Esta nova postura da equipe pastoral da Prelazia de São Félix do Araguaia, de certa forma influenciou o Clero a providenciar em regime de extrema urgência a nunciatura de um Bispo para este prelado. Foi, porém, D. Tomás de Balduino, Bispo de Goiás, que após comunicação em confidencialidade à Pedro Casaldáliga - respeitando o pedido de consulta da equipe desta Pastoral - o responsável por anunciar ao povo e conceder o rito de ordenação, que aconteceu às margens do rio Araguaia.

O primeiro ato de Pedro Casaldáliga como Bispo foi distribuir documentos em diversos meios de comunicação e por todas comunidades do médio Araguaia, anunciando a posição sócio-política da Igreja do Araguaia e denunciando às barbáries cometidas neste território. Os principais documentos-denúncia publicado na carta pastoral foram intitulados “Uma Igreja na Amazônia em Conflito com o Latifúndio e Marginalização Social” e, “Escravidão e Feudalismo no Norte do Mato Grosso”. Casaldáliga (1971, p. 1) afirmava que se “a primeira missão do Bispo é a de ser profeta” e “o profeta é a voz daqueles que não têm voz” (card. Marty), não poderia, honestamente, ficar de boca calada ao receber a plenitude do serviço sacerdotal.

A Carta Pastoral, resultante do trabalho coletivo dos agentes deste prelado, e de autoria do Bispo Pedro Casaldáliga apresenta uma descrição geográfica da área que compõe a Prelazia de São Félix do Araguaia, a origem e a distribuição populacional, diferentes formas de exploração da terra, os financiamentos das grandes fazendas, o regime de peonagem, os conflitos, a exploração da força de trabalho, a escravidão, a pobreza reinante, a ausência do Estado.

2.1.2 O Bispo e a CPT na luta pela terra em São Felix do Araguaia

Todo território da Prelazia de São Félix do Araguaia está situado na Amazônia Legal sob jurisprudência da SUDAM. E esta condição tornou-se a mais atrativa para os grandes empreendimentos agropecuários, graça aos incentivos financeiros deste órgão. Casaldáliga (1971, p. 9) em sua carta pastoral, ao tratar do latifúndio no médio Araguaia diz que estas terras foram adquiridas por compra ou requeridas junto ao governo de Mato Grosso onde recebiam o título definitivo, ou seja, o domínio, da propriedade. Posteriormente foram vendidas à comerciantes de terra, tornando-a uma mercadoria passíveis de aquisição,

materializando a renda territorial da terra. Compreendiam grandes extensões territoriais correspondendo concentração fundiária, como foi o caso da fazenda SuiáMissú, de aproximadamente 700.000 hectares.

De acordo com Casaldáliga (1971, p. 9), o governo disponibilizava recursos aos empreendimentos que estavam se instalando na Amazônia de até 75% dos projetos submetidos e aprovados pela SUDAM. E esta condição tornou o território da Prelazia de São Félix do Araguaia um grande atrativo para empresas agropecuárias que almejavam tais financiamentos estatais.

Concomitante aos projetos de formação de latifúndios, os projetos de colonização particular, que originaram os municípios de Canarana, Vila Rica, Água Boa e Confresa passaram a disputar os subsídios financeiros e também os incentivos fiscais. Tais situações agravaram ainda mais a situação dos camponeses posseiros e das comunidades indígenas ocupantes deste território. Na medida que tais projetos iam sendo implantados, a partir de uma migração populacional dirigida, principalmente do Sul para Mato Grosso, direcionavam a ampliação dos latifúndios e consequente concentração de terras para às áreas antes ocupadas. Estas expansões foram acompanhadas principalmente por grilagem de terras e falsificações de documentos, oficializando o papel criminoso dos cartórios regionais e das paróquias da Igreja Católica e, legitimando a terra em mercadoria. Assim,

As terras indígenas ou devolutas estão sendo invadidas, griladas ou compradas por grileiros, latifundiários, fazendeiros ou empresários. Em geral, esses empreendimentos privados, que afastam, expulsam ou destroem núcleos indígenas e de posseiros (colonização espontânea) estão apoiados pela sua própria força econômica e política e protegidos pelos órgãos do poder estatal. (IANNI, 1979, p. 21)

A Igreja do Araguaia, seguindo orientações da CNBB e da vocação à Teologia da Libertação, coordenada pelo bispo Pedro Casaldáliga, organizou sua equipe pastoral composta por padres, freiras e leigos, em várias frentes de atuação junto aos oprimidos, em defesa do que se entendia por direito de uso da terra. Segundo Escribano (2014, p. 34) “as campanhas missionárias que Casaldáliga planejou [...] consistiam em três meses de uma equipe num povoado do sertão, para de lá irradiar na área rural adjacente”. As atividades sempre inseridas dentro de encontros religiosos com finalidade de descobrir líderes naturais, combinavam alfabetização de adultos, assistência à saúde e dinâmicas associativas. Para Escribano (idem) o objetivo das incursões religiosas nos povoados consistia em criar comunidades de base a partir do lugar de sua respectiva atuação.

As iniciativas que incentivavam camponeses e comunidades tradicionais a lutarem pelo direito de permanecerem na terra e dela tirarem sua sobrevivência, ao mesmo tempo

desafiavam o latifúndio, seus projetos de expansão, e certamente o estado e seus representantes oficiais, que as entendiam como ações subversivas. As ações da pastoral da Prelazia de São Félix do Araguaia nas comunidades camponesas, representavam - a partir de um entendimento da conjuntura política – uma certa rebeldia e, implicaria conforme Escribano (2014, p. 14) aos agentes da ditadura militar uma interpretação de autêntica manobra de agitação política subversiva.

As incursões¹⁴ da equipe pastoral, assim como também do Bispo Pedro Casaldáliga, não se restringiram ao município de São Félix do Araguaia. Elas alcançaram todo território da Prelazia, com foco principalmente para às áreas em que camponeses posseiros estavam sendo expulsos, perseguidos e explorados, graças ao advento da concentração de terras favorável ao latifúndio. Assim,

[...] é evidente que, fiel à longa tradição, a Igreja não pode deixar de denunciar e proclamar as exigências fundamentais de justiça. Há a obrigação pastoral da Igreja, quando defende a propriedade individual da terra e dos meios de produção, de sempre enfatizar a sua função social. (CNBB, 2014, p.51)

Em síntese, de acordo com as deliberações da CNBB para comunidade religiosa católica brasileira, que certamente orientou a pastoral da Prelazia de São Félix do Araguaia, toda propriedade particular é naturalmente penhorada pela sua destinação social. O segmento católico que se orienta pela Teologia da Libertação, assim como é o caso deste prelado, questionava radicalmente o direito de propriedade absoluta e sem limites. Conforme mencionado anteriormente, Pedro Casaldáliga posicionou-se ideologicamente contra a concentração de terras e consequente ampliação do latifúndio sobre terras camponesas e indígenas, tornando-o um dos personagens menos desejados pela elite agrária no médio Araguaia, em Mato Grosso.

Com o advento de financeirização do latifúndio pelo governo o número de grandes propriedades na Amazônia aumentou significativamente. E, isso, implicou na ampliação dos conflitos por terras em todo território do Araguaia, onde posseiros e indígenas se tornaram vítimas de uma luta desigual pelo bem maior que é a terra. Tal decisão do estado em financeirizar a grande propriedade em detrimento da pequena implicou em duas situações que facilmente podem ser observadas: a primeira consiste em afirmar o pensamento de Feliciano, do apoderamento do estado para defesa da propriedade privada e seus donatários e, a segunda, compreende a sujeição dos trabalhadores da terra ao processo de expropriação e proletarianização mediante ao avanço do capitalismo na agricultura, no Brasil, apresentado por Oliveira e Martins, analisados anteriormente.

¹⁴Entrar em uma área com um certo grau de risco. (disponível em <http://www.dicionarioinformal.com.br>)

A Comissão Pastoral da Terra Nacional, criada no ano de 1975 e, atuante no território da Prelazia de São Félix do Araguaia, juntamente com o Bispo Pedro Casaldáliga e toda equipe deste prelado (padres, freiras e leigos), constituíram a principal expressão política e ideológica dos oprimidos e vítimas dos conflitos pela terra, no médio Araguaia. Sua criação compreende uma resposta às graves situações vividas pelos trabalhadores rurais, posseiros, peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam.

Um fato semelhante e contemporâneo à situação ocorrida no território da Prelazia de São Félix do Araguaia, compreende a trajetória política de Pe. Josimo na região do Bico do Papagaio, no estado do Tocantins. Esta liderança religiosa foi protagonista da luta camponesa pela terra. Lira & Santos (2017, p. 32) descreve a situação desta região em que suas principais vítimas foram despossuídas das propriedades de terra e, não aceitando tais imposições, iniciaram contestações das relações de poder. Para eles, o papel resguardado dos agentes pastorais é de questionar às condições ilegítimas de aquisição de terras e, evidenciar às crueldades dos grandes fazendeiros.

A atuação da CPT junto aos camponeses ocorria em momento coincidente as celebrações de missa nos povoados realizados ora pelo Bispo Pedro Casaldáliga, ora por outros padres que compunha esta pastoral. Ao término das celebrações os agentes pastorais se interagem com a comunidade acolhendo todos os problemas, principalmente no que trata de questões agrárias, sobretudo às de conflitos. Suas responsabilidades enquanto agentes pastorais consistiam em conceder orientações que permitissem almejar a permanência das famílias na terra, ou, que permitisse ter dignidade no trabalho remunerado para aqueles que trabalhavam nesse regime.

A opção da Igreja do Araguaia para com a evangelização libertadora dos pobres e oprimidos da terra, fruto da contestação da realidade local vivenciada, colocava (e ainda coloca) todos os agentes desta pastoral em desacordo com o latifúndio e seus representantes. Casaldáliga (1971, p. 7) anunciava que em se tratando dos fazendeiros, gerentes e administrativos das grandes propriedades a ação pastoral era praticamente impossível, sempre que não aceitavam o poder de opressão social que o latifúndio encarnava. Para este pensador religioso “ajudar na libertação dos oprimidos é o meio mais direto e eficaz de contribuir para a libertação do opressor”.

2.1.3 Um Bispo por dentro do conflito: as ameaças do latifúndio e do estado

O projeto em curso no território denominado médio Araguaia, desde a década de 1960, que designou certo dinamismo econômico através da ampliação de grandes latifúndios agropecuários não se completou na sua essência. A grande mobilização religiosa, ideológica e política do Bispo Pedro Casaldáliga e de seus agentes pastorais, representados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) foram efetivos nas comunidades camponesas, com composição de CEBs, formação de lideranças, mobilização de resistências, criação de associações, ambos com finalidade de fortalecimento de uma identidade campesina para acesso e permanência na terra da família de posseiros presente neste território, assim como na garantia de direitos e deveres trabalhistas àqueles proletários em regime de peonagem.

A incompreensão por parte de uma minoria e do Estado quanto à possibilidade do uso do território por diferentes atores de classe social distinta, tornara para Casaldáliga (1971), o território vulnerável ao conflito. Assim também, a finalidade dada por estes atores como sendo terra de negócio para uns e, terra de trabalho para outros como corresponsável pela intensidade dos conflitos. E, é nesta conjuntura, enquanto representante social que Casaldáliga e sua equipe pastoral se colocaram em preferência a classe explorada. Um posicionamento que contradiz a ala conservadora católica, que por sua vez, foi (e é) grande defensora dos atores sociais hegemônicos.

Segundo Casaldáliga (1971, p. 11), “após o início das atividades agropecuárias ligadas à SUDAM, uma série de dificuldades surgiram para estes abnegados e sofridos camponeses – desbravadores”. Teceremos desde então quatro conflitos vivenciados a partir da segunda metade do século XX, no território médio Araguaia.

Praticamente todo território do médio Araguaia no Mato Grosso, até a primeira metade do século XX integrava-se à um único município, que é o atual município de Barra do Garças. O primeiro ponto alcançado pelos camponeses, por volta de 1910 foi o chamado Furo de Pedras, atual município de Santa Terezinha do Araguaia. Durante muito tempo, o posto mais importante para barqueiros comerciantes que traziam alimentos básicos como açúcar, sal, óleo e, retornavam com carnes e couros de peixe e caça. (ESTERCI, 2008, p. 6)

A partir de 1952 o governo do estado de Mato Grosso iniciou um processo de concessão e de transações de compra e venda de terras públicas à particulares. A falta de clareza destas relações desencadeou em várias denúncias realizadas contra o governo de Mato Grosso pelo descumprimento das dimensões territoriais previstas em Lei, por atingir terras da União e, abrandar “transferência” de módulos excedentes para parentes. Mesmo com tais

denúncias de fraude o governo decidiu emitir títulos de propriedade (ESTERCI, 2008, p. 7). Estas situações são correspondentes ao pensamento de Oliveira (2001, p. 29) quanto à estrutura fundiária brasileira de seu caráter concentrador de terras e, (idem, p. 35) o Centro Oeste e a Amazônia como uma espécie de “paraíso” do latifúndio.

Foram através desses mecanismos que no ano de 1966 a Cooperativa de Desenvolvimento do Araguaia (CODEARA) passou a deter o domínio de 150.000 hectares de terras no que é hoje o município de Santa Terezinha do Araguaia. Esterci (2008, p. 7-8) descreve em seus estudos que a Cooperativa submeteu e aprovou junto a SUDAM, um projeto de benefícios fiscais e de financiamento de exploração de toda área e, nesta conta se inseria o povoado e as Unidades Produtivas (UPs) dos camponeses posseiros. O grande interesse do latifúndio para desapropriação e transferência dos oprimidos da terra desta comunidade consistia na localização geográfica tanto do povoado quanto das UPs, às margens do rio Araguaia, principal via de transporte de pessoas e mercadorias. Casaldáliga (1971, p. 11) acrescenta ainda que neste período, no povoado, encontrava-se em pleno funcionamento a Cooperativa Agrícola Mista do Araguaia que agregava trabalhadores e posseiros da área e, o ambulatório médico, ou seja, uma forma de organização coletiva capaz de dificultar o processo de desintração destas áreas de grande interesse do latifúndio.

A resistência foi certamente um movimento de posseiros ao tomarem consciência sobre o direito a eles concedido pelo uso primeiro da terra, assim também, por reconhecerem as consequências da desapropriação, fruto do domínio de propriedade que o estado de Mato Grosso concedeu a partir da comercialização e titulação de grandes extensões de áreas à uma minoria agrária burguesa. Tais ações compreende uma consciência de classe e, seguramente, a Igreja e seus agentes pastorais tiveram grande influência para com os posseiros camponeses. Destaca-se a figura carismática do Pe. Francisco Jentel e posterior do Pe. Antônio Canuto, atuantes in lócus como orientadores das lutas e, organizadores de espaços institucionais de resistência, sob apoio incondicional do Bispo Pedro Casaldáliga. (ESTERCI, 2008, p. 13; CASALDÁLIGA, 1971, p. 12)

Por sua vez, a empresa, representada por gerentes, administradores, empreiteiros, jagunços e peões que defendiam os interesses dos proprietários opressores e, o Estado, atuando como árbitro, porém com expressivo papel de assegurar, conforme Feliciano (2015, p. 127), o poder de uma classe que procura manter-se em condição dominante. Desta forma,

Estas lutas abarcam o período que vai de 1967 a 1972 e os acontecimentos aqui relacionados se deram, grosso modo, de acordo com a seguinte ordem cronológica: as lutas contra o fechamento dos caminhos, pela manutenção da propriedade e pela preservação da mata, ocorreram logo no primeiro ano do conflito, em 1967; a iniciativa de opor uma resistência à expropriação da aguada foi tomada em 1968,

num período de conjuntura favorável, quando os direitos à propriedade e ao uso da mata estiveram, momentaneamente, resguardados; já a luta pelo espaço urbano, que começou a ser ameaçado pela empresa em 1969, só se expressou de forma coletiva, em 1972, através do episódio que ficou conhecido como a "briga do ambulatório", constituindo-se o ponto alto do conflito, provocando a interferência decisiva do Estado e desencadeando a ação repressiva de maior vulto contra os moradores do povoado. (ESTERCI, 2008, p. 17)

Segundo Casaldáliga (1971, p. 12) foram necessários mais de três anos até que a Companhia, forçada e a contragosto, doasse 5.582 hectares para serem repartidos por mais de 100 famílias. Estas obrigatoriedades marcaram sucessivas práticas de violência contra os camponeses posseiros e demais integrantes da comunidade de Santa Terezinha. Tais ações consistiam na omissão do Estado, cercamento do povoado, abertura da mata dentro das unidades produtivas familiares, abuso da autoridade policial, ameaças dos jagunços, tentativas de associação dos camponeses à guerrilha do Araguaia, considerada prática subversiva e, ensaios de transferência desta comunidade para outras áreas distante do rio Araguaia. A resistência camponesa materializou-se na esperança de garantir o direito de uso da terra na modalidade familiar; no reconhecimento da ilegitimidade do discurso da ordem dominante e, na coragem da grande maioria de posseiros para o enfrentamento. (ESTERCI, 2008, p. 63-64)

Em São Félix do Araguaia diversos conflitos marcaram a história dos camponeses posseiros que habitam esta parcela do território médio Araguaia desde ainda a primeira metade do século XX. Porém, serão relatados aqui dois conflitos ocorridos. O primeiro, trata-se do povoado de Pontinópolis. O conflito agrário relevante deste povoado inicia na primeira metade da década de 1960, momento de criação da Agropecuária Suiá-Missú, de propriedade do senhor Ariosto Riva (CASALDÁLIGA, 1971, p. 14). Na época da abertura deste latifúndio residiam cerca de 300 famílias de camponeses posseiros em proximidade deste povoado anunciado. Uma parcela significativa da etnia Xavante também ocupava o território que estava sendo apropriado pelo latifúndio.

No primeiro momento Ariosto Riva tratou de encontrar mecanismos de retirar deste território os tais "ocupantes". Os dirigentes articularam para inicialmente criar um clima de paz a fim de não transparecer o projeto em andamento, até mesmo porque necessitavam de mão de obra para as primeiras aberturas do latifúndio. E esta situação foi determinante para que o dono da agropecuária permitisse que às famílias camponesas posseiras de Pontinópolis permanecessem nas suas unidades produtivas, explorando as suas respectivas posses, porém com o dispêndio de empregar percentual ou total força de trabalho no grande latifúndio. Na segunda metade da década de 1960, após aprovado projeto de exploração da

grande área junto à SUDAM, o proprietário decidiu expulsar os camponeses e suas respectivas famílias, com aparato policial e pistolagem (o lema era: “sair ou morrer”) e, empregar trabalhadores em regime de peonagem, oriundos de diferentes regiões do Brasil, mas, principalmente da região Nordeste. (CASALDÁLIGA, 1971, p. 14)

Pedro Casaldáliga e diversos agentes pastorais, em atitudes semelhantes às descritas com o povoado de Santa Terezinha atuaram diretamente junto aos camponeses posseiros do povoado de Pontinópolis, orientando quanto aos direitos de uso da terra, fortalecendo neles suas identidades camponesas, o espírito de resistência e luta para permanecerem nas áreas que exploravam por décadas. Tais camponeses, já organizados, decidiram recorrer as autoridades competentes. Elegeram dois camponeses – o senhor José Antônio dos Santos e Antônio Batista dos Santos – para procurarem o órgão do governo federal em Cuiabá, responsável pelas terras ocupadas. Tratava-se do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) que na época recebeu a denúncia e entreviu com destinação de 15.000 hectares de terras, o que compreenderia as áreas férteis ocupadas próximas ao povoado de Pontinópolis(CASALDÁLIGA, 1971, p. 14)

Contrariando às deliberações do INDA, Ariosto Riva demarcou 15.000 hectares em outra área da grande fazenda, longe das unidades produtivas e do povoado Pontinópolis. Uma área com predominância do bioma Cerrado e varjão (na estação seca tem características de cerrado aberto, mas durante a estação chuvosa transforma-se em pradarias de vegetação flutuante), com demanda maior do emprego de força de trabalho familiar e certo isolamento geográfico. Tal situação gerou um desconforto para muitos que decidiram abandonar suas unidades produtivas e migrar para outros lugares, a procura de uma outra terra em que pudesse reproduzir sua unidade familiar.

Porém, o papel importante desenvolvido pelos agentes pastorais e sobretudo por Pedro Casaldáliga, tornou a grande maioria destes camponeses motivados para permanecerem onde já estavam à décadas, mesmo sobre fortes pressões por parte dos representantes do latifúndio. Diga-se passagem, pressões sempre motivadas por violência de alto grau e até morte. Estes episódios persistiram até o momento que a voz da prelazia se fez ouvida pelas instituições estatais e, assegurou, conforme determinado, a permanência das famílias camponesas no local de origem.

Outra situação de conflito agrário no município de São Félix do Araguaia de grande relevância para dinâmica territorial do médio Araguaia consiste ainda sob o mesmo latifúndio Suiá-Missú. A parte que nos interessa em descrever trata-se do território indígena ocupado por séculos pela etnia Xavante, que tiveram seus domínios grilado e anexado ao latifúndio. Toda

população indígena foi expulsa e dirigida para outro território, no município de General Carneiro, próximo ao município de Barra do Garças, ambos em Mato Grosso. Para que tais ações se realizasse o governo militar, na década de 1960, disponibilizou aos interesses do dono do latifúndio, aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) e, a Igreja Católica participou efetivamente com missionários salesianos que já atuavam neste território em regime de evangelização e de desobriga¹⁵. Foram importantes no “convencimento” da necessidade de transferência da área que ocupavam denominada Marãiwatsédé.

As estratégias de transferência iam para além destas ações. Portanto, os efetivos ataques de pistoleiros aos índios Xavante, em diferentes aldeias à mando dos gerentes do latifúndio e, a “proteção” oferecida pelo dono da agropecuária, possibilitou um falso aldeamento que foi localizado ao lado da sede da fazenda. Tal situação disseminou moléstias e sucessivas mortes, essenciais para convencimento da necessidade de transferência de toda etnia indígena para outros territórios (Jornal o Estado de São Paulo, 1969, p. 6). Desta maneira, foram distanciados cerca de 400 Km de seu território, para áreas de missões salesianas, o que permitiu a consolidação deste latifúndio.

No final da década de 1970 os domínios do latifúndio foi transferido, após compra e venda para Companhia Geral Italiana de Petróleo (AGIP). Os contínuos estímulos fiscais e financeiros por parte da Sudam possibilitou a exploração intensa, principalmente extrativista e pecuária bovina. No processo de redemocratização do Brasil, em meados da década de 1980 houve interrupção destes investimentos por parte do governo, o que de certa forma mudou o rumo dos interesses do grupo AGIP, principalmente no que confere a continuidade de investimentos em atividades primárias. Esta situação reafirma o interesse pela companhia em captação de recursos financeiros estatais para outros fins.

No início da década de 1990 o grupo AGIP passou por intensos questionamentos principalmente de ordem ambiental e social. Na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como Eco 92, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992, sob pressões diversas, este grupo se comprometeu, mediante indenização do governo federal, na devolução de aproximados 160.000 hectares do grande latifúndio Suiá-Missúaos índios da etnia Xavante. O problema estaria próximo de ser resolvido pois tanto o governo federal quanto o grupo Agip haviam se comprometido nesta Conferência.

Todos os procedimentos jurídicos para desapropriação de partes do latifúndio foram tomados. O grupo Agip foi indenizado e parcela da terra estava prestes a ser devolvida aos

¹⁵ Desobrigas são celebrações de casamentos e batismos nos sertões. O padre é neste caso um simples distribuidor de sacramentos. (ESCRIBANO, 2014, p. 33)

Xavante. Este mesmo grupo já manifestavam interesses na comercialização da outra grande parte do latifúndio. Nessa perspectiva, uma sociedade de dois irmãos de grandes empreendedores latifundiários adquiriram o domínio de aproximados 170.000 hectares para formação da agropecuária Rio Preto, origem do Projeto de Assentamento Dom Pedro, que será analisado no terceiro capítulo.

No entanto, um grupo de ex administradores e gerentes da Suiá-Missú descontentes da decisão de fracionamento deste latifúndio, e da devolução de aproximados 160.000 hectares de terras para formação da reserva indígena Marãiwatsédé associaram – se à grileiros e atravessadores de terras e decidiram incentivar diversas famílias camponesas que encontravam-se expropriadas do direito de posse e de propriedade para ocupação principalmente da área destinada aos Xavante. A morosidade jurídica favoreceu tal acontecimento.

A Prelazia de São Félix do Araguaia, a CPT e sobretudo o Bispo Pedro Casaldáliga tentou insistentemente alertar quanto a sobreposição de uso do território. Porém, ações governamentais equivocadas acabaram por permitir a ocupação e apropriação da terra indígena Marãiwatsédé. Tais ações compreendiam abertura de estradas vicinais, distribuição redes de eletrificação rural, disponibilização de linhas de créditos, efetivação de projetos de habitação, escolas e posto de saúde. Por outro lado, os grileiros comercializaram terras, falsificaram documentos, consolidaram médias e grandes propriedades e, os camponeses posseiros delimitaram suas unidades produtivas, criaram o povoado denominado Estrela do Araguaia, instituíram associações de produtores de base familiar.

Estas ações governamentais equivocadas associadas com a morosidade da justiça para a devolução definitiva dos direitos de domínio da área destinada a formação da reserva indígena Marãiwatsédé criou no imaginário, principalmente dos camponeses, uma quase “certeza” de direito constituído pela exploração de suas unidades produtivas. Foram vinte anos de ocupação no seio da unidade coletiva. Foram exatamente esse mesmo tempo de permanência orquestrados ora por subsídios do governo federal, ora pelos excedentes comercializáveis da unidade familiar. Corresponde o equivalente tempo desprendido pelas famílias camponesas no que entendiam como terra de trabalho e, por isso, a compreensão da possibilidade de permanência, de exploração, de resistência da sua unidade familiar.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), também conhecida como Rio + 20, aconteceu na cidade do Rio de Janeiro no ano de 2012. As deliberações dali tomada, de certo modo, pressionaram a justiça quanto a devolução da terra indígena Marãiwatsédé. No início de janeiro de 2013 o governo federal decidiu cumprir a

decisão judicial e, procedeu para desintrusão da respectivas terra, porém com o dispêndio de expulsar camponeses e médios produtores que faziam uso deste território em litígio, o que significa dizer, a desapropriação da desapropriação.

2.1.4 Camponeses e a ocupação das terras griladas pelo latifúndio no médio Araguaia

Escribano (2014, p. 30) ao escrever sobre a vida de Pedro Casaldáliga trata de elucidar a opção do Bispo pelos camponeses e seu questionamento à determinada classe social no poder. Evidencia ainda a resistência contra a violência, a irracionalidade do uso da terra. Nas suas análises transcreve uma fala do Bispo que bem representa tais questionamento:

“Eu digo sempre que o Evangelho é para os ricos e para os pobres. É para todo mundo, mas está a favor dos pobres, para que saiam de sua pobreza na medida em que seja possível, para que tenham coragem, esperança, confiança, e para que, até mesmo na pobreza, saibam viver como filhos de Deus e como irmãos. Também está a favor dos ricos, mas contra sua riqueza, contra seus privilégios, contra a possibilidade que têm de explorar, dominar e excluir”. (CASALDÁLIGA apud ESCRIBANO, 2014, p. 30)

Como em todo território brasileiro, a questão agrária, sobretudo as questões de conflitos converge na luta de trabalhadores que querem entrar e permanecer na terra e, dela, retirar a possibilidade de sobrevivência de todo núcleo familiar, neste território o caminho que tornara possível essa realidade compreende a formação de Assentamentos Rurais. Este fato somente foi possível a partir do processo de redemocratização do Brasil, após o fim do regime ditatorial e, muito se deve a atuação do Bispo Pedro Casaldáliga e de toda equipe pastoral.

O processo que organizou e orientou camponeses no médio Araguaia, em Mato Grosso, para lutar contra a concentração fundiária e a favor da terra de trabalho, materializado em unidades produtivas familiares, esteve certamente ligado primeiro ao interesse de cada camponês, mas, também, e de certo modo, ligado à atuação da Prelazia de São Félix do Araguaia e de seus agentes pastorais, distribuído por todo território deste prelado. Os Projetos de Assentamentos Rurais consolidados e, os que ainda encontram em processo de consolidação, são seguramente resultantes desta luta de camponeses posseiros representados pelas CEBs e de toda equipe da CPT (bispo, padres, freiras, leigos).

É correto dizer que a expansão do trabalho assalariado no seio da grande propriedade latifundiária é também responsável pela expansão do trabalho familiar. E, nesta tessitura, Oliveira (2001, p. 25) compreende que “isso não ocorre porque o trabalho familiar é funcional ou complementar ao assalariado, mas porque são contradições internas do capital”. Para este autor ao mesmo tempo em que aumenta a concentração de terras, há um aumento das

unidades camponesas de produção, ou, um aumento no números de camponeses em luta para recuperação da terra expropriada. É sobre esta realidade concreta que nos envidaremos esforços para consubstanciar o direito de posse dos camponeses do médio Araguaia.

Falamos antes de dois momentos de migração ocorrida no sentido do médio Araguaia, em Mato Grosso. O primeiro, compreendeu os movimentos migratórios espontâneos no sentido Leste – Oeste a partir da década de 1910, em que camponeses e suas respectivas famílias, descontentes das precariedades que se encontravam principalmente na região Nordeste e acreditando nas profecias do Pe. Cícero, das Bandeiras Verdes, que estaria do outro lado do grande rio, migraram e se fixaram às margens esquerda do rio Araguaia, constituindo núcleos de moradia e explorando unidades de produção por eles delimitadas.

O segundo momento, de grande importância para composição dessa mobilidade populacional, compreendeu um movimento migratório oficial a partir da década de 1940, por intermédio da expedição Roncador-Xingú e da criação da Fundação Brasil Central. O governo, além de financiar este projeto, cuja estratégias compreendia a integração econômica nacional, também incentivou o fluxo migratório, tanto para composição de força de trabalho na abertura da mata para consolidar os arranjos de infraestrutura mínima à implantação dos grandes projetos fundiários, quanto para dispersão populacional, principalmente das regiões litorâneas.

No final da década de 1970 e durante a década de 1980 estabelece no médio Araguaia um terceiro movimento migratório de camponeses que compreendia um deslocamento populacional no sentido Sul – Centro Oeste. Estes migrantes sulistas foram incentivados por projetos de colonização particular que estavam se consolidando neste território, decorrente da redução dos financiamentos público às grandes empresas agropecuárias. Estas condições foram determinante para algumas empresas que inicialmente optaram em fragmentar parcelas de terra da unidade latifundiária e destiná-las à colonização privada.

O acesso a estas terras se dava pela compra e convalidação de propriedade pelo título. Segundo Gawenda (2016, p. 199), os projetos de colonização possibilitava a comercialização de áreas de 200 a 400 hectares, além de acesso à maquinários, infraestrutura e financiamentos, com incentivos do INCRA, Banco do Brasil e Ministério da Agricultura. Esta situação converge com a descrição de propagandas que Sader (1987) analisa para com a Amazônia e que apontam um enumerados de possibilidades de ascensão socioeconômica, ou seja, a Amazônia sendo vendida sob o crivo de um paraíso de investimentos e rentabilidade. Desta maneira a autora descreve que:

Na Amazônia a terra é barata e sua fazenda pode ter todo o pasto que os bois precisam. Sem frio ou estiagem queimando o capim, o gado fica bonito de janeiro a dezembro. E, para ir para a Amazônia, você escolhe a ajuda que quiser. [...] E, com o

financiamento agropecuário do Banco da Amazônia, você tem todo o apoio que precisa. Quando chegar a hora de vender o gado, as notícias serão ótimas. (SADER, 1987, p. 38)

Tais medidas objetivavam despertar interesses em camponeses e médios proprietários da região Sul do país, que de posse de alguns bens e com domínio de pequenas propriedades, manifestasse, juntamente com sua família, a intenção de obtenção de áreas com dimensões bastante superior das do seu local de origem. Estas migrações dirigidas intencionavam em segundo plano incentivar o deslocamento de mão de obra qualificada capaz de suprir as necessidades de parte dos grandes empreendimentos agropecuários que estavam se diversificando de suas atividades principais neste território (criação bovina). Tais situações compreende os monocultivos de cana de açúcar, arroz, milho, dentre outros.

Muito dos camponeses sulistas que acreditaram nos projetos de colonização implantados no médio Araguaia como Canarana, Água Boa, Vila Rica, Confresa, não conseguiram comprar o domínio das parcelas de terras destinadas para este fim. Sem mais condições de retorno aos seus respectivos locais de origem, uma parcela destinaram-se aos núcleos das colonizadoras e passaram a oferecer sua força de trabalho aos empreendimentos agropecuários, enquanto outros juntaram-se ao grande contingente de camponeses desapropriados para lutarem pela posse de terras. Outros ainda, acabaram por aplicar todas suas reservas que lhes restara para obtenção do domínio das frações de terras ofertadas neste território, acreditando nas promessas dos financiamentos prometidos, que não aconteceu de imediato. Tendo somente a terra, acabaram por vender parcial ou total às respectivas propriedades e, destinaram-se aos mesmos fins dos primeiros.

Visto desta forma Martins (1995, p. 119) esclarece que os grandes proprietários não estavam interessados em dividir suas extensas áreas para fins de reforma agrária, para formação da posse e conseqüentemente a oportunização do posseiro por ela, mas no comércio de terras aos colonos do Sul. Não eram favoráveis ao pequeno estabelecimento agrícola do posseiro, mas são favoráveis ao pequeno estabelecimento agrícola do colono.

É que há uma distância histórica entre a posse do posseiro e a propriedade do colono. O colono paga uma renda pela terra quando a compra, paga um tributo à classe dos proprietários de terra. O posseiro não. A questão, portanto, não é o tamanho da propriedade e sim a renda fundiária. Ela está profundamente inserida no processo de acumulação de capital na sociedade brasileira. Isso nos coloca diante das diferenças que há entre coisas aparentemente iguais no processo de ocupação recente da Amazônia. (MARTINS, 1995, p. 119)

Outro fator determinante que intensificou a migração de camponeses para o médio Araguaia consiste na abertura da rodovia federal 158 ou BR-158 no ano de 1978. Um traçado de norte a sul do país, com início no município de Altamira no estado do Pará, atravessando

Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde encontra seu término na fronteira com o Uruguai, no município de Santana do Livramento. Em Mato Grosso, seu trajeto atravessa ao meio o médio Araguaia e sobretudo a área de atuação da prelazia de São Félix do Araguaia, criando uma espinha dorsal com os rios Araguaia e Xingú. Desde sua abertura tornou-se a principal via de chegada de migrantes camponeses oriundos das diferentes partes do país.

Ao certo, a prelazia de São Félix do Araguaia e seus agentes pastorais, assim como o Bispo Dom Pedro Casaldáliga constituíram neste território a primeira instituição acolhedora das insatisfações camponesas, das comunidades tradicionais e de peões, resultante do processo em curso de concentração fundiária e consolidação de latifúndios em detrimento da expropriação forçada, da exploração do regime de trabalho análogo à escravidão, da violência cometida por jagunços, grileiros e policiais, da ausência do Estado.

Durante o regime militar instituído no Brasil e, após o término deste regime ditatorial com o processo de redemocratização, a prelazia de São Félix do Araguaia, sob os fundamentos da Teologia da Libertação, manteve sua coerência e sua opção pelos pobres do Araguaia. Instituiu e criou a CEBs, a CPT, o CIMI, a Associação Nossa Senhora da Assunção (ANSA). Foi protagonista da criação de associações de trabalhadores camponeses e sindicatos de trabalhadores rurais por todo território deste prelado. Implantou o jornal Alvorada na década de 1970 e em circulação até os dias atuais, como um dos principais veículo de comunicação impresso no médio Araguaia, em que pese a circulação de ações pastorais de evangelização e denúncias de expropriação e exploração de trabalhadores análogos à condição escrava.

No médio Araguaia, os estudos de Barrozo (2016) sobre processo de expansão das novas fronteiras a partir da expansão das grandes empresas produtoras de soja e milho contribuem para a compreensão da reconfiguração do território ainda na década de 1980 e 1990. “As empresas agropecuárias que se instalaram nesta região desmataram grandes áreas de cerrado e de floresta para o plantio de pastagem para criação bovina” (ESTERCI *apud* Barrozo, 2016, p. 175-176), graças aos subsídios e financiamento concedidos pelo Estado e suas instituições financeiras. Para este autor,

Ao longo das décadas de 80 e 90, com a redução e extinção dos incentivos e subsídios fiscais da Sudam, muitas empresas agropecuárias reduziram suas atividades na região, e algumas venderam suas propriedades. É significativo que as suas maiores propriedades rurais do Araguaia, as agropecuárias SuiáMissú e a Codeara, foram divididas e vendidas a partir da extinção dos incentivos fiscais e crédito subsidiado. (BARROZO, 2016, p. 176)

A escassez de recursos públicos para o grande empreendimento agropecuário

repercutiu no fracionamento e comercialização de terras do latifúndio, mas também na reorganização de camponeses sem terra no médio Araguaia. Graças à ação contínua das várias frentes de ações (CEBs, CPT, ANSA) da Igreja do Araguaia, para com os camponeses posseiros, organizando-os em forma de sindicatos e associações, formando lideranças, reafirmando o sujeito camponês enquanto classe, alimentando a esperança da terra de trabalho, resgatando a identidade de pertencimento ao território em disputa, dentre outras ações, o movimento camponês, articulado por todo território, ocupou partes destes grandes latifúndios em estágio de comercialização e, (re) constituiu a posse, ou seja, às suas unidades produtivas familiares.

O Estado se fez presente criando uma unidade executora do INCRA na sede do município de São Félix do Araguaia e esta foi responsável por reconhecer e regularizar a posse ocupada por camponeses por todo médio Araguaia. O que muda de outras lutas pela terra, travadas por outros camponeses na Amazônia é que neste território quando o Estado se fez presente para legitimação das posses após as ocupações dos camponeses desapropriados sem-terra, a Igreja do Araguaia e certamente da Amazônia, com toda equipe pastoral, sobretudo o Bispo Pedro Casaldáliga, por décadas, atuavam como representantes dos pobres, dos camponeses, dos indígenas, dos peões. E, esta ação contínua por décadas desencadeou na formação de um grande número de Projetos de Assentamento, em que cada camponês e suas respectivas famílias detêm a posse de uma unidade produtiva.

A demanda por terra de trabalho no médio Araguaia compreende não só o grande contingente de camponeses sem terra que se encontravam nas periferias das cidades deste território, pois para além desta realidade, ao passo em que os PAs foram sendo implantados a região tornou-se um atrativo para milhares de famílias camponesas que se deslocaram nesse sentido. Um exemplo bastante contundente consiste no movimento migratório de camponeses que ocupavam o território da Ilha do Bananal, localizado à margem esquerda do rio Araguaia, no estado do Tocantins. A mobilidade destas famílias iniciou-se na primeira metade da década de 1990 resultante do processo de desintrusão ocasionado por determinação judicial e realizado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para formação do parque nacional do Araguaia e parque indígena, local de refúgio dos povos indígenas de etnia Karajá e Javaés.

O Projeto de Assentamento Dom Pedro, criado no ano de 1998 a partir da desapropriação de aproximados 30.000 hectares de terra da agropecuária Rio Preto é resultante dessas demandas camponesas por terra no médio Araguaia. Os camponeses deste PA possui suas histórias de luta pelo acesso à terra de trabalho narradas no tempo e em espaços diferentes, ora no próprio território do médio Araguaia, ora em outros lugares, em

outras regiões do país. Portanto, nesta próxima unidade, como resultante do trabalho empírico, passaremos a analisá-lo contextualizando a luta destes camponeses pela terra, a vida no acampamento, a intervenção do bispo Pedro Casaldáliga para regularização e divisão das unidades produtivas e, a realidade atual por eles narradas.

CAPITULO 3 REFORMA AGRÁRIA, ASSENTAMENTO DOM PEDRO E REALIDADES

3.1 História e luta pela terra de trabalho no Projeto de Assentamento Dom Pedro

Por mais de duas décadas, na Amazônia e sobretudo no médio Araguaia mato-grossense os conflitos agrários foram extremamente intensificados. O campesinato foi denunciado e perseguido como inimigo do latifúndio e do Estado. Uma luta entre forças antagônicas desproporcionais e tendenciosas cravada neste território para implantação e consolidação de projetos de concentração fundiária, sob o epíteto do desenvolvimento econômico e da segurança nacional. A violência contra os oprimidos da terra (índios, posseiros, peões) deixaram marcado no imaginário destes a interrupção da esperança que outrora haviam construídos. Tais fatos remete-nos às sucessivas expulsões, prisões, torturas, escravidão e mortes cometidas por jagunços, policiais, pistoleiros, grileiros.

A Doutrina Social da Igreja do Araguaia reconheceu a situação dos oprimidos deste território, vivendo em condições de miséria, exploração, discriminação e marginalização social. O bispo Pedro Casaldáliga foi o grande responsável na reorganização da ação pastoral no campo social e político, difundindo por intermédio dos agentes (padres, freiras, leigos), diferentes práticas motivadoras de resistência (educação, associações, sindicatos), estabelecendo parâmetros para uma nova reflexão sobre a condição de ser camponês, de ter a terra como a garantia de sobrevivência da unidade familiar e coletiva e, fortalecendo uma postura contra a concentração fundiária.

Com a redução dos subsídios aos latifúndios na Amazônia, no final do regime militar, proveniente, principalmente das instituições financeiras estatais, os grandes empreendimentos desaceleraram suas atividades, muitos fracionaram seus domínios territoriais que passaram a ser vendidos para empresas de colonização e para formação de outros empreendimentos

agropecuários. Desta maneira e, sob pressões internacionais desde a ECO-92¹⁶, o latifúndio Suiá-Missú do grupo petrolífero italiano AGIP, detentor de aproximados 700.000 hectares no médio Araguaia, a partir ano de 1992 foi fracionado reservando aproximados 168.000 hectares para formação da reserva indígena Marãiwatsédé da etnia Xavante e, os outros mais de 500.000 hectares colocados à venda.

A agropecuária Rio Preto comprou do grupo Agip cerca de 175.000 hectares de domínio do latifúndio Suiá-Missú, área maior que a destinada para os povos Xavante. Em entrevista concedida pela camponesa do Projeto de Assentamento Dom Pedro, a senhora Alenira Paula Gomes¹⁷ - participante da luta pela terra desde a fase do acampamento – diz que “na época, existia um entendimento dos posseiros que parte das terras adquiridas pela agropecuária Rio Preto compreendia áreas que haviam sido griladas ainda na formação do latifúndio Suiá-Missú”. Para desviar a atenção dos camponeses posseiros e de grileiros, o senhor Romão Flor (sócio, responsável direto pela agropecuária) juntamente com outros fazendeiros e políticos passaram a incentivar a grilagem das terras que havia sido destinado para formação da reserva indígena Marãiwatsédé, Portanto,

Isso provocou uma reação conjugada de fazendeiros, políticos e outros interesseiros da região e até do Estado, que estimularam a invasão da área, para impedir o regresso dos Xavante. A Prelazia de São Félix do Araguaia, com seu bispo à frente, sempre defendeu, como é lógico, o direito primeiro inquestionável do povo Xavante. Mas, dentro da área que seria devolvido a esse povo, há muitas famílias de não índios, de diferentes categorias e com diversa antiguidade de resistência. A Prelazia sempre se manifestou também disposta a defender os direitos dos verdadeiros posseiros ou pequenos proprietários a uma terra – não, evidentemente, em cima de área indígena! (J. ALVORADA, 1993, nov-dez, p. 4)

Ao passo em que fazendeiros direcionavam camponeses e médios produtores, sem terras, para ocupação da área indígena Marãiwatsédé, promovendo o que poderíamos chamar de grilagem da grilagem (haja visto que em tempos anteriores essas mesmas terras haviam sido griladas e anexadas ao grande latifúndio Suiá-Missú, conforme analisado anteriormente), estes mesmos atores hegemônicos temiam uma possível ocupação de suas respectivas áreas. Portanto, outros camponeses que outrora foram desapropriados nesta mesma delimitação territorial, organizados a partir de uma formação de base dos movimentos populares, promovido pela prelazia de São Félix do Araguaia neste território, optaram por enfrentar o domínio de propriedade e adentrar – se à grande fazenda, fixar suas unidades produtivas e

¹⁶ Por ocasião da ECO-92 esse grupo se dispôs a entrar em diálogos, com vistas à devolução das terras ao povo Xavante – Jornal Alvorada, ano 23, nº 172, 1993, nov – dez.

¹⁷ Entrevista concedida por Alenira Paula Gomes, camponesa assentada no PA Dom Pedro. Pesquisa direta realizada em outubro de 2017.

forçar o Estado e suas instituições representativas (nesse caso, o INCRA) à necessidade de cumprimento da função social da terra pelo direito de posse.

Tais ações foram determinantes à ocupação de terras griladas e anexadas ao latifúndio no médio Araguaia. O Projeto de Assentamento Dom Pedro, em São Félix do Araguaia-MT é representante desta realidade. O senhor Francisco Vieira Alves, camponês oriundo de uma marcha migratória que começara no estado do Piauí, ocupante de uma unidade produtiva neste PA, relata que no ano de 1993 muitos camponeses posseiros expropriados foram informados da decisão do grupo Agip, de fracionar todo latifúndio para diferentes fins. Afirma ainda que sempre esteve à procura de uma “pedaço” de terras capaz de garantir a sobrevivência de seu núcleo familiar.

No período retratado o Sr. Francisco residia na cidade de Porto Alegre do Norte, onde circulava à época que centenas de camponeses estavam sendo incentivados por grileiros para ocupação da fração do latifúndio Suiá-Missú destinado aos povos indígena Xavante. Contrariando as expectativas de ocupação orientada, ele e um grupo de dezesseis camponeses deixaram suas famílias nesta localidade e decidiram, no ano de 1993, ocupar uma fração de terras às margens da rodovia BR 158, sob o domínio da agropecuária Rio Preto resultante do que entendiam de grilagem “regularizada”.

Neste sentido, entende-se que o primeiro movimento camponês para ocupação e apropriação da terra de trabalho, no interior da grande propriedade - que mais tarde viria a se formar o Projeto de Assentamento Dom Pedro - compreendeu uma postura de negação de domínio do latifúndio, materializado por décadas pela prática de grilagem de terras públicas e negligenciado pelo Estado. Momento ímpar em que pese a continuidade de práticas de concentração fundiária em torno da terra como mercadoria.

Desta maneira, a fim de garantir a existência social e cultural neste território, a partir da formação de posse, os camponeses posseiros adentraram-se na mata, construíram acampamento, promoveram pequenas aberturas de áreas para formação de roça, plantio e colheita. Nesta fase, todo trabalho foi realizado de forma coletiva. Assim,

Nóis estava muito unido para conseguir um pedaço de terra. Ficamos junto para nus defendê de qualquer coisa que por ventura pudesse chegar perto da gente, quer seja o pistoleiro, quer seja a polícia ou até mermo os bicho da mata. A mata era virge e tinha muitos bichos bravo como as onças [...]Para dificultar a localização o fogo, tanto para o preparo do alimento quanto para limpeza da área sempre era procedido no período noturno [...]já se passado quase dois mês que nóisestáva na mata, em ocasião que decidi trazer carne de bicho selvage para minha família, a polícia, à mando dos empreiteiro da fazenda descobriu nosso acampamento, queimou tudo que tinha, prendeu nossas ferramentas de trabalho. Prendeu todos os outrocompanheiros que foram levados na carroceria da viatura para a cadeia de Porto Alegre do

Norte[...] Os outro posseiros que se aventuraram nas terras dos índios sabiam que um dia podia perder tudo (CHICO BUCHUDO, entrevistado em agosto de 2017)¹⁸.

Para Martins (1991, p. 55), existe uma singularidade e um antagonismo entre a terra de negócio e a terra de trabalho. Enquanto a primeira é apropriada pelo capital, pelo capitalista, estes o faz com a objeção de lucro quer seja pela exploração da força de trabalho, ou pela renda da terra paga de forma direta ou indireta pelo conjunto da sociedade. Quando o trabalhador se apossa da terra de trabalho, esta, destina-se à reprodução social e cultural da sua unidade familiar, fundamentados na reposição de sua força de trabalho. Por essas razões (idem, p. 61), os posseiros de vastas regiões se concedem o direito de abrirem suas posses nas chamadas terras livres, desocupadas e não trabalhadas [...] pois entendem que a terra é um patrimônio comum, é de todos e, sua propriedade se legitima pelo esforço dedicado de toda família sobre a terra.

Em face a estas constatações, Oliveira (2001a, p. 107) assinala que a terra encontra-se em constante disputa regida por dois elementos importantes na ampliação do capital no campo: a expropriação e a exploração. A intensidade dos conflitos tendo como vítima os oprimidos da terra tem razão estrutural, pois estão presentes formas não capitalistas de propriedade da terra e, por razões de ampliação do capital, o Estado e as classes dominantes se levantam contra essas formas de propriedade.

Assim, ao passo em que a ocupação orientada de terras no sentido da área destinada aos povos indígenas ganhavam dimensões incontroláveis, ou seja, o número de camponeses posseiros e de médios produtores excedeu a quantidade de unidades produtivas formadas irregularmente no seio da reserva indígena Marãiwatsédé, a prática de expulsão de camponeses de base familiar de “suas respectivas posses” para áreas de concentração fundiária passou a ser uma realidade. O apoio político dado aos médios e grandes proprietários ocupantes da terra indígena, a falsificação de títulos juntos aos cartórios regionais e, sobretudo, a morosidade da justiça para deliberar sob a nova (re)expropriação dos povos Xavante e de camponeses irregulares, desencadearam novos conflitos que conduziram estes camponeses para ocupação de outras áreas do grande latifúndio Suiá-Missú em negociação.

A Unidade Executora (UE) do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em São Félix do Araguaia a fim de atender a demanda emergente de camponeses sem terra, intercedeu junto aos proprietários do latifúndio Suiá-Missú para desapropriação de faixas de

¹⁸ Entrevista concedida por Francisco Vieira Alves, camponês assentado no PA Dom Pedro. Pesquisa direta realizada em agosto de 2017.

terras para implantação de projetos de Assentamento Rural. Desta maneira surgiu o Projeto de Assentamento Bandeirantes no município de Alto da Boa Vista no ano de 1995 numa área correspondente de terras de 10.786 hectares para assentar 124 famílias camponesas. Da mesma maneira criou-se o Projeto de Assentamento Mãe Maria, no ano de 1999, em áreas limítrofes ao PA anterior, porém no município de São Félix do Araguaia, com área de 24.858 hectares e capacidade de 485 famílias.

Entretanto, o número de camponeses posseiros desapropriados por todo território compreendia não somente centenas, mais milhares de famílias que em condições de expropriação encontravam-se marginalizadas principalmente nas periferias das cidades de toda região da prelazia de São Félix do Araguaia. E esta situação, assim como às daqueles camponeses em condição de atração/repulsão do território indígena Xavante copilaram para possibilidade de novas ocupações nos domínios de propriedade da fazenda Rio Preto. Segundo Uslei Gomes, ex-prefeito de São Félix do Araguaia - na época executor do Incra - “existia um cadastro extenso de camponeses junto a esta unidade executora querendo um pedaço de terra para dela adquirir condições dignas de sobrevivência”. Ao mesmo tempo, “existia muita terra nas mãos de poucos, o que seria uma realidade de toda Amazônia”.¹⁹

Ao tratar dos conflitos na Amazônia, Martins (1995, p. 128) descreve que estava ocorrendo uma disputa pela terra entre empresas e posseiros com forma e intensidade diferente. Ora sobressaindo as empresas (como é o caso de Mato Grosso) ampliando seus domínios, ora os posseiros (como acontece no estado do Pará) representando uma forte resistência a (re)expropriação²⁰. Portanto, este autor assevera que independente destas distintas realidades, territórios privado já definido legalmente estavam sendo invadidos por posseiros numa forma bastante específica. E esta afirmativa compreende coerentemente a realidade da qual estamos tratando.

Existia muita pressão do bispo Pedro Casaldáliga, da Igreja e da CPT junto ao INCRA e à outras instituições governamentais, denunciando os conflitos contínuos pela disputa de terras no médio Araguaia, devido a concentração fundiária, a grilagem, a expulsão de posseiros, e o abuso da polícia [...] na época em que estive frente ao INCRA consegui junto com algumas bancadas política(estadual e federal) montar uma equipe grande de técnicos para atuarem nesta unidade executora. O passo seguinte foi convencer o governo federal da necessidade de desapropriação de algumas áreas para atender a demanda de posseiros que moravam na região e queriam um pedaço de terra. Foi daí que eu e esta equipe decidimos lançar a proposta ao senhor Rumão Flor, proprietário da fazenda Rio Preto, para que ele concedesse uma parte da sua terra para implantarmos um Projeto de Assentamento

¹⁹ Entrevista concedida por Uslei Gomes, ex-executor do INCRA e ex-prefeito de São Félix do Araguaia. Pesquisa direta realizada em janeiro de 2018.

²⁰ Segundo Martins (1995, p. 129) (re) expropriação consiste em relação às pessoas que já foram expulsas de outras áreas e que são novamente expulsas.

no município de São Félix do Araguaia, e este, oferecer mão de obra para fazenda. (USLEI GOMES, entrevistado em 08/01/2018)

Ao passo em que aumentava o número de camponeses lutando para (re)entrar na terra, do outro lado os grandes proprietários estavam travando uma luta para garantir seus domínios. No mesmo tempo em que instituições ligada à prelazia de São Félix do Araguaia (como a CPT e a ANSA) e sobremaneira o bispo Pedro Casaldáliga, atuavam reorganizando os oprimidos da luta pela terra, formando líderes populares, denunciando as atrocidades cometidas contra estes, técnicos da UE do INCRA negociavam e orientavam junto aos atores hegemônicos (nesse caso, os proprietários de terra) para desapropriação por indenização de frações de sua(s) propriedade(s). O que aparentemente conduzia ao entendimento que o grande proprietário manifestava interesse pela reforma agrária neste território nada mais seria do que uma iniciativa destes para conter uma onda progressiva de ocupações de camponeses posseiros sem-terra que permeavam aos seus respectivos domínios.

O atual executor do INCRA, Sr. Antônio Tadeu Martin Escame, que atuou como agente pastoral da prelazia de São Félix do Araguaia por mais de duas décadas, desde a chegada do bispo Pedro Casaldáliga, além de ter sido prefeito do município de Santa Terezinha do Araguaia na década de 1990, contextualizou esta situação em entrevista:

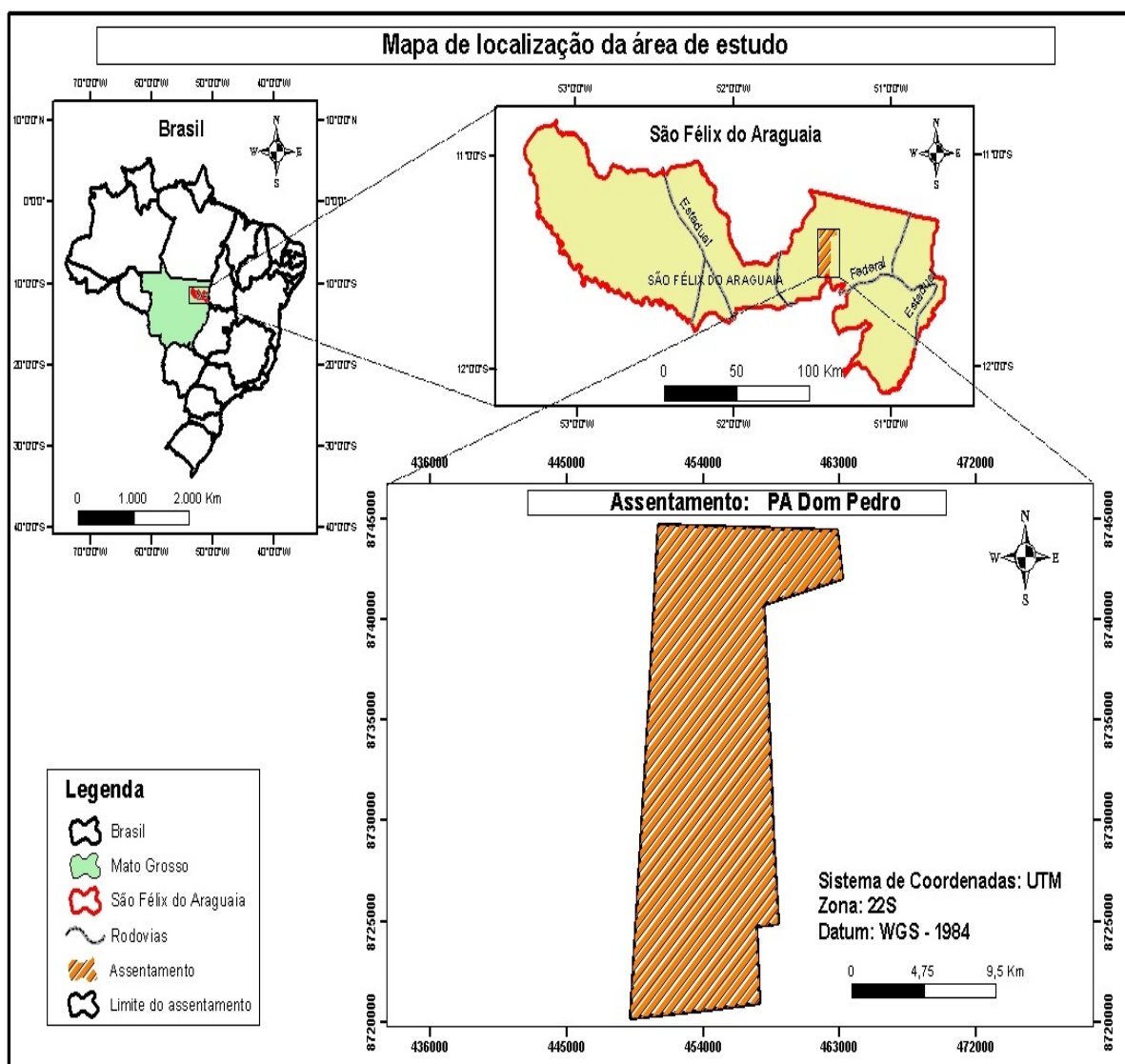
A tomada de decisão do fazendeiro Romão Flor em conceder uma parte de suas terras para formação do Projeto de Assentamento Dom Pedro compreendeu, na época, estender o cinturão humano formado desde as ocupações da reserva indígena Marãiwatsédé, passando pelo PA Bandeirantes, PA Mãe Maria até o PA Dom Pedro. O Sr. Romão Flor entendia ser ali a possibilidade de invasão dos posseiros. (TADEU, entrevistado em 08/01/2018)

Esta situação é aparentemente a concretude mais próximo do que possamos imaginar ao se tratar de reforma agrária no médio Araguaia. Não existia de fato interesse de concessão de terras para posseiros desapropriados; mas havia ali interesse em conter a possibilidade de ocupação das grandes agropecuárias pelos camponeses sem-terra. O acordo firmado do Sr. Romão Flor com o INCRA e de muitos outros pecuaristas, na década de 1990, para fins de reforma agrária, não foi portanto uma decisão vinda somente de cima para baixo, ou seja, dos atores hegemônicos, mas, resultante da luta e de pressões promovidas pelos atores hegemonzados, nesse caso, camponeses que lutavam pelo direito à terra de trabalho. E esta luta é reconhecidamente uma luta que tem um parcela significativa da opção que a prelazia de São Félix do Araguaia fez com os pobres da terra.

De acordo com o Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) o ato de criação do Projeto de Assentamento

Dom Pedrono município de São Félix do Araguaia-MT, representado na figura 01 foi publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.) em 15/10/1997.

Mapa 1: Localização da área de estudo



Compreendeu a desapropriação de 30.370,22 hectares de terras sem benfeitorias, oriundo da fazenda Rio Preto, de propriedade do senhor Romão Ribeiro Flor e Sebastião Ribeiro Flor. A obtenção desta área se deu por decreto publicado em 25/07/1996. O valor da indenização do imóvel compreende a cifra de R\$ 3.037.022,09 de reais. (MDA, SIPRA, 2016)

Trataremos a partir de então dos passos seguinte para consolidação do Projeto de Assentamento, analisando desde a vida no acampamento e a esperança pela conquista da terra, a intervenção do Bispo Pedro Casaldáliga e da CPT junto às instituições governamentais para deliberar sobre a morosidade do processo de desapropriação, a divisão territorial e familiar do assentamento, o perfil sócio econômico dos camponeses assentados, as realidades e contradições na posse da terra.

3.2 A vida no acampamento e a esperança pela conquista da terra

Conforme dados do SIPRA (2016) referendados na unidade anterior, o projeto de Assentamento Dom Pedro originou-se de 30.370 hectares de terras da fazenda Rio Preto no município de São Félix do Araguaia-MT. A obtenção desta área se deu por decreto presidencial conhecido por decreto de desapropriação, publicado em 24/07/1996 que declara a parte desapropriada como de interesse social para fins de reforma agrária. De posse do decreto o Incra, após indenização²¹ ao proprietário em valores de mercado, aferidos por laudos técnicos de vistoria, ajuizou uma ação de desapropriação. (INCRA, 2018)

A área destinada para formação do projeto de assentamento Dom Pedro compreendeu parte da reserva legal da agropecuária Rio Preto, portanto sem benfeitorias, o que determinou a forma de pagamento ao proprietário pela desapropriação. O valor indenizatório pago em Títulos da Dívida Agrária (TDA) pelo governo federal correspondeu o montante de R\$ 3.037.022,09 de reais. Comprovado em juízo à emissão dos títulos, a justiça federal declarou o Incra detentor da posse do imóvel. E, a partir da posse esta instituição iniciou os procedimentos para selecionar as famílias cadastradas e criar o projeto de assentamento. O processo de desapropriação levou mais de 10 meses para ser concluído. (INCRA, 2018)

Compreender o caráter da desapropriação de terras privadas, os trâmites burocráticos e a morosidade das ações de parte das instituições governamentais para interesse de reforma

²¹**Incra/Aquisição de terras** – A indenização pela terra nua é paga em Títulos da Dívida Agrária (TDA); títulos do governo federal emitidos pelo tesouro nacional [...] as benfeitorias (edificações, cercas, pastos, etc) são pagas em dinheiro. Os recursos para indenizações vêm do orçamento do Incra/MDA.

agrária é em primeira instância uma situação de conflito. O tempo dos atores hegemônicos, dos proprietários de terra e do Estado, não condiz com o tempo dos atores hegemonzados, neste caso os pobres da terra (índios, camponeses posseiros, peões) e suas instituições representativas (CPT, MST, entre outras).

Essa lógica condiz com a realidade dos camponeses sem terra que lutam cotidianamente para (re)entrar na terra (Oliveira, 2001) e dela é expulso em mesma intensidade. Conforme analisamos anteriormente os camponeses posseiros destinados a receberem uma unidade produtiva no PA Dom Pedro estavam na sua grande maioria lutando para garantir neste território uma parcela de terras capaz de assegurar sua reprodução social e cultural. E, suas insistentes investidas sobre a propriedade privada de terras desencadeou uma mudança (pelo menos temporária) no projeto em curso dos grandes proprietários que é o de concentração fundiária.

A decisão de fracionar uma porção de seus domínios em pouco tempo de propriedade (1992-1996) do Sr. Romão Flor foi uma estratégia deste para conter o avanço ocupacional parcial de posseiros sem terras sobre o território médio Araguaia. Havia uma compreensão destes camponeses da irregularidade de aquisição destas áreas e da negligência cometida pelo Estado e suas representações. O papel fundamental das instituições vinculadas a prelazia de São Félix do Araguaia (CPT, ANSA, Sindicatos de pequenos produtores rurais, CEBs) em favor destes oprimidos da terra resultou em um certo nível de organização coletivo capaz de pressionar essa tomada de decisão.

O sindicato de trabalhadores rurais de São Félix do Araguaia, as demais instituições ligados a prelazia e camponeses individuais foram responsáveis para alimentar o cadastro de reserva de camponeses com aptidão à terra de trabalho junto a UE do Inera, neste município. A existência de demanda de algumas centenas de família a procura do direito de posse e a escassez de terras destinadas à reforma agrária criou uma nova situação de conflito. Isso quer dizer que a partir do cadastro de camponeses e de suas respectivas famílias para obtenção do direito de posse da terra com acesso pelos projetos de assentamentos identificou-se um quantitativo maior de pessoas interessadas na posse da terra do que a quantidade de terras destinadas a cumprir sua função social.

Ao passo em que tramitava o processo de desapropriação dos 30.370 hectares de terras da fazenda Rio Preto iniciado no ano de 1996, aumentava dia pós dia o número de camponeses cadastrados junto ao Inera. A morosidade do processo obrigou esta UE a realizar antecipadamente (no final de 1997) o sorteio das famílias cadastradas que se beneficiariam do direito de exploração das unidades produtivas a serem formadas no PA Dom Pedro. Temendo

possíveis ocupações de camponeses não sorteados, mais de 200 famílias beneficiadas pelo respectivo sorteio se organizaram, sob orientações da CPT e do sindicato e, marcharam das periferias urbanas que se encontravam rumo “a terra prometida”.

A localização geográfica privilegiada do povoado de Pontinópolis foi decisivo para escolha e formação do acampamento. Este povoado pertence ao município de São Félix do Araguaia estando à 120 Km da sua sede, porém, localizando-se à 20 Km da sede do município de Alto da Boa Vista. Além destas constatações, destaca-se ainda por fazer divisa a área destinada ao assentamento. Isso quer dizer que a permanência destes camponeses organizados na conjuntura de um acampamento implicaria não somente a garantia pela sua unidade produtiva, mas também uma estratégia de pressionar o Incra para viabilizar o quanto antes o acesso à terra de trabalho. Assim,

A gente sabia da importância de formar um acampamento em Pontinópolis. Muito se falava que o projeto de assentamento não passava de uma manobra política. Outros também dizia que o fazendeiro tava combinado com o governo, que não tinha pressa nenhuma para entregar a terra. A única coisa que ele tinha medo era da gente ocupar sua fazenda, porque nós era muito. Não foi fácil ficar naquele acampamento; nós morava em barracão de lona preta. Faltou de tudo: comida, água, energia; mais não faltou foi vontade pela terra que a gente sonhava. Tivemos muita ajuda de pessoas do povoado, da Igreja, do sindicato, até de alguns políticos. Me lembro que foram tempos difícil. (Informação verbal concedida por Alenira Paula Gomes, em 10 de outubro de 2017)

Nesta fase, a articulação entre a CPT e o Sindicato, ambos sob orientações da Igreja do Araguaia, para organização dos camponeses posseiros numa estrutura coletiva de luta pelo acesso à terra foi sem sombras de dúvidas de grande relevância para aqueles sorteados pelo Incra. A decisão para formação do acampamento apontam para formas mais amplas de luta pela terra. É uma forma de espacializar as lutas, de conquistar territórios apropriados pela produção capitalista (Fernandes, 2001). É momento de rompimento com a identidade individual do camponês e, espaço de construção de uma nova identidade coletiva (Estédile, 1997, p. 104). É portanto um momento de transição em que o camponês sem-terra rompe com sua identidade anterior sem ao menos ter alcançado o lugar pretendido.

O acampamento é um momento de ruptura na vida dos indivíduos que dele participa, pois indica não somente o ingresso em uma luta, mas o rompimento com uma condição passiva frente a pauperização e marginalização vivida pelo indivíduo (CALDART, 2004, p. 34). Segundo a mesma autora (idem, p. 35) a vida no acampamento propicia uma experiência que questiona os padrões culturais prévios dos acampados, levando a uma “mudança de conceitos, de valores, de postura diante de determinadas realidades”.

Nessa tessitura é que está o lugar da fala da senhora Alenira em que pese as dificuldades encontradas no dia a dia do acampamento em Pontinópolis. A forma de moradia

(barracões de lona preta), a escassez de alimentos e água, a violência sofrida (qualquer que seja ela: física, verbal, cultural, intelectual, psicológica, dentre outras), permitiu não só a ela e sua família, como também às demais famílias acampadas, a construção dessa identidade coletiva na luta pela terra, mediante novas relações sociais, construídas a partir de valores democráticos (liberdade, igualdade, fraternidade), mesmo que temporários.

Para tanto, a formação da identidade coletiva é interrompida na forma de participação no acampamento. Uma parcela significativa de camponeses sem-terra, para atendimento imediato de sobrevivência do seu núcleo familiar optaram em oferecer temporariamente no mercado sua única propriedade, ou seja, sua força de trabalho. E esta realidade limitou sua participação e permanência nesse estágio de luta pela terra. Alguns, mesmo em condições equivalentes, conseguiram promover de forma individual ações junto às instituições governamentais, nos espaços urbanos dos municípios do médio Araguaia, pressionando e cobrando agilidade na liberação do assentamento, assim como assistência social aos companheiros em situação de permanência no acampamento. Outros ainda, não obstante da realidade anterior, contribuíram diretamente com os demais acampados, principalmente com singela participação na alimentação.

Outra forma de participação dos camponeses no acampamento consiste na permanência temporária. Montavam seus respectivos barracos, porém permaneciam alguns dias da semana (cerca de dois a três dias). Estas diferentes formas de participação causavam divergência com os camponeses que optaram em permanecer definitivamente no acampamento. Mesmo reconhecendo a importância de cada atuação, o fato de não permanecerem definitivamente causava um desconforto no sentido do engajamento na luta pela terra. Embora os interesses seriam os mesmos, a sua ausência, seja temporária ou definitiva, enfraqueciam a construção de uma identidade coletiva, e isso implicaria nos enfrentamentos para conquista da “terra prometida”.

Além disso, a coletividade exercida no interior do acampamento em Pontinópolis possuía dois lados distintos: enquanto projeto, consistia na luta pela materialização do acesso à terra, na obtenção da área em processo de desapropriação e formação do PA Dom Pedro, no sentido dos interesses coletivos, fortalecendo bandeiras de resistência, de identidade campesina, disseminadas em reuniões e assembleias frequentes. Porém, a construção dessa identidade coletiva originava-se de identidades individuais distintas, fragilizadas pela identidade dominante presente no imaginário destes camponeses sob a ótica da exploração e da marginalização social. E isso é facilmente percebido na fala do senhor Francisco ao relatar a origem dos camponeses acampados:

No acampamento tinha gente di todo lugar [...] gente que tavatrabalhano em todo tipo de serviço: pedreiro, vaqueiro, pescador, peão de fazenda, zelador de posse, e muitos otro [...] cada um tinha uma história diferente do otro com a labuta da terra [...] sempre tinha uns que queria aparecer mais e sempre dava o que falá nas reunião. Mas todo mundo quiria a mesma coisa: a terra. E por isso a gente tava junto. (Informação verbal concedida por Francisco Vieira Alves em 16 de agosto de 2017)

As práticas coletivas vivenciadas no interior do acampamento são significativas na democratização das relações sociais, pois são efetivas tanto na desconstrução do individualismo, quanto na formação de uma nova identidade de seus participantes. Por isso, o tempo de acampamento é sobremaneira espaço de aprendizado, de trocas de saberes e de experiências em que seus objetivos podem ser alcançados quando encontram um denominador comum, quando exprimem nas diferenças, suas identidades coletivas, neste caso de camponês, de pertencimento a classe camponesa, que tem na terra a principal alternativa de garantia de reprodução social e cultural. E este encontro evidencia o seu lugar como lugar de resistência ao modo de exploração e conseqüentemente de dominação, bem mais evidenciado nas relações capitalistas de produção.

Enquanto espaço de resistência o acampamento em Pontinópolis foi palco de enumeradas reuniões e assembleias entre seus acampados e entre estes e seus colaboradores (CPT, Sindicato, comunidade em geral) com pauta para fortalecimento do acampamento, da sua segurança, da sua sobrevivência. Esse cuidado para com o interior do acampamento, ou seja, as estratégias para empoderamento da identidade coletiva dos acampados consistia em consolidar bases internas para ações de reivindicação da terra de trabalho. E estas ações implicavam em externalizar para toda sociedade quanto à necessidade imediata de reforma agrária no território do médio Araguaia e em todo Brasil. Uma luta que deveria ser de todos, haja visto que as questões agrárias são também questões urbanas, e isso implicaria em dissolver o mito da dicotomia entre estes dois espaços.

Estas estratégias foram determinantes para acelerar o processo de formação do PA Dom Pedro. Ao passo em que os trâmites burocráticos de consolidação do assentamento seguiam o rito da morosidade pública, tanto judicial (caráter de desapropriação) quanto operacional (divisão da área em unidades produtivas e em área de interesse coletivo), camponeses acampados em Pontinópolis decidiram em assembleia fortalecer as ações para pressionar a concretização deste projeto. Desta maneira elegeram um grupo para dialogar com o Incra, outro para levar suas reivindicações ao Bispo Pedro Casaldáliga e outro para agirem de forma mais incisiva junto aos técnicos que atuavam em campo em caráter de divisão parcelar da área desapropriada.

Decidimos tornar mais dura nossas ações para que o assentamento saísse do projeto. Existia muito disse e me disse. Falavam que essas terras não dava nem mandacaru e que um grupo de políticos queria barrar o projeto de assentamento. Nós conheciamos as terras. Nós sabiamos que eram terras fracas, mas o que a gente mais queria era entrar nela. Tinha muita gente que queria desistir porque estava convencido que iam passar fome. Por isso decidimos agir rápido para não enfraquecer nosso movimento. No Incra conseguimos só as promessas de sempre. Daí fomos no Bispo pedir a ele que intercedesse junto ao governo para liberar logo essas terras. E ele assim o fez. Nós sabiamos que sua participação poderia resultar em alguma coisa. Da nossa parte, as mulheres do acampamento, no momento em que os técnicos do Incra passavam pelo acampamento fomos pedir explicação porque tava demorando tanto pra gente entrar na terra, e eles fizeram pouco caso. Daí decidimos, quando descuidaram, pegar a chave da camionete que eles andavam e dissemos pra eles: agora vocês só vai sair daqui quando a gente entrar na terra. Vocês vão comê e bebê o mesmo que a gente. Não sabem como é a nossa vida. Eles ficaram uns dias com a gente. (Informação verbal concedida por Alenira Paula Gomes, em 10 de outubro de 2017)

Entretanto, o tempo de acampamento não pode ser tempo demasiadamente prolongado. E este condicionante é também reconhecido pelos atores hegemônicos, que muito explora essa estrutura para minar o movimento de luta pela terra de trabalho. Por essas razões os acampados tinham que decidir agir de forma mais dura, enérgica e incisiva, ou se renderem às pressões externas e fragilizarem o movimento. Em Pontinópolis, quando perceberam que o tempo das ações estava sendo cautelosamente moroso, decidiram por criar estratégias de enfrentamento aos impasses da implantação do projeto de assentamento.

A participação do bispo Pedro Casaldáliga neste momento do acampamento foi portanto de grande relevância para consolidação do projeto. O papel social que Ele e a Igreja dos pobres do Araguaia assumiu neste território foi sobremaneira importante para acelerar a burocracia das instituições representativas do Estado nessa conjuntura de formação dos PAs. Foi portanto através da sua influência na CNBB, da sua atuação fundamentada na Teologia da Libertação, que se fez ouvir o grito dos camponeses acampados em Pontinópolis pela terra de trabalho. Seguindo o rito daquele que falava em nome dos pobres da terra, denunciou e requereu junto ao Estado e suas representações o imediato acesso à terra destinada para formação do PA Dom Pedro.

Esta ação tornou-se decisiva para escolha da nomeação que confere o projeto analisado. Em assembleia realizada no acampamento votaram e escolheram o nome do bispo Pedro Casaldáliga para ser o nome do projeto em consolidação. Tal decisão coletiva compreendia uma singela homenagem a quem muito teria feito pelos pobres da terra no médio Araguaia; quem sempre denunciou as atrocidades cometidas pelos atores hegemônicos e seus fiéis defensores contra os atores hegemônizados; quem combateu e combate cotidianamente a concentração fundiária, a exploração da força de trabalho, o processo de pauperização do trabalhador, a distribuição desigual das riquezas.

Como resultante destas pressões o Incra homologou as famílias no assentamento. Esta ação consiste em tornar público a relação dos candidatos selecionados no cadastro de reserva denominada Relação de Beneficiário (RB). Tais medidas compreende uma sistematização de dados que se realiza simultaneamente à obtenção da terra. Os dados dos beneficiários declarados pela família camponesa na etapa de seleção são cruzados com outros dados oriundos de outras instituições governamentais que declara vínculo empregatício, renda, certidão civil e criminal, dentre outros, a fim de confirmar o perfil da família camponesa.

Portanto, para os movimentos sociais que lutam pela democratização do acesso à terra, há uma compreensão que o tempo do acampamento é um condicionante necessário para formação de consciência de classe. Mesmo em condições de extrema vulnerabilidade social, resistem aos intempéries do modo capitalista de produção em prol de um singular pedaço de chão para suas respectivas sobrevivência. O barraco de lona preto não só sinaliza um abrigo de resistência contra o sol e a chuva, mas aos diferentes tipos de exploração comumente presenciados na grande propriedade e do qual são constantemente atraídos. A escassez de alimento e água não deve ser somente entendido como fator de fragilização do movimento camponês, mas como determinante para o reescalonamento de técnicas de plantio, para consumo consciente, para a resistência. O caráter simbólico adquirido no acampamento é para estes movimentos, coautor do que concordamos em identidade coletiva.

Esse ponto de vista expressa sucintamente o modo de vida camponês no acampamento, as necessidades cotidianas, as deliberações coletivas, as pressões de dentro e de fora, a hora de avançar e de recuar, as fragilidades das relações, o papel dos colaboradores, dentre muitas outras situações. Mas, foi exatamente a resistência da identidade coletiva dos acampados de Pontinópolis que durante onze (11) meses de espera da terra, em condições de extrema vulnerabilidade social e em limitações espacial encontraram princípios de equilíbrio coletivo, central a este tipo de organização e de grande relevância para avançar no sentido da próxima etapa que é o assentamento.

Desta maneira, após esta jornada de acampamento, o Incra autorizou a ocupação do assentamento. A migração dos camponeses do acampamento para o assentamento aconteceu tão logo a conclusão do trabalho de divisão parcelar da área. As pressões tanto da Igreja, do Sindicato, quanto dos acampados acelerou tais processos. Pode-se dizer que estas ações antecipou a entrada na “terra prometida”, no PA Dom Pedro. E isso aconteceu antes mesmo de ser concluído o mínimo de infraestrutura necessária para o acesso e permanência dos camponeses, como estradas, agrovilas, escolas, posto de saúde, dentre outros. Na primeira metade de 1998, os camponeses acampados em Pontinópolis e os demais camponeses

sorteados pelo Incra que moravam externo ao acampamento, deslocaram-se para suas unidades produtivas, com seus poucos pertences e muito entusiasmo pelo direito de posse conquistado. O acampamento foi desmontado e finalizado neste mesmo ano.

3.3 Processo de ocupação das unidades produtivas e trabalho coletivo no PA Dom Pedro

O Assentamento Rural, destinado a reforma agrária compreende um conjunto de unidades agrícolas produtivas independentes entre si, instalado pelo Incra onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário (INCRA). São resultantes de uma “conjuntura agrária de lutas e negociações correlatas à certas conflitualidades entre movimentos socioterritoriais, governo, latifundiários e corporações capitalistas” (Fernandes, 2015, p. 158). Tais conflitualidades abrange a disputa pela terra, mas também, o modelo de desenvolvimento de uma determinada sociedade

Segundo Oliveira (2016, p. 335), os camponeses lutam no Brasil em duas frentes: uma para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários; outra para permanecer na terra como produtores de alimentos fundamentais à sociedade. São, portanto, uma classe em luta permanente. Esse mesmo autor (2016, p. 342), corrobora em afirmar que “os acampamentos e os assentamentos são novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto”. É a terra, portanto, quem tem permitido a estes trabalhadores a sua reprodução contraditória no seio do território de reprodução geral do capitalismo.

Nos acampamentos, os camponeses sem terra, oriundos de diferentes ocupações, negam-se ao processo de proletarização de sua força de trabalho, e se permitem na construção de uma identidade coletiva, orquestrada pelo interesse comum que é o de entrar na terra e nela garantir condições mínimas de segurança alimentar e qualidade de vida para toda família. Desta maneira, Oliveira (2016, p. 342) contextualiza que é nos acampamentos que camponeses, peões e boias-frias encontram na necessidade e na luta, a soldagem política de uma aliança histórica. Mais do que isso, a transformação da ação organizada das novas lideranças abre novas perspectivas para os trabalhadores”

Estas novas perspectivas revelam suas contradições no interior da estrutura agrária, na luta de camponeses pela Reforma Agrária, na conquista de sua identidade camponesa (OLIVEIRA, 2016, p. 344). A luta pela terra está sendo protagonizada do lugar onde sempre estiveram: no corpo a corpo das disputas espacializadas no país inteiro, enquanto que os

proprietários, sem abdicar do revide, se concentram onde sempre se moveram melhor: no aparelho do Estado (PAULINO, 2015, p. 12). As conquistas dos camponeses se traduziram espacialmente na implantação de assentamentos da reforma agrária.

É dessa tensão entre avanço e invasão do capital e as comunidades étnicas e camponesas que surgirão tantos grupos sociais em r-esistência (PORTO-GONÇALVES, 2016, p. 110). Uma luta sem trégua e sem fronteiras que travam os camponeses e trabalhadores do campo por um pedaço de chão, contra as múltiplas formas de exploração de seu trabalho [...] e frente a recusa da reforma agrária como caminho moderno de acesso à terra (OLIVEIRA, 2013, p. 103-104). Desta maneira, entende-se que enquanto áreas conquistadas e destinadas a sua função social, os assentamentos são resultante de mobilizações sociais e, portanto, representativo de movimentos de resistência.

Assim, o projeto de assentamento Dom Pedro, em São Félix do Araguaia se fez resultante destes movimentos cuja principal bandeira foi (e é) a luta pelo acesso e permanência na terra, por justiça, dignidade, cidadania e solidariedade. Sua resistência começou muito antes da presença do Estado. Seu caminho foi trilhado por longas décadas de negação do direito à terra, em que pese entradas e saídas constantes, numa incansável luta de acesso e expulsão, iniciados desde o processo de consolidação do latifúndio Suiá-Missú, e posterior formação da agropecuária Rio Preto. Na arena dos conflitos seus verdadeiros inimigos preferiram permanecer em arquibancadas confortáveis, enquanto jagunços, pistoleiros e policiais executavam seus jogos sujos. Nesta mesma conjuntura se fez resistência contra a morosidade institucionalizada pelas instituições representativas do Estado, em particular, o Incra, órgão responsável pelo processo de desapropriação e consolidação do PA. Se fez resistência no acampamento, em atos de rebeldia contra a falta de condições mínimas de sobrevivência e em favor da construção de uma identidade coletiva. Portanto,

A rebeldia não é apenas enfrentamento. Para as comunidades, suas tradições e seus costumes são rebeldia. O jeito de ser das comunidades precisam ser vistos como rebeldia. Este jeito de ser e estar na terra, nas águas e nas florestas se expressa nos lugares, tornando os lugares as expressões das rebeldias. A rebeldia das comunidades camponesas e dos povos originários e quilombolas é uma rebeldia em defesa da vida. A dinâmica da rebeldia é a dinâmica da luta. A rebeldia camponesa é a rebeldia contra quem os ameaça. Rebeldia é subversão. Subversão a uma lógica homogeneizadora, a uma lógica mercantilista da vida. As pequenas rebeldias precisam ser vistas, pois elas mudam o cotidiano. São rebeldias para a existência. [...] a terra é a razão maior da nossa rebeldia [...] só se rebela quem tem esperança. A rebeldia não é apenas re-; ela é ativa. (SILVA JÚNIOR, 2016, p. 68-69)

Foi como sinônimo de rebeldia e esperança que o PA Dom Pedro se formou. A marcha do acampamento para o assentamento aconteceu tão logo o Incra executou a divisão parcelar das unidades produtivas. E esta divisão, intencionalmente propositiva, seguiu moldes

da agricultura capitalista, dimensionada e orientada em frações individuais, com preâmbulo de desarticulação da identidade coletiva pré-existente e possíveis alienação e domínio destes pelos atores hegemônicos. Portanto, a rebeldia é contínua enquanto condição de permanência na posse e enquanto resistência a imposição ao modo capitalista de produção.

A apropriação da posse pelas famílias camponesas aconteceu de forma dirigida, seguindo “sorteio” que a UE do Incra realizou. De acordo com o SIPRA foram assentados nos 30.370 hectares de terras, 448 famílias camponesas. Para composição da Reserva Legal (RL) do assentamento foram subtraídos 1.680 hectares. As unidades produtivas compreenderam dimensões que variam de 50 a 70 hectares com uma média de 64 hectares. A área total das parcelas corresponde a 94,5% da área do assentamento, enquanto que a área de uso coletivo, ou seja, a RL compreende a 5,5% desta.

No ano de 1998, momento das primeiras ocupações das unidades produtivas pelos camponeses assentados, não existia o mínimo de infraestrutura para acomodação das famílias nos lotes. Ao certo, devido ser o PA Dom Pedro uma área oriunda da RL da agropecuária Rio Preto, diferentemente do que comum acontece às áreas destinadas para formação de Assentamentos, com grandes aberturas e exploração intensiva pelos latifúndios, neste caso, toda área apresentava-se aos camponeses beneficiários com total preservação ambiental. E esta realidade, exigia em seu caráter inicial, o compromisso da identidade coletiva construído na fase do acampamento, principalmente para abertura rudimentar de vias de acesso, para mobilidade de pessoas e principalmente, de suas ferramentas de trabalho e para construção de moradias.

Portanto, foi em regime de mutirão que as primeiras vicinais foram se apresentando no mapa do PA Dom Pedro, utilizando de machado, foice, facão e motosserra. Homens, mulheres e crianças revezavam na abertura da mata, na retirada da vegetação cortada, na limpeza de tocos e espinhos que se apresentavam como obstáculo na livre circulação e acesso das unidades produtivas familiares. E esta mesma postura, ou seja, essa divisão do trabalho com interesses coletivo, também foi praticado no interior das unidades produtivas. Trata-se do regime de mutirão, com trocas de dias trabalhado, para abertura das primeiras roças de toco, com objetivo de produção de alimentos básicos como arroz, feijão, milho e mandioca, capaz de garantir a sobrevivência da família assentada. Esta situação é bem representada na fala do senhor João Carlos Ferreira em que diz:

Eu não participei do acampamento, pois quando fui fazer minha inscrição no INCRA eles já tinha feito o sorteio. Eles me informaram pra esperar mais um pouco pois muitos iriam desistir. Eu fiquei trabalhano em sítios lá mesmo próximo da cidade de São Féli. Logo quando eles autorizaram a entrada dos posseiros no Assentamento, não demorou muito pra alguns desistir. A terra era muito fraca e no

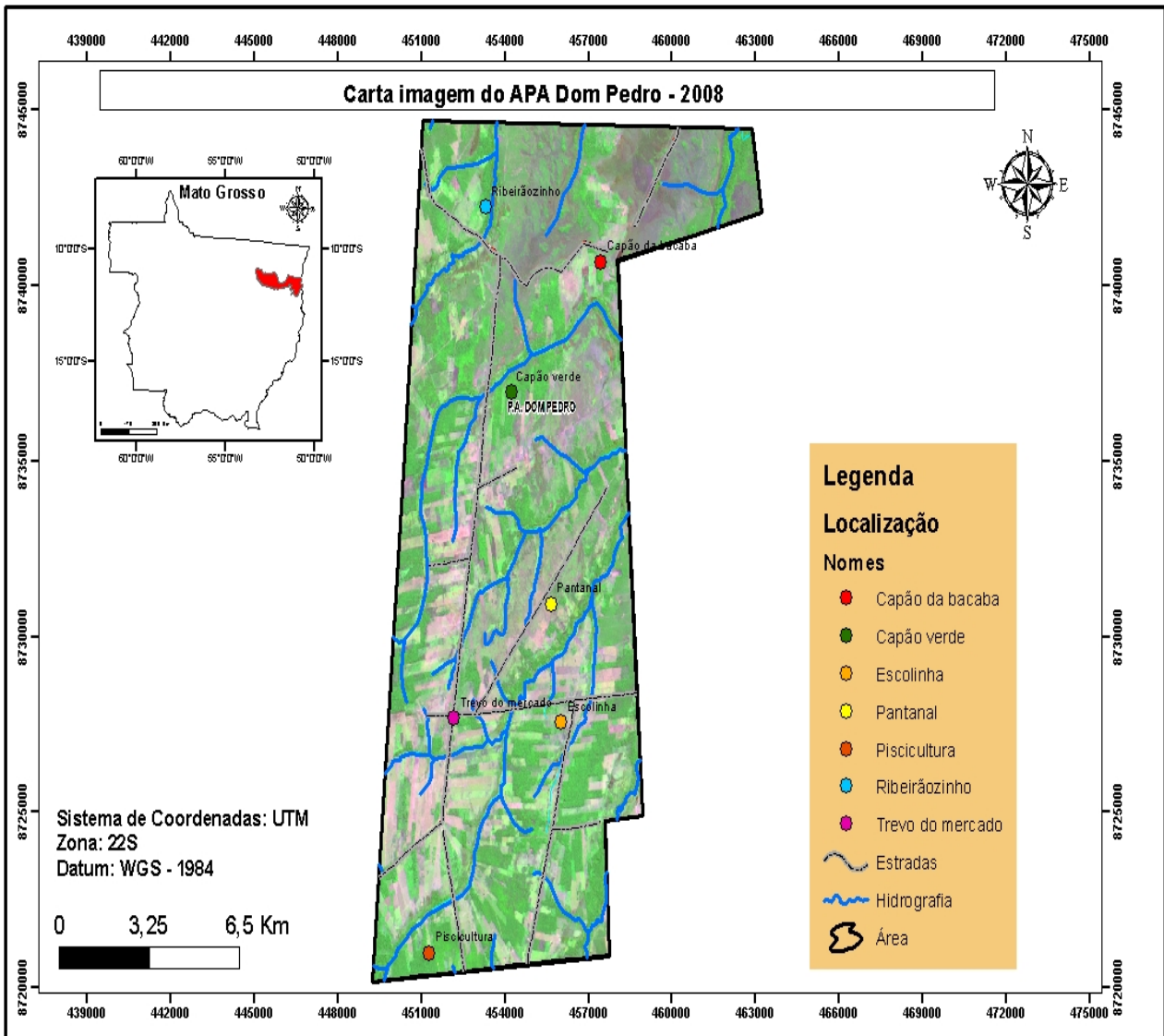
começo não tinha ajuda di nada. Por isso que os mais velho dizia que aqui não dava nem mandacaru. Mais foi importante o acampamento. Quando entraram eles estavam com tanta vontade [...] fizeram picada, ponte, aterro; fizeram roça no mutirão [...] tinha muita gente que queria ficar aqui mais ficaram com medo das dificuldade. Por isso, muitos foram embora [...] eu posso dizer que não achei ruim. Foi dessa maneira que consegui meu pedaço de chão. (Informação verbal concedida por João Carlos Ferreira, em 10 de outubro de 2017)

O primeiro ano de Assentamento compreendeu mais um dos processos de afirmação da identidade camponesa. Esta fase é de grande importância por estabelecer o momento de ruptura para aqueles que estiveram em constante conflito de entrada e de saída na terra. A ocupação da unidade produtiva reafirmou o direito de uso da terra pela família camponesa e, sobretudo, a conquista destes em reproduzir sua unidade familiar, enquanto camponês que é. A legitimação da posse pelos camponeses, seja ela pelo o assentamento de Reforma agrária ou não, compreende o direito destes a partir do que está estabelecido em lei, o cumprimento da função social da terra.

Segundo relato do senhor João uma parcela de camponeses assentados não permaneceram nas unidades produtivas. Essa situação leva ao entendimento inicial que estes camponeses não estariam interessados em permanecer nestas terras e, as razões seriam as mais variadas possíveis: existência no sorteio de pequenos comerciantes de direito de posse; perda da identidade camponesa; ausência de política pública capaz de garantir a permanência; grande atrativo do modo de vida urbano; existência de camponeses capitalizados, externos ao PA, com interesse pela terra; dentre outros. Porém, entendemos que o principal motivador de desistência e abandono da terra por estes camponeses, está diretamente associado ao interesse do capital em subordinar os trabalhadores de base familiar e, por isso, atuam o tempo todo, em todas as etapas, antes mesmo de adentrarem no assentamento.

No segundo ano de Assentamento, inicia-se timidamente algumas ações pública de infraestrutura. Porém, devido à dimensão da área (30.370 hectares) e do número de parceleiros (448 famílias) houve um entendimento pelo Incra da necessidade de dividir o PA em setores, conforme mapa 02. Tais medidas, segundo Usley Gomes, objetivava tornar melhor executável a atuação das instituições públicas (municipal, estadual e federal) para implantar projetos de interesse coletivo como estrada, pontes, escola, unidade de saúde, eletrificação rural.

Mapa 2: Carta imagem do PA Dom Pedro - 2008



Conforme observado no mapa foram criados sete (7) setores em todo o Projeto de Assentamento, sendo eles: Ribeirãozinho, Capão de Bacaba, Capão Verde, Trevo do Macaco, Piscicultura, Escolinha e Pantanal. Soma-se a esta divisão a área de interesse coletivo destinado a reserva legal do Assentamento. No entanto, tais medidas compreende apenas uma forma de agrupamento de pessoas e unidades produtivas, com interesses e demandas comuns e, isso não significa um fracionamento do PA como um todo. Apesar de ser uma divisão simbólica elaborada pelo Inkra, existia naquele momento um consentimento da maioria dos camponeses ao perceberem “questões comuns à determinados grupos”, conforme afirmou a senhora Alenira Paula Gomes.

Woortmann (1990) ao tratar da ética camponesa determina como categoria nucleante a terra, a família e o trabalho, intimamente relacionado entre si e, como princípio organizatório central a honra, a hierarquia e a reciprocidade. Esta compreensão sobre a regência da vida

camponesa e sua sociabilidade permitiu inicialmente no PA Dom Pedro o trabalho coletivo e, o uso coletivo da terra para produção de excedentes, porém com interesses nucleados na família.

Esses camponeses provenientes de diferentes lugares do país traziam consigo saberes herdados do local de origem, que muito das vezes não respondiam à nova dinâmica deste novo local de chegada. E isso quer dizer que, esse novo tempo, esse novo lugar iria exigir deles uma nova compreensão e um novo dinamismo com a natureza. Estavam naquele momento diante da necessidade de algumas rupturas e diante da construção de outros elementos culturais determinantes para fortalecimento da sua identidade camponesa. Por isso, o novo deveria ser encarado em grupos familiares maiores, onde sucesso e fracasso estaria diretamente associado às escolhas de várias estratégias, desde a escolha da área, da limpeza, do plantio e da colheita.

Essa organização coletiva da força de trabalho empreendida na terra cria o que Martins (1995) denominou vínculos de compadrio e de parentesco no local de chegada. São medidas extremamente importante como estratégia de fixação dos camponeses na terra e como garantia de reprodução social de sua unidade familiar. Talvez, pela ausência dessas estratégias muitos dos camponeses do PA Dom Pedro não conseguiram permanecer por muito tempo, o que corresponde à fala do senhor João Carlos Ferreira, da desistência pela terra de trabalho, tão logo imediato à obtenção do direito de posse concedido pelo Incra.

O trabalho coletivo no labor da roça não expressava, em tese, aos camponeses naquele momento uma condição de apropriação comunal da terra, como de direito de patrimônio comum. Mas, sobretudo, uma condição temporária de trabalho coletivo no interior da unidade produtiva, com propósito de amenizar as intempéries de produção de excedentes assim como de adaptação da unidade familiar à sua respectiva parcela. Por isso, as experiências advindas de outros lugares, de outras ocupações deveriam ser colocadas em evidência, a fim de garantir uma melhor adaptação, um melhor reconhecimento das fragilidades produtivas, uma melhor identificação das particularidades, das singularidades existente no PA Dom Pedro.

3.4 Realidades e contradições na exploração da parcela no PA Dom Pedro

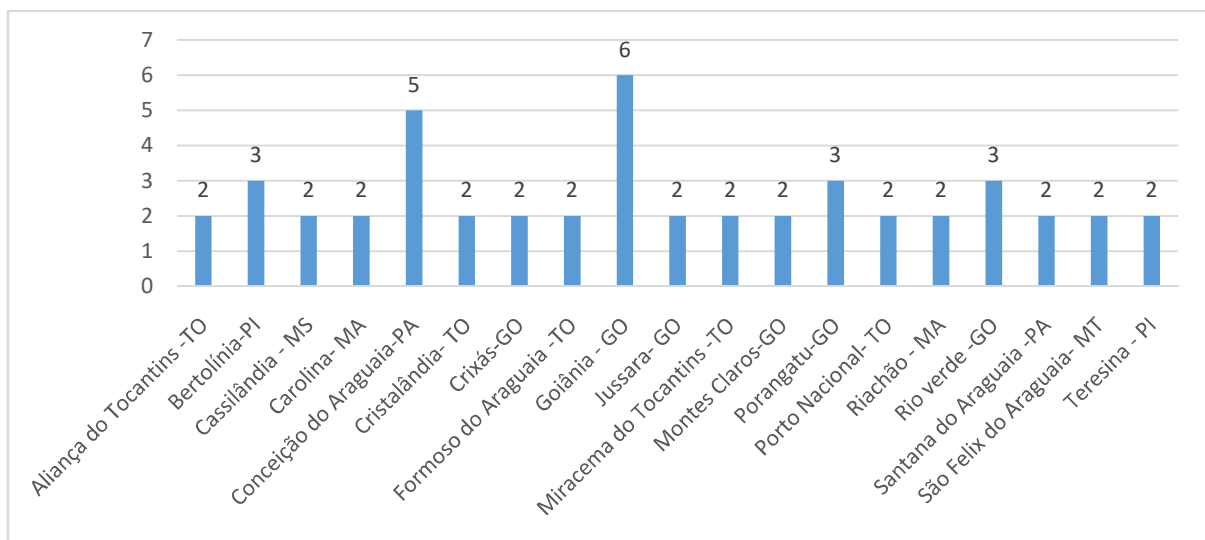
O PA Dom Pedro assentou famílias camponesas oriundas de diferentes partes do Brasil, reafirmando a marcha itinerante em direção a Amazônia. Estavam em sua grande maioria, nas últimas décadas do século XX participando da luta pela terra no médio Araguaia.

Decorre então reafirmar que a consolidação do PA compreendeu a materialização de pautas reivindicatórias destes camponeses neste território, assim como de dezenas de outros projetos consolidados, via luta pela terra, condição divergente de política de Estado de implantação de projetos de assentamento como ações representativas de reforma agrária. Ou seja, o projeto em questão e a maioria dos outros consolidados e em fase de consolidação compreende a luta que se travou por décadas no médio Araguaia pelos camponeses sem terra, contra a concentração fundiária colocada à disposição dos grandes latifundiário.

Na sua gênese migratória estes camponeses compreendiam grupos em constante marcha à procura de terra. Esta realidade corresponde aos movimentos migratórios de camponeses por todo território nacional à procura da terra de trabalho. As constantes entrada e saída, as paradas, a continuidade da caminhada compreende a luta pela reforma agrária, na batalha pela obrigação do cumprimento da função social da terra, na possibilidade de garantia da sua reprodução social e cultural. Assim, é correto afirmar que o camponês é uma classe periférica que se encontra em constante conflito com a classe dominante, com os atores hegemônicos. Portanto, os dados que segue são representativos desta gênese que se estabelece no interior do modo capitalista de produção, de caráter contraditório e marginalizado, porém, interativo.

Para subsidiar nessa pesquisa, além das entrevistas realizadas com camponeses e colaboradores externo foram aplicados 48 questionários semiestruturado com intencionalidade de criar condições representativa da realidade vivenciada no assentamento. Conforme dados exposto no gráfico 01, as famílias assentadas possui distintas naturalidades, o que confirma as diferentes origens dos camponeses no médio Araguaia, em Mato Grosso.

Gráfico 01: Naturalidade dos chefes de família



Fonte: Marinho, C. F. & Cunha, E. R., 2018.

A origem das 48 famílias analisadas corresponde a mobilidade sócio espacial destes do local inicial de partida no sentido da área destinada para ocupação, ou seja, o PA Dom Pedro. Esta conjuntura é reveladora da dura realidade existente em todo território brasileiro, em que pese a falta de política para implantação de projetos de reforma agrária que contemple as famílias camponesas no seu local de origem, obrigando-os ao deslocamento contínuo na procura de terra, na garantia de sua reprodução social e cultural. Estes dados associados à tabela posterior marca locais de parada e, certamente os insucessos dos camponeses na luta pelo direito da terra nestas respectivas paradas.

Tabela 01- Local de morada anterior ao PA Dom Pedro

Local	Quantidade
Aparecida de Goiânia- GO	6
Cana Brava do Norte – MT	6
Cocalinho – MT	2
Confresa-MT	3
Figueirópolis - TO	2
Goiânia – GO	5
Formoso do Araguaia- TO	3
Itajá– GO	2
Jussara – MT	3
Miracema do Tocantins – TO	3
Quirinópolis- GO	2
São Felix do Araguaia- MT	6
Vila Rica – MT	5
Total	48

Fonte: Marinho, C. F. & Cunha, E. R., 2018.

O estado de Mato Grosso foi seguramente o destino de milhares de família que buscavam acesso à terra, garantia de valores familiares assegurados em seus processos produtivos e rompimento de seus vetores sócio-político e econômicos. Por esse engajamento observa-se na representação da tabela anterior que a maioria dos camponeses pesquisados encontravam-se próximo à área que viria a se consolidar em Projeto de Assentamento e, portanto, sujeita a sua função social. Diferentemente da situação de origem dos chefes das famílias camponesas em que predominantemente residiam (aproximados 95% do total) em outros estados, a situação de última ocupação destes antes da entrada no PA Dom Pedro, localizava-os em grande maioria (aproximados 52% do total) em municípios desta unidade federativa. Ademais, os outros camponeses em condição de ocupação de sua força de

trabalho encontravam-se nos estados de Goiás e do Tocantins, ou seja, unidades federadas próximas ao destino da terra.

Esta situação é reveladora do grau de inserção dos camponeses na luta pela terra no médio Araguaia. A arena de conflitos sangrentos iniciado ainda na década de 1950 e tensionado no período dos governos militares e também após o processo de redemocratização do Brasil motivou não só grandes empreendedores agropecuaristas, sob a égide da expansão capitalista, mas também uma leva de camponeses posseiros com interesses pelo acesso à terra de trabalho. Os movimentos migratórios de camponeses pelo território nacional compreende a procura pela terra, alimentado pela esperança do encontro de uma de suas frações, para sua fixação e reprodução social e cultural. A luta por um pedaço de chão está diretamente associado às constantes expulsões que vivenciaram ou a negação direta que convivem.

A sua condição de assentado ganha projeção como sujeito direto de sua própria transformação enquanto sujeito social que é. Assim também os movimentos e as organizações sociais, principalmente relacionado a prelazia de São Félix do Araguaia como os agentes pastorais, a CPT e a ANSA, que garantiram apoio necessário para fortalecimento da identidade coletiva campesina, essencial na luta para entrada e permanência na terra. O seu modo vida peculiar valoriza formas de apropriação e de consumo de bens materiais e sociais que se contrapõe ao modo de exploração capitalista, mas que está inserido no seu dia a dia, no seu labor.

A forma de organização e realização do trabalho dos camponeses do PA Dom Pedro se estrutura em valores de sociabilidade da família, com extensão parental e de vizinhança. Tais interações são responsáveis pela formação de experiências e saberes importantes para sua reprodução e contribui para decisões sobre o que fazer. Por isso se especializam na diversificação de produção no interior de cada unidade produtiva, tanto para cultivo da agricultura, quanto para criação de animais. Esta realidade contradiz o modo capitalista de produção, tanto para a agricultura quanto para a pecuária, onde é comum a exploração do trabalho assalariado e a reprodução de monocultivos e de criação intensiva.

3.4.1 Divisão do Projeto de Assentamento Dom Pedro em unidades produtivas

O PA Dom Pedro possui duas agrovilas (Capão Verde e Trevo do Macaco), uma Reserva Legal (área comunitária) e 448 unidades produtivas (parcelas). Devido sua dimensão territorial está dividido em sete setores, sendo eles: Riberãozinho, Capão Verde, Capão de Bacaba, Trevo do Macaco, Piscicultura, Escolinha e Pantanal. O acesso interno se dá por

quatro vicinais que possibilita a livre circulação de pessoas, animais e excedentes de produção pelos setores e destes para os municípios próximos (Porto Alegre do Norte, Confresa, Alto da Boa Vista) e, para sede do próprio município (São Félix do Araguaia). As agrovilas possui mínima infraestrutura de saúde, educação e pequenos estabelecimentos comerciais, além de energia e água encanada. As unidades produtivas comunga (em sua maioria) de redes de distribuição de energia.

Embora a divisão ocorreu nesta propositura os camponeses estavam convencidos da necessidade de localização de áreas centrais e estratégicas para construção de núcleos do PA Dom Pedro. Tais núcleos rurais compreenderia a possibilidade de localização de infraestrutura mínima para assegurar a permanência destes nas suas unidades produtivas como escola, posto de saúde, igreja, barracão da associação, pequeno comércio e outros pequenos estabelecimentos. Desta maneira, devido sua posição geográfica abriram duas agrovilas denominadas Capão Verde e Trevo do Macaco.

A população das agrovilas constitui-se de camponeses que por preferência localizaram suas casas nestas localidades devido uma demanda maior da família por infraestruturas que ali se apresenta, tais como postos de saúde, escola e pequenos estabelecimentos comerciais. Outros ainda pela localização das suas unidades produtivas, em circunvizinhança com estes núcleos rurais. Há aqueles que em função da disposição do número de integrantes na unidade familiar e por necessidade de composição relativa da renda, constroem suas respectivas residências nestas localidades para oferta e ocupação em outras unidades produtivas (em predominância do próprio assentamento), de forma temporária, da força de trabalho excedente. Muitos outros têm esta preferência devido ocupação secundária como agente de saúde, professores, agentes pastorais católicos, pastores evangélicos e auxiliares do comércio.

É certo que, independentemente do local de moradia, estes trabalhadores têm como principal atividade a exploração de suas unidades produtivas, da qual retiram alimentos que garantem a sobrevivência da unidade familiar, como produzem excedentes para realização de pequeno comércio. Nas agrovilas residem ainda os pequenos comerciantes (varejistas, mecânicos, borracheiros) que nem sempre compreende camponeses do assentamento. Se especializam em determinados ofícios que lhes garante uma pequena renda, através da comercialização ou pela oferta de uma determinada atividade prestada.

Em função da facilidade do fluxo de pessoas, as agrovilas Trevo do Macaco e Capão Verde torna-se o local de preferência de reuniões e tomada de decisão coletiva das associações e do sindicato. Nelas, instituições governamentais como INCRA, EMPAER, SEMA, Prefeitura e suas respectivas secretarias, assim como instituições não governamentais

tais qual CPT, ANSA, AXA (Articulação Xingú-Araguaia) e agentes pastorais, conforme demonstra figura 01, têm nestes aglomerados como preferência para encontros, orientações e deliberações.

Fotografia 01- Reunião de camponeses e técnicos da ANSA – barracão da Igreja Católica



Fonte: Ansa - SFA, 2017.

O elemento cultural construído pela identidade coletiva da comunidade camponesa deste PA também se materializa nestes aglomerados rurais. Destaca-se as crenças e os festejos religiosos, a culinária, a troca de saberes da terra (preparo do solo, plantio, colheita, armazenagem, comercialização); compartilhamento de tradições e costumes na criação de animais e na extração vegetal; compra e venda de produtos da agricultura camponesa; local oficial de ensino e aprendizagem escolar; lugar de rodas de conversa em que compartilham o dia a dia do assentamento e também os acontecimentos da região, do estado, do Brasil e do mundo.

Nas unidades produtivas as relações são mais restrita aos vínculos familiares, assim como de compadrio e de vizinhança. E isso não quer dizer ser um ambiente fechado. Compreende relações que costumeiramente se dão com maior intensidade, seja pela proximidade das residências, seja pelos vínculos afetivos da família, por doutrinação religioso, ou determinado pelas atividades produtivas desenvolvidas no interior de cada parcela. É também comum algumas unidades serem referência para encontros e reuniões conforme o papel desempenhado na comunidade pelo camponês. Alguns possui naturalmente o perfil de líder representante de um determinado segmento de camponeses dentro do PA Dom Pedro e, este condicionante é propulsor de encontros nas unidades produtivas, conforme verificado na figura a seguir.

Fotografia 02: Reunião em uma unidade produtiva do PA Dom Pedro entre camponeses e técnico da ANSA



Fonte: Ansa – SFA, 2017.

Nas unidades produtivas camponesas, o núcleo familiar é dono da sua força de trabalho e dos meios de produção, e isto os coloca em situação distinta das unidades produtivas capitalistas onde há uma separação dos donos dos meios de produção e dos donos da força de trabalho. Esta condição requer dos camponeses um planejamento de pelo menos um período de um (1) ano sobre as atividades a serem desenvolvidas, para que a produção, o manejo de plantas e animais, o armazenamento e a comercialização dos produtos oriundas do seu labor garanta minimamente a sobrevivência de todos os integrantes. Tais situações muito das vezes exige da unidade produtiva que a composição familiar é pequena, troca de dias trabalhado entre os camponeses, principalmente na limpeza das áreas cultivadas o de pastagem, conforme fala do senhor João:

Muitas atividade nós consegue desenvolvê sem ajuda dos vizinho. Mais têm umas que precisamos de ajuda dos vizinho pra dá conta da demanda [...] quando plantamo roça principalmente, a limpeza da área e da cultura, dos mato que nasce rapidamente, a gente precisa dos vizinho. Uns vêm por troca de dias, outro por pagamento de diária [...] a gente precisa fazê isso também com a limpeza dos pastos onde fica o gado [...] agora, com as orientação que tamo recebendo do pessoal da Ansa e de outras instituições, tamoconsorciano a pastagem com plantas frutífera e espécie nativas [...] a minha propriedade participa de uma rede de sementes que vai do Araguaia ao Xingú. (Entrevista concedida por João Carlos Ferreira, em 10 de outubro de 2017)

A prática do trabalho coletivo é certamente uma compreensão dos camponeses quanto a necessidade de um maior número de força de trabalho para execução de determinadas

atividades no interior de uma unidade produtiva. Esta concepção está diretamente associada ao forte esvaziamento da força de trabalho jovem (será abordado posteriormente), em função do grande atrativo que os espaços urbanos tem influenciado sobre os filhos dos camponeses, seja por questões de trabalho ou educação, seja pela dimensão dos lotes em que se encontram, não possibilitando uma nova divisão para formação de um novo núcleo familiar.

Conforme podemos observar na figura 03, a seguir, o trabalho coletivo é portanto uma alternativa viável para composição da força de trabalho. É também uma prática comum no PA Dom Pedro. Esta situação revela diferentes práticas para tornar a unidade camponesa produtiva e assegurar condições mínimas de segurança alimentar e qualidade de vida. Ela acontece tanto em relações de troca de dias trabalhado, quanto em pagamento em espécie para outros camponeses que encontram em seu labor, janelas para ocupação temporária da sua força de trabalho.

Fotografia 03: Farinheira - pratica de atividades coletiva no PA Dom Pedro



Fonte: Ansa – SFA, 2017.

O resultado das atividades produzidas na agricultura camponesa do PA Dom Pedro é consumido no interior da própria unidade produtiva. Porém, o que se produz em excedente é comercializado nos mercados do território do médio Araguaia, principalmente na sede do município, na feira, no comércio, de casa em casa e, na despoldadeira de frutas da Ansa. Outra atividade visivelmente presenciada nas parcelas é a criação de animais de pequeno, médio e grande porte (como é o caso dos bovinos) com predominância à este último. Trata-se da cultura introduzida na região desde a formação dos latifúndios e que de certa forma influenciou nas atividades campesina de todo território. O mercado para esta prática é mais ativo devido a existência de um grande número de estabelecimento pecuarista de médio e grande porte, responsável pela compra de animais para recria e engorda.

Fotografia 04: Bezerros com idade de recria selecionados para consumo produtivo²²



Fonte: Marinho, C. F; 2017.

Esta condição de “subordinação” e “marginalização” da agricultura camponesa à prática capitalista de produção não significa a transformação do camponês em trabalhadores capitalistas. A comercialização de animais é sem sombra de dúvidas a venda de animais excedentes na unidade produtiva e, esta situação compreende a complementação da renda camponesa, condição essencial para garantias de vida e de permanência na terra. É também o comércio mais imediato, haja visto a presença constante do intermediário dentro do assentamento, como mediador da relação entre o camponês produtor e o consumidor. É ainda uma situação em que os agentes hegemônicos exploram os agentes hegemonzados sem haver a necessidade de expropriá-los, o que compreende uma forma de sujeição da renda da terra camponesa ao capital. Neste caso,

Quando submete o camponês aos seus ditames, está sujeitando a renda da terra ao capital. Está convertendo a renda da terra embutida ao produto produzido pelo camponês e sua família em capital. Está se apropriando da renda sem ser o proprietário da terra. Está produzindo o capital pela via especificamente não capitalista. (OLIVEIRA, 2007, p. 32)

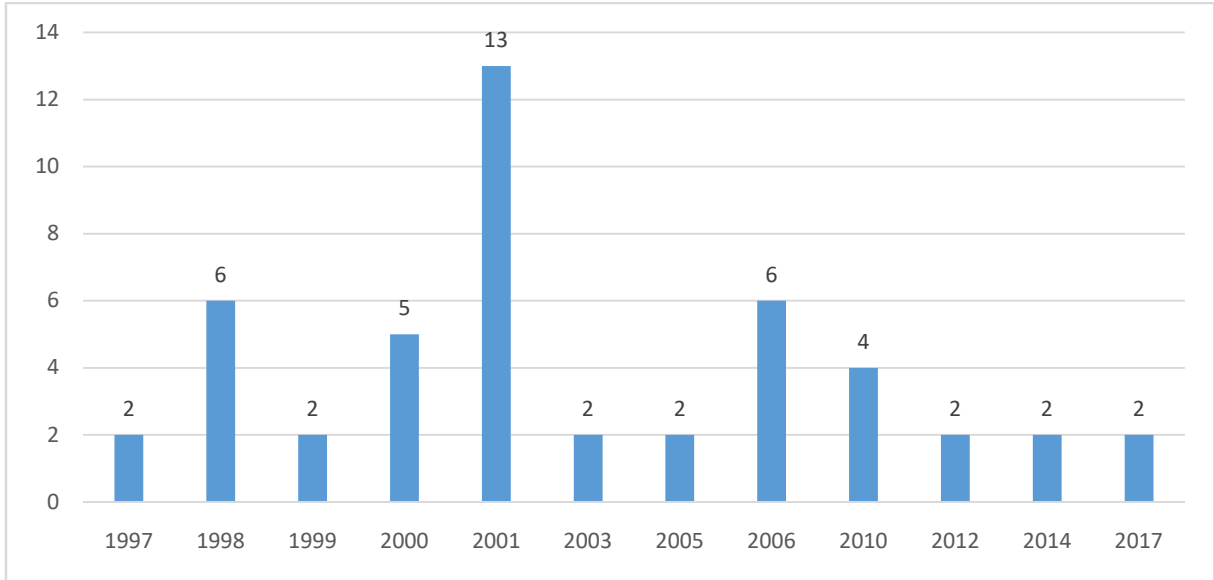
²²Friedmann, H. (1978, p. 555) *apud* Sevilla Guzmán, E. – Sobre a evolução do conceito de campesinato (2ª ed. São Paulo: expressão popular, 2013, p. 68), argumenta que as condições de reprodução de uma forma de produção são tantas sociais quanta técnicas: consumo pessoal (aquele que permite o produtor continuar participando na produção); consumo produtivo (técnicas, pecuária, terra e outros meios de produção que permitem a continuidade de produção) e excedente de trabalho (em forma de excedente de valor, benefício, renda e juros), no caso de a pequena agricultura utilizar trabalho assalariado.

Embora, na prática, o camponês ao vender parte da sua produção, ele não o faz como uma lógica independente ao modo de produção capitalista, tampouco o excedente cedido por ele compreende uma lógica tipicamente capitalista. O camponês, assim como o proletário, são detentores da sua força de trabalho e, essa é uma condição singular a ambos. Porém, a família camponesa são também, eles mesmos, donos dos meios de produção e, no interior da sua unidade produtiva as categorias salário e lucro são inoperantes e, neste ponto, os diferencia. Ele vende para poder comprar e esta é a razão principal que o conduz ao mercado. E é exatamente na circulação que o capital encontra mecanismos de obtenção de lucro sobre a produção camponesa.

3.4.2 Atualidades e perspectivas futuras do PA Dom Pedro

Um em cada quatro camponês que lutou para consolidação do PA Dom Pedro vive no assentamento. É uma proporção relatada pelos entrevistados e facilmente identificada nas questões que trata sobre a data de entrada das famílias camponesas. As razões para tais mobilidades sócio espacial compreende para aqueles que saíram, principalmente na fase inicial, dificuldades no labor com a terra, pela fragilidade dos solos ou pela composição da sua unidade familiar; escassez de políticas públicas, como oferta para educação básica em todas suas etapas, ou seja, no ensino fundamental e no médio; atendimento à saúde; projetos de habitação; eletrificação rural; acesso à linhas de crédito voltados para produção de alimentos. A transferência dos direitos de exploração das parcelas iniciaram tão logo a consolidação do projeto de assentamento, de forma paulatina e com picos durante todo período de existência do PA Dom Pedro, conforme demonstrado no gráfico 02, a seguir.

Gráfico 02: Ano de Entrada no PA Dom Pedro



Fonte: Marinho, C. F. & Cunha, E. R., 2018.

Tais políticas públicas foram implantadas parcialmente no PA Dom Pedro e, sua ocorrência se deu de forma paulatina. Com efeito, a saída e a chegada de camponeses nas unidades produtivas é de fato uma constante como é os movimentos de camponeses por todo território médio Araguaia. Essa prática é permitida pelo Incra, onde o entendimento é que o camponês parceleiro ao vender, vende as benfeitorias oriundas do trabalho familiar na unidade produtiva, até porque enquanto projeto de assentamento, o camponês obtém o direito de exploração da parcela e, seu domínio somente é concedido pela transferência de propriedade a partir da titulação das respectivas parcelas.

Todavia, o sucateamento das instituições públicas como é o caso do Incra, entidade responsável por todas as etapas do assentamento, desde o reconhecimento das áreas destinadas ao cumprimento da sua função social, seleção de trabalhadores da terra, implantação e consolidação dos PAs, colabora para ação de grileiros que por intermédio de atravessadores, compram os direitos de exploração das parcelas, principalmente de unidades produtivas consecutivas, para formação de áreas com atividades da agricultura capitalista. Isso se dá pela inoperância destes órgãos, seja por falta de servidores, ou por insuficiência das condições de locomoção, ou até mesmo por possíveis acordos conjunturais, de forma obscura, que venda a realidade circunscrita em prol de interesses particulares.

Os agentes externos, convencidos do acesso à terra pela compra do direito de exploração e, visando lucro ao tornar esta uma mercadoria, adentram-se às áreas do PA Dom Pedro, mesmo que sua entrada legal seja restrito (não correspondem ao perfil camponês). As insistentes tentativas de (re)concentração fundiária têm elevado o preço do direito de exploração das parcelas e isso cria no imaginário de muitos camponeses uma situação de

conflito. Ao mesmo tempo em que convivem com o abandono ou o descaso do Estado, registram um comércio de direitos de exploração de unidades produtivas em via de regularização de domínio. E isso quer dizer que as instituições responsáveis por assegurar condições mínimas de permanência destes na terra são elas mesmas responsáveis por uma possível transferência de propriedade para grileiros e médios produtores.

Nóis estamos num momento delicado aqui no assentamento. O senhor já viu falar em tráfico de pessoas? Tráfico de drogas? Tráfico de animais? Pois é o que tamoveno aqui [...] tão vendeno as terras que receberam. Existe posseiro que se especializou em encontrar os otro que quer vendê a terra. A gente chama eles aqui de corretor de terra [...] o que eles estão fazeno é um tráfico de terra pois todos noissabemo que ainda não somo os dono dela. Eles fazem contato com alguns compradores que exige o tamanho que querem. Sempre pede para que elas estejam próxima uma da outra [...] aqui dentro do PA tem gente com quatro, cinco, seis, até dez lotes [...] eles não tiram do nome dos posseiro di que eles compra. Mas o Incra tem conhecimento disso. Nois já denunciemo, a prelazia já denunciou, a CPT, mais eles não faz nada. (Entrevista concedida por João Carlos Ferreira, em 04 de janeiro de 2018)

Porém, esta situação não é uma determinante para todo assentamento. Os dados mostram de fato que existe uma mobilidade interna, como já analisado anteriormente, entretanto os registros de base do Incra, assim como as informações coletadas a partir das entrevistas diretas apontam para uma troca que acontece predominantemente entre famílias camponesas e, em menor intensidade entre estes e produtores capitalistas e, nestes casos, acontece de fato uma (re) concentração fundiária. A omissão das instituições públicas caracteriza o compromisso social do Estado com a classe camponesa em todo Brasil, em particular, com as famílias de toda região amazônica, como é o caso do projeto de assentamento em estudo.

Outra situação bastante contundente a ser analisada compreende a saída dos filhos das unidades produtivas com destino às cidades, ou para outros assentamentos em fase de consolidação e, até para ocupação definitiva da sua força de trabalho em regime de assalariamento nas fazendas agropecuárias, principalmente do território do médio Araguaia. Esta é uma situação em que entendemos a agricultura camponesa na sua reprodução contraditória ao modo de produção capitalista. Porém, o que Kautsky (1980) compreendia pelo processo de subordinação da agricultura camponesa à indústria, assim como o processo de assalariamento destes trabalhadores, ou seja, a proletarização, não se completou, como também não completou o processo de diferenciação interna na agricultura camponesa analisado por Lênin (1985), mas que coexistiram junto ao processo de expropriação de juventudes camponesas de suas unidades produtivas pela escassez de alternativas para permanência destes junto ao seu núcleo familiar.

Desta forma ficar ou sair do campo compreende não só uma estratégia capitalista de desintegração e esvaziamento da família camponesa das unidades produtivas, a partir de atrativos das juventudes campesinas, como também uma estratégia de manutenção da parcela, sem haver necessidade de seu respectivo fracionamento e inviabilização, conforme analisado por Chayanov (2014). Tais mobilidades é resultante destas contraditoriedades regida não somente pelo modus operandi do capitalismo, mas, sobretudo, como estratégia de regulação da família camponesa frente as atuais mudanças e crise vivenciada no campo.

Uma alternativa consolidada no PA Dom Pedro para manutenção das famílias camponesas nas unidades produtivas consiste na atuação da Ansa com projetos agrosilvopastoril desenvolvidos pelos camponeses a partir do cultivo de plantas frutíferas e reprodução de espécies nativas ao bioma no qual estão inseridos. Trata-se de assistência técnica ofertada por esta entidade filantrópica em que pese o interesse de cada família para prática de recuperação de áreas degradadas com cultivo agroecológico de plantas economicamente comercializáveis, conforme verificado nas imagens a seguir.

Fotografia 5: colheita de frutas nas unidades produtivas assistida pela Ansa



Fonte: Ansa – SFA, 2017.

A Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora da Assunção (Ansa) é uma entidade sem fins lucrativos, vinculada à prelazia de São Félix do Araguaia com a missão de lutar contra a pobreza e as desigualdades. Tal compromisso resulta em ações que visa melhorar indicadores de desenvolvimento humano como saúde, educação e situação de vulnerabilidade social no território do médio Araguaia. Consiste na opção pelos pobres desta região declarada por todos agentes pastorais, principalmente por Pedro Casaldáliga e pela Irmã Irene Franceschini. Sua atuação no PA Dom Pedro registra dez anos ininterruptos, desde 2008, onde presta assistência técnica; concede horas de máquina para limpeza e preparo da

área selecionada; doa sementes e mudas de espécies selecionadas por intermédio do viveiro desta entidade; insere o produto excedente do camponês no mercado regional através da despoldadeira Araguaia, dentre outras ações.

De acordo com Guzmán & Molina (2013, p. 68) desde que o grau em que as relações sociais da produção simples de mercadorias agrárias esteja baseado nos vínculos familiares, independente que sua produção esteja mercantilizada, tais condições garantiria situações necessárias de reprodução social e técnica do campesinato. Para estes mesmos autores (idem, p. 68-69) tais formas de produção “pode constituir uma forma de manejo dos recursos naturais estável, coexistindo tanto com a forma de produção camponesa quanto com a capitalista” desde que as referidas condições de reprodução – consumo pessoal e produtivo e excedente de trabalho – se mantenham.

E nesta lógica encontra-se grande parte dos camponeses do PA Dom Pedro, onde a produção de excedentes, seja oriundos da agricultura ou da pecuária, compreende renda a ser convertida em bens materiais e de consumo imediato não produzido na unidade produtiva. Porém, a transformação da terra em mercadoria no interior de assentamentos de reforma agrária - apesar do reconhecimento da ilegitimidade de transferência de domínio das respectivas unidades - e a mudança da lógica produtiva camponesa para lógica produtiva capitalista, ou seja, da produção familiar à produção proletarizada, é sobremaneira uma situação de conflito, e deve ser entendida pela categoria camponesa como um sinal de alerta para tais atrocidades.

O produtor capitalista irá buscar mecanismos que possibilite o acesso as terras destinada a agricultura camponesa e, isso abrange não só uma realidade do PA Dom Pedro, mas a realidade para além dele, para os demais projetos de assentamento da reforma agrária. E para tanto, compreendemos que o movimento de titulação das unidades produtivas pelo Incra possui seu caráter contraditório. O Título de Domínio (TD) é o instrumento que transfere o imóvel em condições definitiva ao assentado pela reforma agrária, após interrompido o Contrato de Concessão de Uso (CCU). Tal interrupção se dá mediante entrada na terra, oferta de infraestrutura básica, acesso à linha de créditos para produção de excedentes comercializáveis, garantia mínima de autossuficiência.

Assim, quando a titulação acontece sem antes haver completado a consolidação das ações obrigatórias das instituições públicas para assegurar condições mínimas de produção e viabilidade econômica do excedente produzido pelas famílias camponesas, seu caráter torna – se contraditório a realidade circunscrita em que estes estão inseridos. O Estado, que sempre respondeu bem aos interesses da elite dominante, devido sua ineficiência no atendimento das

demandas de camponeses nos projetos de assentamentos, fortalece sua principal atuação que é a manutenção de uma determinada classe social no poder. E esta prerrogativa de transferência de domínio das unidades produtivas, em momento de fixação do camponês na terra, em condições de instabilidades, é senão, uma estratégia de fragilização destes a partir da possibilidade de transformação da terra em mercadoria, e diga-se de passagem, com valores expressivamente maiores dos que costumeiramente vivenciavam com o pagamento dos direitos de uso e de exploração das unidades produtivas.

Esta é uma realidade que o PA Dom Pedro está prestes a experimentar. Após decorrido vinte (20) anos de implantação, com ações medianamente consolidadas em que pese, seu conjunto completo garantiria a permanência destes camponeses nas suas respectivas unidades produtivas, como maior acesso à crédito habitação, créditos produção, melhorias nas vias de circulação de pessoas e de excedentes produzido, poços semi-artesianos, eletrificação rural ampla, educação e saúde, dentre outros. Porém, a condição ofertada foi colocada em prática de forma desarticulada e incompleta. E isso certamente foi e é determinante para a mobilidade das famílias camponesas deste PA para outros lugares, principalmente para as cidades.

Ao mesmo tempo, o agronegócio expandindo suas fronteiras para além do domínio privado, ampliando suas territorialidades, ilhando os assentamentos, como é o caso deste, pulverizando sem limites “defensivos agrícolas” nas suas propriedades e, por deriva, nas respectivas unidades produtivas das famílias camponesas, “criando superpragas e superinsetos, fragilizando sua produção e tornando vulneráveis a situação de permanência. Muito das vezes o entendimento que “a terra está fraca” não está associado as ações promovidas na circunvizinhança, na propriedade capitalista. A exemplo do que acontece com os rios e córregos que abastece o PA dom Pedro. Relatam que a disponibilidade de água têm diminuído, assim como também a pesca e a caça, porém não compreende que grande parte desta (ir) responsabilidade está para além de sua unidade produtiva.

Este conjunto desencadeia na compreensão que o agronegócio quer a propriedade das unidades produtivas do PA Dom Pedro para anexação ao seu domínio. Por isso, entendemos que os projetos de reforma é uma política de governo e não é uma política de Estado. E nestas intempestivas situações, o agronegócio têm-se debruçado para que a titulação aconteça o quanto antes possível, o que já é uma realidade no médio Araguaia mato-grossense. No PA Dom Pedro, conforme analisado anteriormente, as instituições representativas do Estado têm feito vista ao comércio de unidades produtivas e, a concentração destas unidades. Parte de quem compra o direito de exploração de áreas de projetos de assentamentos são meros

representantes do agronegócio, os atravessadores. Estas terras estão em stand by, aguardando o título para anexação à propriedade do agronegócio.

Porém, o campesinato sempre resistiu às pressões da agricultura capitalista e este novo cenário conflitivo provavelmente se constituirá como uma nova história de luta e de resistência da classe camponesa para permanência na terra, nas suas respectivas unidades produtivas. Ao certo, o modo de produção capitalista se constitui como força dominante e hegemônica, que a tudo submete a subordinação para maximização do capital. Entretanto, esta luta de manutenção das especificidades da agricultura camponesa, presenciado endógena ao modo de produção dominante, nos conduz ao pensamento de Chayanov (2014), Shanin (2005; 2008), Martins (1990) e Oliveira (2001b) que o camponês é um sujeito de resistência e readaptação

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude do que foi mencionado, pode-se afirmar que o campesinato enquanto ator de sua própria história coloca-se como um elemento essencial para a estruturação das mais variadas formações econômicas no tempo e no espaço. Assim, verificou-se que essa classe social, além de se figurar como tal, significa também um modo de vida, cujas características principais são a ligação direta com a terra e a produção baseada na organização familiar. O camponês não precisa explorar a força de trabalho alheia para que a sua reprodução seja assegurada, no entanto, explora apenas a si mesmo; desse modo, a sua satisfação material está condicionada ao nível de fadiga ao qual está submetido.

A ocupação do território promovida pela expansão do modo de vida camponês se figura como uma realidade histórica num país como o Brasil, cujas dimensões são enormes. Os posseiros que outrora ocuparam inicialmente a região do médio Araguaia são uma prova viva desse quadro; o campesinato brasileiro, como ficou claro, luta para entrar e permanecer na terra, e contraditoriamente é expulso e reinserido nesta. O conflito pelo uso da terra se torna uma realidade frenética, uma vez que essa dádiva da natureza é a fonte de toda prosperidade social. A terra ela mesma não tem valor, pois não é produto do trabalho humano,

mas o seu uso pode ser capaz de produzir uma riqueza inestimável para sociedade como um todo; ela é senão a base material da reprodução da vida imediata de toda sociedade.

A região da Prelazia de São Félix do Araguaia marca essa discussão, os conflitos entre o campesinato e a concentração fundiária típica da nossa formação econômica se faz presente naquela parcela do território. Nesse país marcado pelas desigualdades socioeconômicas, a luta pela terra se configura como uma das mais emblemáticas questões a ser analisada; por isso, o processo histórico de formação do assentamento Dom Pedro baliza um momento de conflito e de esperança ao mesmo tempo. A persistência do campesinato deriva da sua íntima ligação com terra; essa ligação extrapola os limites da lógica produtiva alcançando os laços culturais e políticos que faz dessa classe um modo de vida.

Desse modo, a luta camponesa que se faz presente na história de formação do assentamento Dom Pedro mostra o caráter eminentemente histórico da luta de classes no Brasil. Os interesses dos grupos entram em choque, pois são antagônicos por natureza; assim, o papel de um bispo como Dom Pedro Casaldáliga se trona imprescindível no tocante aos conflitos naquela região. O seu papel ativo nesse processo marca a ruptura de alguns membros da Igreja Católica com as concepções tradicionais até então reinantes na Cúria Romana. A sua atividade militante o fez virar uma grande referência nacional no que diz respeito à problemática dos conflitos agrários, bem como do envolvimento da igreja nessas questões.

Assim, pode-se concluir que a luta camponesa no último quartel do século passado na Amazônia assumiu novas tessituras, sobretudo devido às concepções da Teologia da Libertação em ascensão. Essa parceria entre o campesinato e o movimento religioso libertário no estudo de caso aqui apresentado obteve êxito diante das dificuldades apresentadas durante o processo de luta pela terra, culminando na criação do assentamento Dom Pedro. Portanto, o debate aqui exposto visa ser uma contribuição para a geografia agrária como um todo, mas especificamente para os segmentos que trabalham as questões da luta camponesa e o movimento da Teologia da Libertação.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALMEIDA, R. A.; PAULINO, E. T. Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações. **Geografia**, Londrina, v. 9, n. 2, p. 113-127, jul/dez. 2000.

ANGELOZZI, Gilberto Aparecido. **Igreja, Estado e Poder: as relações entre Igreja e do Estado no Brasil**. Jundiaí. – Paco Editorial, 2017.

ARIAS, J. **Pedro Casaldáliga**. España: Revista Misioneros, nº 5, mayo de 2000.

BARROZO, João Carlos. Araguaia: a nova fronteira da soja. In: BARROZO, João Carlos (org.). **Araguaia: o (des)encontro de diferentes agentes sociais**. – Cuiabá: EdUFMT, 2016.

BRASIL. Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970.

_____. Lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CARNEIRO, P. A. S. A unidade de produção familiar e os enfoques teóricos clássicos. In: **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 4, n. 8, p. 52-66, ago.2009.

CASALDÁLIGA, P. **Eu creio na Justiça e na Esperança**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. **Uma igreja na Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social**. São Félix do Araguaia: Carta Pastoral, 1971.

CHAYANOV, A. V. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas (1924). In: CARVALHO, Horácio M. **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 99-137.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **A Igreja e as questões agrária brasileira no início do Século XXI**. Edições CNBB, 2014.

ESCRIBANO, Francisc. **Descalço sobre a terra vermelha: A vida do bispo Pedro Casaldáliga**. – 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

ESTERCI, N. **Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 149 p. ISBN: 978-85-99662-51-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

FELICIANO, C. A. Estado, apropriação e concentração de terra e poder: da propriedade como direito natural ao questionamento da função social da terra. In: (orgs) Midityer Júnior, M. A.; GARCIA, M. F.; VIANA, P. C. G. **A questão agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais** – 1ª ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2015.

FERNANDES, B. M. Reforma Agrária no Brasil, para além de um projeto: uma luta permanente, In: (orgs) Midityer Júnior, M. A.; GARCIA, M. F.; VIANA, P. C. G. **A questão agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais**– 1ª ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2015.

GARCÍA PARET, C. **Realidade e história da região do Araguaia Xingu**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2012. – (Série: a resposta da terra; v. 2)

IANNI, Octávio. **A Luta pela terra: história social da terra e da luta numa área da Amazônia**. – Petrópolis: Vozes, 1978.

_____. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia.** Petrópolis – RJ: Vozes, 1979. 140p.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **SIPRA (2016).** Disponível: <[http://sipra.incra.gov.br/Projeto/Relatorios/Espelho de Projetos Completo MT0160000](http://sipra.incra.gov.br/Projeto/Relatorios/Espelho%20de%20Projetos%20Completo%20MT0160000)> acesso em: 08 de agosto de 2016.

JORNAL ALVORADA: Prelazia de São Felix do Araguaia (Mato Grosso). Ano 27, nº 197, março/abril – 1997.

_____. Ano 23, nº 177, novembro/dezembro – 1993.

KAUTSKY, K. **A questão Agrária.** São Paulo: Proposta, 1980.

LENIN, V. I. **O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: O processo de formação do Mercado Interno para a Grande Indústria.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. **Pioneiros da Marcha para o Oeste: Memória e Identidade na Fronteira do Médio Araguaia.** Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Brasília, 1998.

LOWY, Michael. **O que é Cristianismo da Libertação: religião e política na América Latina.** – 2ª ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016.

MARÉS, Carlos Henrique. **A função social da terra.** Porto Alegre: Editora Sergio Antônio Fabris, 2003.

MARQUES, Marta Inês Medeiros Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, Eliane. P; FABRINE, João E. **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 49-78.

MARTINS, José de Souza. **O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira.** Tempo social – Revista de Sociologia da USP, v. 8, p. 25 – 77, São Paulo, 1996.

_____. **A chegada do estranho.** São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

_____. **Expropriação e Violência: A questão política no campo.** 3ª ed. Revista Ampliada. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1990.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Agricultura Camponesa**. São Paulo: Contexto, 2001a. 164 p.

_____. **A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo**. In: CARLOS, A. F. A. (org). *Novos Caminhos da geografia*. São Paulo, Contexto, 1999.

_____. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária**. In: *Revista estudos avançados*. São Paulo, vol. 15, n.43, 2001b.

_____. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

_____(org). **Território em Conflito, Terra e Poder**. Goiânia: Kelps, 2014.

_____. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. Campinas: Papyrus, 1991.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Questão agrária: lutas, conflitos territoriais e contradições sociais no mundo do século XXI**. In: (orgs) JÚNIOR, M. A. M.; GARCIA, M. F.; VIANA, P. C. G. **A questão agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais**– 1ª ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Espaço e poder em questão: uma perspectiva desde a subalternidade**. In: (orgs) JÚNIOR, M. A. M.; GARCIA, M. F.; VIANA, P. C. G. **A questão agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais**– 1ª ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2015.

_____. **Luta pela terra. Luta pela terra: ruptura metabólica e reapropriação social da natureza**. In: **CPT: 40 anos de fé, rebeldia e esperança**/ Comissão Nacional de Formação da CPT – 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2016.

PRODONOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. - Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SADER, Regina. **Espaço e luta no Bico do Papagaio**. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo.

SANTOS, Gleyslally Ramos dos.; LIRA, Elizeu Ribeiro. Padre Josimo e mulheres em movimento no bico do papagaio: o esforço teórico – uma síntese para entender um novo protagonismo na luta pela terra. In: LIRA, Elizeu Ribeiro; SANTOS, Roberto de Souza. **Fronteira, Território e Cidades no Cerrado: discussões e reflexões socioterritoriais**. Goiânia – GO; Editora Kelps, 2017.

SCALOPPE, Marluce de Oliveira Machado. **Práticas midiáticas e cidadania no Araguaia: o jornal Alvorada**. Cuiabá: KCM Editora, 2012.

SEVILLA GUSMÁN, Eduardo; MOLINA, Manoel González de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. – 2ª ed. – São Paulo; Expressão Popular, 2013.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **REVISTA NERA**, Presidente Prudente, ano 8, nº 7, p. 1-21, jul/dez. 2005.

_____. Lições Campesinas. In: PAULINO, E. T; FABRINI, J. E. (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São: Expressão Popular, 2008.

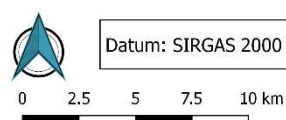
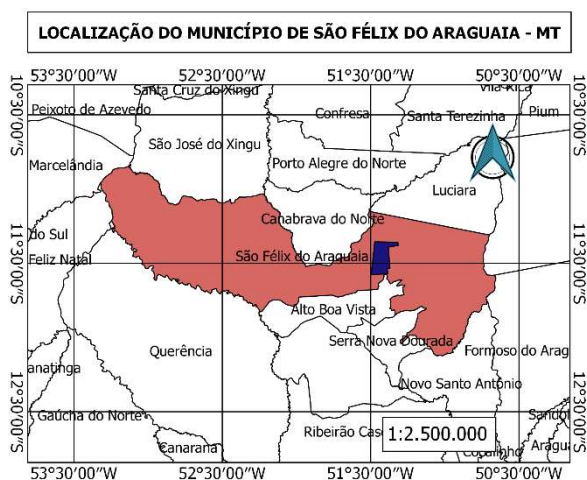
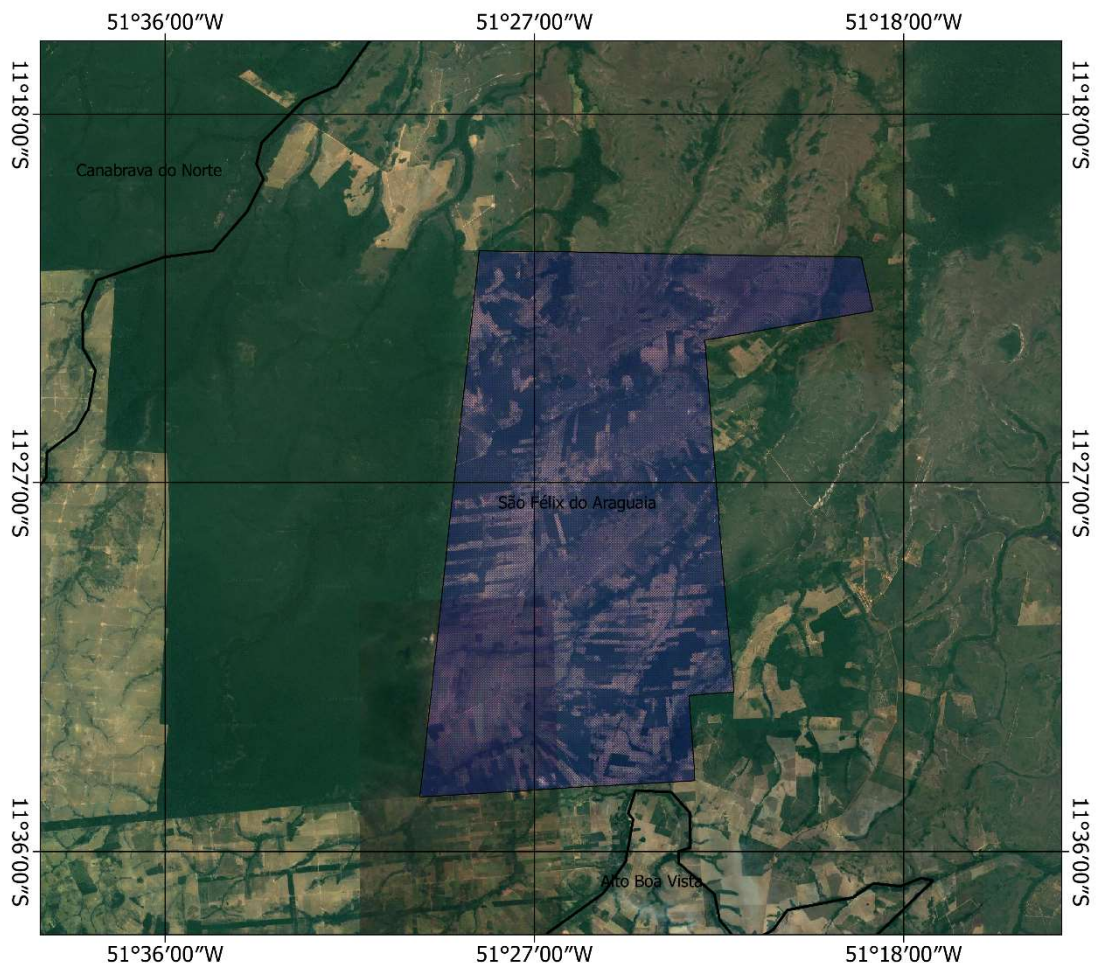
SILVA JÚNIOR, José Plácido. Ouvindo o clamor das comunidades: nem na frente, nem atrás, no meio!, In: **CPT: 40 anos de fé, rebeldia e esperança/** Comissão Nacional de Formação da CPT – 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2016.

SILVA, Lígia Maria Osório da. Lênin: a questão agrária na Rússia. **Crítica Marxista**, n.35, p.111-129, 2012.

WOORTMANN, Klaas. **Com parentes não se negocia: o campesinato como ordem moral**. Anuário antropológico/87. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990.

ANEXO 01

LOCALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO DOM PEDRO, SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT



- Legenda**
- Município de São Félix do Araguaia - MT
 - Assentamento Dom Pedro
 - Perímetro do Assentamento Dom Pedro

Fontes:
 -IBGE
 -INCRA
 -Google Satellite
Organizadores:
 -Claudiney Freitas Marinho
 -Wallys Luan Ferreira dos Santos
Software: QGIS 2.18.6